

CARLA PATRÍCIA FELÍCIO

A GRAMATICALIZAÇÃO DA CONJUNÇÃO CONCESSIVA *EMBORA*

Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, Câmpus de São José do Rio Preto, para obtenção do título de Mestre em Estudos Lingüísticos
Área de Concentração: Análise Lingüística.

ORIENTADOR (A): PROF (A). DR (A). SANDERLÉIA ROBERTA LONGHIN THOMAZI

São José do Rio Preto
2008

Felício, Carla Patrícia.

A gramaticalização da concessiva embora / Carla Patrícia Felício. -
São José do Rio Preto : [s.n.], 2008.

180 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Sandérleia Roberta Longhin-Thomazi

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de
Biotecnologia, Letras e Ciências Exatas

1. Linguística histórica. 2. Gramaticalização. 3. Mudança linguística.
I. Longhin-Thomazi, Sandérleia Roberta . II. Universidade Estadual
Paulista, Instituto de Biotecnologia, Letras e Ciências Exatas. III. Título.

CDU - 81-112

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IBILCE
Campus de São José do Rio Preto - UNESP

CARLA PATRÍCIA FELÍCIO**A GRAMATICALIZAÇÃO DA CONJUNÇÃO CONCESSIVA *EMBORA***

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Linguística, área de Análise Linguística junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de São José do Rio Preto.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Sanderléia Roberta Longhin-Thomazi
Professor Assistente Doutor
UNESP – São José do Rio Preto
Orientador

Prof^a. Dr^a. Maria Célia Lima-Hernades
Professor Doutor
Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Sebastião Carlos Gonçalves
Leite
Professor Assistente Doutor
UNESP – São José do Rio Preto

São José do Rio Preto, 12 de Agosto de 2008

AGRACEDIMENTOS

À professora Sandérleia pelos seus ensinamentos lingüísticos, à orientadora Sanderléia por me guiar pelos caminhos da Gramaticalização com muita delicadeza e seriedade, apresentando confiança e paciência em meu trabalho, à amiga Sand pelas palavras carinhosas nos momentos mais difíceis, e sobretudo pela pequena/grande mulher Sandérleia por ter sido tão especial em um momento tão importante de minha vida.

Ao professor e amigo Sebastião Carlos Gonçalves Leite pelo excelente profissional que instigou em mim a vontade de seguir os caminhos da linguagem. Agradeço às suas frutíferas sugestões no meu trabalho, e, principalmente, sua amizade e carinho desde a graduação.

À professora Maria Célia Lima-Hernandes pelas sugestões e pela sua atenção durante o exame de qualificação.

À professora Sandra Gasparini, pelos seus ensinamentos durante o estágio no período da graduação.

Aos professores do Departamento de Lingüística, Roberto Camacho, Erotilde e Marize, responsáveis pela minha formação em Lingüística.

Aos funcionários do Ibilce, principalmente aos da graduação e pós-graduação pela atenção e carinho durante minha formação nesse Instituto.

Às minhas eternas amigas da graduação Ana Maria, Ana Amélia, Adriana, Fernandinha, Larissa, Maurinha e Giseula, pelo companheirismo durante os momentos alegres e tristes, e pelo amor comum que nos uniu: o estudo pela linguagem.

Agradeço em especial às amigas Maurinha e Fernandinha pelas conversas infinitas sobre Gramaticalização e pelas sugestões em meu trabalho.

Ao Júnior pela pessoa maravilhosa que esteve comigo o tempo todo, demonstrando carinho, respeito, força, muito amor e, principalmente, paciência, durante essa pesquisa.

Aos meus pais, por me ensinar tudo de bom na vida com muito amor e confiança.

Ao meu irmão Thiago, pelo carinho, paciência e compreensão com meus estudos.

Ao meu Deus pela sua presença em todos os momentos de minha vida.

Foi há muito tempo...
A vida não me chegava pelos jornais nem pelos livros
Vinha da boca do povo na língua errada do povo
Língua certa do povo
Porque ele é que fala gostoso o português do Brasil

Manuel Bandeira

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	13
1. GRAMATICALIZAÇÃO	15
1.1 Percurso Histórico da GR	15
1.2 Definição da GR	18
1.3 Perspectivas de GR	25
1.4 Critérios de GR	28
1.5 Mecanismos de GR: processos cognitivos	31
1.6 Motivações pragmáticas da GR	37
1.6.1 O Papel do contexto em GR	42
1.7 Gramaticalização de conjunções	46
1.7.1 Gramaticalização de concessivas	51
2. CONSTRUÇÃO CONCESSIVA	54
2.1 Nível de encaixamento	73
2.1.1 Coordenação x subordinação?	73
3. MATERIAL E METODOLOGIA	101
3.1 Material	101
3.2 Critérios de Análise	106
4. TRAJETÓRIA DE GR DE EMBORA	110
4.1 Análise sincrônica: Multifuncionalidade de <i>embora</i> no português falado e escrito	111
4.2 Análise diacrônica	128
4.3 Os Processos de GR da partícula <i>embora</i>	151
4.3.1 Metáfora e Metonímia	154
4.3.2 Pragmatização de significado	159
4.3.3 Aplicação dos princípios de Hopper (1991)	164
CONSIDERAÇÕES FINAIS	171
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	175

LISTAS DE QUADROS, FIGURAS E ESQUEMAS

QUADROS

Quadro 01: Diferenças entre conceito Lexicais e Gramaticais	22
Quadro 02: Tipologia de contextos, Heine (2002:86)	44
Quadro 03: Relação entre os domínios de articulação das orações	83
Quadro 04: Aplicação dos critérios às orações com <i>Embora</i>	99
Quadro 05: Freqüências <i>Token</i> e <i>Type</i> dos dados de língua escrita	111
Quadro 06: Freqüências <i>Token</i> e <i>Type</i> dos dados de língua falada	113
Quadro 07: Freqüência de <i>embora</i> em <i>boa hora</i> nos dados do século XV	129
Quadro 08: Freqüência de <i>embora</i> nos dados do século XVI	131
Quadro 09: Freqüência de <i>embora</i> nos dados do século XVII	138
Quadro 10: Freqüência de <i>embora</i> nos dados do século XVIII	143
Quadro 11: Freqüência de <i>embora</i> nos dados do século XIX	144
Quadro 12: Tipologia de contextos para a formação da concessiva <i>embora</i>	150
Quadro 13: Grau de gramaticalidade de <i>embora</i>	170

FIGURAS

Figura 01: Categorias cognitivas (HEINE <i>et al.</i> 1991b; p.162)	34
Figura 02: Sobreposição de significado na formação de <i>embora</i>	158
Figura 03: Pragmatização do significado de <i>embora</i>	163

ESQUEMA

Esquema 01: Mudança de significado por metáfora e por metonímia	32
---	----

FELÍCIO, Carla Patrícia. *A Gramaticalização da conjunção concessiva embora*. 2008, 180f. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos – Área de Concentração em Análise Lingüística) – Instituto de Biociência, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.

RESUMO

A Gramaticalização (GR) é um processo histórico e unidirecional de mudança lingüística, em que itens com conteúdo lexical ou menos gramatical passam ao longo do tempo a se comportar como itens gramaticais, tendo seu significado abstratizado e fortalecido quanto à expressividade do falante. Mecanismos cognitivos, como a metáfora e a metonímia, atuam nesse processo de mudança, visto que por esses mecanismos há abstratização do significado e recategorização sintática induzida pelo contexto lingüístico. Além disso, de acordo com Traugott (1999), há dois mecanismos envolvidos na mudança semântica que acompanha a GR, a subjetivização e intersubjetivização. Por esses dois mecanismos, significados se tornam mais centrados na crença/atitude do falante em relação ao ouvinte. Sob essa ótica, este trabalho, baseado em dados sincrônicos e diacrônicos do português, tem como principal objetivo investigar o processo de mudança responsável pelas alterações sintáticas e semânticas (pragmatização de significado) da conjunção concessiva *embora*, partícula que teve sua origem na locução adverbial temporal *em boa hora*, utilizada para desejar bom augúrio, no século XV. Por essa investigação, foi possível reconstruir os usos diacrônicos de *embora* ao longo da história do português, apreender o(s) contexto(s) que foi(ram) responsável(is) pelas mudanças sofridas pelo item e encontrar razões históricas para o uso na sincronia atual. Além do mais, foram checadas algumas hipóteses no que diz respeito à unidirecionalidade e às fontes para o surgimento de concessivas. Para alcançar esse objetivo maior, o trabalho também examinou os diferentes usos sincrônicos de *embora* no português, falado e escrito, com a finalidade de encontrar pistas do funcionamento atual que auxiliem na descrição histórica.

Palavras-chave: Mudança Lingüística, Gramaticalização, Lingüística Histórica.

FELÍCIO, Carla Patrícia. *A Gramaticalização da conjunção concessiva embora*. 2008, 180f. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos – Área de Concentração em Análise Lingüística) – Instituto de Biociência, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.

ABSTRACT

Grammaticalization (GR) is a unidirectional historical process of changes in linguistics in which items with lexical or less grammatical content start acting as grammatical items throughout time, abstractizing and strengthening its meaning as for the speaker's expressiveness. Cognitive mechanisms such as metaphor and metonymy act in this process of change, whereas they cause meaning abstractization and syntactic recategorization induced by the linguistic context. Besides, according to Traugott (1999), there are two mechanisms involved in the semantic change that keeps up with the GR which are subjectivization and intersubjectivization. Meanings become more focused on the speaker's belief/attitude in relation to the listener through both mechanisms. Considering this vision and based on synchronic and diachronic data from Portuguese, the present work aims at researching the process of change responsible for syntactic and semantic alterations (pragmatizing meaning) of the concessive conjunction *embora*, which is a particle originated from the adverbial clause of time *em boa hora*, used to wish good luck in the XV Century. By means of this research it was possible to reconstruct diachronic usages of *embora* throughout Portuguese history, to learn about the context(s) that was(were) responsible for changes suffered by the item, and to find historical explanations for the usage in the current synchrony. Beyond that, some hypothesis related to unidirectionality and the origins of concessive conjunctions were also checked. In order to reach this aim, the present work also verified the different synchronic usages of *embora* in spoken and written Portuguese to find tips about the current behavior that can help in historical description.

Key-words: Linguistic Change, Grammaticalization, Historical Linguistics

INTRODUÇÃO

Diversas gramáticas históricas como as de Ali (1964), Coutinho (1967), e Câmara (1979) indicam que várias conjunções do português tiveram sua origem a partir de advérbios como, por exemplo, *embora*, *pois*, *porém*, etc. A formação dessa classe de palavras se deu, em grande parte, por meio da reutilização do material da própria língua.

Ali (1964) e Câmara (1979) observaram que a locução *em boa hora* passou a comportar-se como conjunção, por um processo de aglutinação, e começou a ser utilizada para subordinar orações concessivas. Porém, foi Ali (1964) que resgatou o valor semântico da locução adverbial que deu origem a essa concessiva.

Conforme o autor, no século XV, a locução adverbial *em boa hora* era utilizada para desejar bom augúrio, uma vez que, de acordo com a crença da época, o sucesso das ações dependia da hora em que elas eram realizadas. Esse uso pode ser verificado nos seguintes exemplos dados pelo autor:

- (01) Vaamos *em boa hora* nosso caminho (Zurara, *Guiné* 337)
- (02) Que dissesse *em boa hora* o que lhe aprouvesse (*ib.* 186)

Com o passar do tempo, segundo Ali, a locução sofreu uma aglutinação e passou a ter a forma *embora*, sendo utilizada com os verbos de movimento *ir e vir*. Além disso, o gramático afirma que, no século XVII, o advérbio passou a ser utilizado em frases optativas para marcar que o falante não se opunha a alguma ação. Esse contexto lingüístico, segundo ele, foi o responsável pelo surgimento do valor concessivo presente hoje no português, conforme exemplo dado por ele:

- (03) Respondeu por vezes que morressem muito *embora*, que melhor era morrerem cá que no sertão, porque morriam baptizados (Vieira, *Cartas* 1, 118)

Esses trabalhos apresentam a fonte da conjunção *embora*, porém não descrevem seus usos históricos e não mostram como de fato se deu o surgimento do valor concessivo conferido atualmente para o item.

Esse problema encontrado nas gramáticas históricas também acontece nas gramáticas tradicionais do português atual, que, sincronicamente, apontam de maneira parcial, o funcionamento de *embora*.

Os dicionários Ferreira (1986) e Houaiss (2001) atribuem uma multifuncionalidade ao item, a saber, conjunção, advérbio, e interjeição. Quanto à conjunção, Houaiss (2001), além de trazer a etimologia de *embora*, confere ao item o mesmo valor concessivo que os conectores *ainda que* e *mesmo que*. Para o autor, o advérbio *embora* apresenta o valor de retirada junto a verbos de movimento, e, por fim, a interjeição é usada com o sentido de *não importa* ou *tanto faz*.

Apesar das semelhanças entre os dois dicionários, com relação ao valor da conjunção e da interjeição, Ferreira (1986) apresenta diferentes atribuições a *embora*. A primeira diz respeito ao valor adverbial, já que, segundo o autor, em *Foi embora e no caminho o mataram*, o conteúdo semântico do item não seria de retirada, mas sim vazio, sendo seu valor garantido pelo verbo de movimento. O outro apontamento de Ferreira (1986), não encontrado em Houaiss (2001), se refere ao valor preposicional desempenhado por *embora*. Com o mesmo valor que a locução prepositiva *apesar de*, o autor observa que o uso preposicional de *embora* é muito censurado, ainda que ocorra com muita frequência na língua.

Apesar desses usos apontados pelos dicionários da língua, nos manuais de gramática, *embora* não é classificado como exercendo nenhuma dessas categorias gramaticais, o que mostra uma deficiência na categorização de *embora*. O item é

mencionado pelas gramáticas somente no capítulo referente ao período composto, como sendo uma conjunção subordinativa que inicia orações concessivas.

Quanto ao período composto, especificamente às orações com *embora*, há uma discordância entre os trabalhos lingüísticos que contestam a classificação dada pela tradição gramatical como **orações subordinadas**. A dicotomia apontada pela tradição entre **coordenação** e **subordinação** é contestada pelos trabalhos funcionalistas, que admitem um terceiro tipo de articulação de oração, a saber, a **hipotaxe**.

Por essa razão, um trabalho sincrônico que descreva a multifuncionalidade de *embora* e confirme, em dados reais da língua, esses usos apontados pelos dicionários encontra justificativa e relevância para auxiliar no tratamento da tradição gramatical, que se apresenta incompleto com relação ao item *embora*.

Além dessa insuficiência do tratamento normativo conferido à *embora*, também há uma significativa ausência de trabalhos da perspectiva lingüística que descrevam os períodos da história do português, e que apontem os contextos de uso responsáveis pelo surgimento da concessiva em questão.

Este trabalho, portanto, pretende descrever, diacronicamente, os usos do item, a fim de verificar o período em que houve a sobreposição de usos da forma fonte e da forma alvo, implicando em leituras polissêmicas. Por meio dessa análise diacrônica, será possível encontrar justificativas para os usos de *embora* no português atual, a ainda verificar em que estágio de mudança se encontra a conjunção.

Para a realização deste trabalho tomo como base os pressupostos teóricos da Gramaticalização (GR, daqui em diante). Esse quadro teórico pretende investigar de que maneira formas gramaticais se desenvolvem na língua ao longo de sua história. Além disso, essa abordagem visa demonstrar que o percurso histórico que resulta em um item gramatical se dá gradualmente, o que implica sobreposição entre as categorias da língua.

O termo GR também é entendido como um processo de mudança lingüística pelo qual construções ou itens lexicais ou menos gramaticais ganham caráter mais gramatical, e assumem funções mais estreitas dentro de um enunciado, expressando semanticamente as crenças/opiniões/avaliações do falante sobre o conteúdo veiculado em seu discurso, no que diz respeito ao seu(s) interlocutor(es).

Com base nesse processo de mudança lingüística, investigo, neste trabalho, as transformações sintático-semânticas, pelas quais passou o item *embora* durante um período de cinco séculos na história do português, até finalmente ter seu funcionamento sintático alterado e ser constituído pelo valor concessivo.

O trabalho, portanto, tem o objetivo de investigar o processo de mudança lingüística responsável pelo surgimento da conjunção concessiva *embora*, como sendo um caso legítimo de GR. Para alcançar esse objetivo mais geral, percorro alguns mais específicos, tais como: (i) descrever os usos sincrônicos de do item, em dados do português contemporâneo falado e escrito; e, (ii) reconstruir os diferentes usos históricos de *embora*, a fim de captar as etapas de suas mudanças sintática e semântica e os contextos de uso responsáveis por tais alterações.

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Quanto à organização do trabalho, esta dissertação é composta de quatro capítulos.

O primeiro foi destinado à apresentação dos fundamentos teóricos da GR. Neste capítulo, traço brevemente um percurso histórico da GR, exponho algumas definições dadas pelos estudiosos e discuto as duas perspectivas de análise, a saber, a sincrônica e a diacrônica, visto que esta pesquisa conjuga as duas abordagens para o estudo de *embora*. Na seqüência, apresento os critérios de Hopper (1991), a fim de verificá-los, no

capítulo referente à análise, nos dados do item. Além disso, mostro os processos cognitivos envolvidos na mudança, e, por fim, trato das motivações pragmáticas de GR, assim como o papel do contexto no desenvolvimento de itens gramaticais, principalmente, de conjunções concessivas.

O segundo capítulo é destinado à exposição das visões normativa e lingüística sobre a construção concessiva e sobre os níveis de articulação de oração. Visto que a tradição gramatical afirma que as orações com *embora* pertencem ao domínio da **subordinação** e os trabalhos funcionalistas mostram que essas orações pertencem ao domínio da **hipotaxe**, ou muitas vezes, se situam entre a **parataxe** e a **hipotaxe**, o objetivo desse capítulo é discutir essa questão e verificar a qual domínio de articulação, realmente, pertence as orações em que *embora* encabeça.

O terceiro capítulo se refere aos materiais e métodos de análise. Apresento o material de análise sincrônica e diacrônica, apontando a natureza dessas amostras e a tipologia de textos selecionados. Quanto à metodologia, exponho de que forma o trabalho conjuga as análises quantitativa e qualitativa, a saber, pela contagem da frequência *token* e *type*. É nesse momento que explico a maneira como foi efetuada a contagem geral das ocorrências e os critérios levantados para descrever os usos de *embora*.

O quarto capítulo é reservado à descrição dos usos sincrônicos e diacrônicos do item em questão, em que são apontados seu(s) funcionamento(s) sintático(s), seu(s) valor (es) semântico(s) e o(s) possível (is) contexto(s) de polissemia. Essa descrição é feita com base nas frequências *token* e *type* da sincronia atual do português, em dados de língua falada e escrita, e das sincronias da história do português, que correspondem ao período do século XV ao XIX.

Para finalizar, avalio os resultados da pesquisa, quanto às hipóteses iniciais e quanto à confirmação dos principais postulados teóricos da GR.

CAPÍTULO I

GRAMATICALIZAÇÃO

A GR é entendida como um tipo particular de mudança lingüística, em que um item passa de um estatuto lexical ou menos gramatical, para um gramatical ou mais gramatical, sofrendo alterações, portanto, sintáticas, semânticas e pragmáticas. Por meio desse processo, a gramática de uma língua é renovada com itens ou expressões que sinalizam funções gramaticais, e, sobretudo, revelam as crenças/opiniões/avaliações do falante com relação à situação discursiva.

Há muitos fenômenos investigados sob a ótica da gramaticalização, como a formação de auxiliares, partículas de negação, morfemas, marcadores de tempo, e também a formação de conjunções que, conforme Longhin-Thomazi (2003), revela um constante fazer-se da linguagem.

Dentro dessa perspectiva, o principal objetivo desse capítulo é fazer um percurso de como a GR passou a ser vista, a partir do início do século XX, como uma importante ferramenta de descrição lingüística, e, assim, ganhou espaço dentro dos estudos lingüísticos. Além disso, faço uma discussão sobre o que os estudiosos têm a dizer sobre a gramaticalização de conjunções, principalmente sobre a mudança de significado que acompanha o surgimento desses itens gramaticais.

1.1 PERCURSO HISTÓRICO DA GR

Conforme Heine et al. (1991a), a preocupação com o aparecimento de formas gramaticais surgiu entre os orientais, no século X, quando os chineses distinguiram signos plenos e vazios, e afirmavam que os vazios eram anteriormente itens plenos. No século XVIII, Condillac e Rousseau argumentavam que o vocabulário gramatical e abstrato é historicamente derivado de lexemas concretos.

Heine et al. (1991a) afirmam que o pai da GR foi Tooke, já que defendeu a idéia de que nomes e verbos são palavras necessárias, consideradas essenciais nas partes do discurso, ao passo que outras classes, como advérbios, preposições e conjunções, resultam de uma abreviação ou “mutilação” das palavras necessárias.

No século XIX, Franz Bopp (1816, 1833, *apud* Heine et al. 1991a), na tradição de Tooke e de outros estudiosos no século XVIII, apresentou numerosos exemplos do desenvolvimento de material lexical em auxiliares, afixos, etc. Para Bopp, a GR foi vista como uma importante ferramenta para entender a lingüística diacrônica e recuperar a história das línguas Indo-européias.

Outro importante trabalho, nesse século, foi o de Humboldt (1822), intitulado “A origem das formas gramaticais e sua influência no desenvolvimento das idéias”, no qual o autor defende a idéia de Tooke de que palavras como preposições e conjunções têm sua origem em palavras que denotam objetos (Heine et al. 1991a, p. 6).

Hopper e Traugott (1993) e Heine et al. (1991a) salientam também a importância do neogramático Gabelentz (1891), cuja proposta era de que a evolução das formas gramaticais era resultado de um “desgaste” de palavras independentes. O autor propôs a noção de um espiral evolucionário para descrever o processo de recriação de categorias gramaticais.

Entretanto, como apontam Hopper e Traugott (1993), foi Meillet (1912), em *L'évolution des formes grammaticales*, o primeiro a cunhar o termo “Gramaticalização”, definir e dar relevância ao seu estudo no campo da lingüística. Esse trabalho serviu como modelo para muitos trabalhos posteriores, sendo citado e discutido por muitos estudiosos de GR.

Dos estudos de Meillet (1912) até a década de 70, a GR era vista principalmente como parte da lingüística diacrônica, como um meio de analisar a evolução lingüística e reconstruir a história de uma determinada língua (Heine et al., 1991, p.10-11). Nesse momento, os estudos da GR sofreram um abandono por parte dos lingüistas, devido ao surgimento da escola estruturalista inaugurada por Saussure, com o clássico *Curso de Lingüística Geral*. Esse período foi chamado por Lehmann (1982) de “amnésia” de GR, uma vez que os estudiosos da época estavam voltados para a investigação sincrônica em detrimento da diacrônica, como orientavam os estudos de Saussure.

Dentro da perspectiva teórica do funcionalismo, Givón (1979) reavivou os estudos da GR, e sua grande contribuição foi considerar que a origem da GR estaria no discurso, uma vez que ele estava interessado em introduzir a pragmática nos estudos da mudança sintática. Sua proposta é resumida em sua conhecida afirmação de que “a sintaxe de hoje é o discurso pragmático de ontem”. Assim, com essa proposta, ele acreditava que formas com dependência sintática menor, ou seja, com a atuação maior no domínio da pragmática, dariam lugar a formas sintáticas mais dependentes, isto é, com menor participação da pragmática para o entendimento das relações entre as orações. Por considerar a mudança restrita ao estreitamento sintático das orações, o autor prefere o termo **sintatização** à gramaticalização (CASTILHO, 1997b: 30).

Em resumo, o trabalho de Givón acrescentou um novo componente, o Discurso, até então não considerado nos estudos de GR. Conforme Gonçalves (2003), discurso

para Givón era um modo não planejado de comunicação informal, que seria responsável pelo aparecimento de estruturas gramaticais. Com isso, Givón afirma que no ponto de partida do processo estaria algum elemento do discurso e, assim sendo, as mudanças das línguas ocorreriam por necessidades discursivas. Essa afirmação implica uma unidirecionalidade do processo, que pode ser ilustrada pelo seguinte *cline* proposto por ele:

(01) DISCURSO > SINTAXE > MORFOLOGIA > MORFOFONÊMICA > ZERO

(GIVÓN, 1979, p. 209)

Com esse trabalho, o autor “inaugura” uma nova visão sobre a GR, ela passou a ser vista não só como uma simples reanálise de um item lexical para um item gramatical, mas também como a reanálise de padrões discursivos em padrões gramaticais. Assim, seu trabalho possibilitou inferir que a gramática não existe *a priori* e que ela está sempre emergindo por razões pragmáticas, a partir do que ele chama de “modo pragmático” (TRAUGOTT, 2003, p. 630).

De acordo com Hopper e Traugott (1993), os anos 80 foram um período muito fecundo para os estudos da GR, pois alguns trabalhos dessa década, como os de Lehmann (1982) e Heine e Reh (1984), demonstraram o poder da teoria da GR como ferramenta de descrição lingüística e, especialmente, de fenômenos lingüísticos que a GR poderia caracterizar.

O trabalho de Heine et al. (1991ab) serve como referência para a investigação de qualquer fenômeno lingüístico de GR, já que esclarece muitos pontos, como as motivações da mudança, os processos cognitivos envolvidos, o ponto de partida e de chegada do processo da GR e o papel do contexto lingüístico para a efetivação da mudança.

1.2 DEFINIÇÕES DE GR

Embora a maioria dos autores utilizem o termo gramaticalização para se referir a esse tipo de mudança lingüística discutido anteriormente, outras maneiras de referenciá-lo são, por exemplo, sintatização, descoramento semântico, enfraquecimento semântico, desvanecimento semântico, reanálise, condensação, redução etc. Ainda que esses termos sejam usados como sinônimos, por alguns autores, eles enfatizam muito mais aspectos sintáticos e semânticos do processo (Heine et al., 1991a, p.3) do que o processo em si mesmo.

Em trabalhos como o de Givón (1979), Lehmann (1982), Heine e Reh (1984), e Bybee et al. (1994), a GR tem sido descrita sob o rótulo de apagamento semântico ou enfraquecimento semântico. Nesses estudos, a GR é vista da perspectiva de que um conceito fonte carrega o “significado completo”, enquanto o resultado do processo é interpretado como uma forma “empobrecida”, uma forma esvaziada das especificidades semânticas em relação à sua forma de origem. Assim, significados complexos são reduzidos a conteúdos menos complexos, porém, mais gramaticais (Heine et al., 1991b, p.155-6). Na seqüência, veremos as principais definições de GR dadas pelos estudiosos.

Conforme Hopper e Traugott (1993), Meillet (1912) distinguiu dois procedimentos que, segundo ele, seriam responsáveis pelo surgimento de novas formas gramaticais. O primeiro é a analogia, processo pelo qual um novo paradigma se torna semelhante a um paradigma já estabelecido. O segundo procedimento, que Meillet chamou de gramaticalização, é definido como a atribuição progressiva de caráter gramatical a uma palavra previamente autônoma. Para o autor, a diferença entre

analogia e gramaticalização é que, enquanto a analogia apenas renova formas sem interferir no sistema da língua, isto é, ela atua em nível superficial, a GR cria formas novas, que substituem as antigas, já desgastadas pelo uso, transformando o sistema como um todo.

Com essas postulações de Meillet, nota-se que somente a GR pode criar formas novas; no entanto, o papel da analogia não deve ser menosprezado no estudo da gramaticalização, pois os casos de analogia são, muitas vezes, a primeira evidência para o falante de uma língua de que a mudança está ocorrendo.

Anos mais tarde, Kurilowicz (1956, *apud* Heine et al. 1991a) definiu a GR como consistindo no crescimento do alcance de um morfema que avança de um status lexical para gramatical e de menos gramatical para mais gramatical. Influenciado pelas idéias de Kurilowicz (1956), Lehman (1982) diz que, diacronicamente, a GR é um processo que torna um lexema uma forma gramatical e que leva morfemas gramaticais a se tornarem mais gramaticais ainda. Além disso, o autor considera a gradualidade como sendo característica da mudança, afirmando que processos semânticos, sintáticos e fonológicos interagem na GR de um morfema e de construções.

Com uma visão sobre GR fundamentada em perdas, Heine e Reh (1984, *apud* Heine et al. 1991a) afirmam que a GR é uma evolução por meio do qual unidades lingüísticas perdem em complexidade semântica, significância pragmática, liberdade sintática e substância fonética. A partir dessa definição, os autores postularam alguns critérios de GR, que, segundo eles, seriam suficientes para identificar um elemento gramaticalizado.

Heine et al. (1991a) e Hopper e Traugott (1993), conforme já mencionado, definem a GR como sendo um processo por meio do qual itens e construções lexicais,

em certos contextos específicos, passam a servir a funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais.

Para explicar o ponto de partida e de chegada de um item até se tornar gramatical, Heine et al. (1991a) lançam mão da noção de conceito fonte e conceito alvo. Os autores afirmam que conceitos fonte são sempre concretos, básicos, e relacionados com a experiência humana, enquanto conceitos alvo são sempre abstratos. Para sustentar essa relação, os autores se fundamentam em Bybee e Pagliuca (1985), que vêem os conceitos fonte como sendo freqüentes e de uso geral, em Traugott (1982), que descreve os conceitos concretos como fundamentais em uma situação discursiva típica, e em Rosch (1973), que os define como elementos mais utilizados.

Linguisticamente, um conceito fonte é codificado como um lexema, que pode se referir a parte do corpo, a fenômeno da natureza, a ações dinâmicas ou a processo mental, ou seja, as atividades básicas da experiência humana são as fontes conceituais. Assim, nota-se que Heine et al. (1991a), Traugott (1982) e Bybee et al. (1994) afirmam que expressões lingüísticas que servem como fonte de GR têm uma característica em comum: elas conceituam atividades básicas.

Conforme Heine et al. (1991a), a noção de conceito fonte é relativa, já que o conceito fonte, além de poder gerar mais que uma categorial gramatical, poderá também ter sido alvo de um outro conceito fonte. Para entender essa relação, exemplifico com a categoria **tempo**, que, na maioria das vezes, é fonte para a formação de concessivas, mas que, por outro lado, pode ser derivada da categoria **espaço**, por exemplo. Além disso, é importante observar que uma forma fonte só é determinada como tal se houver uma forma alvo reconhecida.

Quanto à mudança de significado do conceito fonte para o alvo, Heine et al. (1991ab) apontam uma abstratização de significado, isto é, ao migrar do domínio

conceitual para o gramatical, um item deixaria de ter um significado concreto ou menos abstrato, e passaria a ter significado mais abstrato.¹

Assim, o ponto de partida do processo são sempre os conceitos lexicais/ concretos ou menos gramaticais/menos abstratos, e o ponto de chegada, por sua vez, são os conceitos gramaticais/ abstratos, ou mais gramaticais/mais abstratos. Com base na caracterização de conceitos lexicais e gramaticais feita pelos autores, apresento o seguinte quadro, com critérios que permitem esclarecer as diferenças entre esses conceitos:

Conceito Lexical	Conceito Gramatical
Menos abstrato	Mais abstrato
Conteúdo referencial	Conteúdo não referencial
Auto-semânticos	Sem autonomia semântica
Não são descritos em termos de estrutura topológica ²	São descritos em termos de estruturas topológicas
Forma lexical (verbo, nome, adjetivo, etc.)	Forma não lexical (preposição, conjunção, auxiliares, etc)
Classe de palavras aberta	Classe de palavras fechada
Menor frequência	Maior frequência
Mais material fonético	Menos material fonético

QUADRO 01: DIFERENÇAS ENTRE CONCEITOS LEXICAIS E

GRAMATICAIS

Essa separação entre conceito lexical e gramatical é feita pelos autores para melhor caracterizar esses domínios. Porém, na verdade, não há essa divisão rígida entre esses conceitos da língua, já que há uma fluidez entre as essas categorias. Esse tratamento discreto é justamente o que a GR contesta e invalida por meio de trabalhos

¹ A mudança semântica será discutida, mais detalhadamente logo adiante.

² Heine et al. (1991a) recuperam esse termo de Sweetser (1988), que entende a projeção entre um significado lexical e gramatical como sendo a estrutura topológica de um domínio fonte a um domínio alvo. Essa projeção é vista como unidades inferenciais abstratas.

que investigam o desenvolvimento de itens que passaram por esse processo de mudança.

Para Hopper e Traugott (1993), o termo GR tem dois significados. O primeiro se refere à parte do estudo linguagem que focaliza como formas gramaticais e construções se desenvolvem e como elas são usadas, abordagem foca a não discretude entre as categorias da língua e que se preocupa com a interdependência entre a estrutura e o uso, do mais “fixo” e do menos “fixo” na linguagem, desafiando a noção de dicotomia. O outro significado de GR se refere ao processo de mudança lingüística, em que os itens, ao longo do tempo, se tornam mais gramaticais.

Elevando os estudos da GR ao status de teoria, Bybee et al. (1994) elencam oito hipóteses que permitiriam identificar casos de GR. Esse diagnóstico consiste principalmente em: reconhecer uma forma fonte e uma forma alvo; detectar as conseqüências da retenção semântica; reconstruir estágios anteriores de uma língua; e, verificar se as retenções semânticas e fonológicas seguem em paralelo, levando a uma coevolução dinâmica entre significado e forma. Assim, os autores afirmam que, por meio do aparato teórico da GR, é possível observar morfemas gramaticais que se desenvolvem gradualmente, a partir de morfemas lexicais, e também argumentam que o morfema, uma vez gramaticalizado, passa a ter significado mais freqüente e mais geral.

O principal objetivo dos autores é focar as mudanças ocorridas no domínio semântico da marcação morfológica dos verbos, como aspecto, modo verbal e modalidade. Para isso, adotam a abordagem diacrônica, com o intuito de encontrar a origem das formas gramaticais e o modo como a substância semântica é moldada no significado gramatical.

Eles também dão ênfase às conseqüências sofridas por um morfema que passa pelo processo de GR, conseqüências semânticas e sintáticas, tais como: generalização

de significados e um aumento de contextos apropriados em que o item passa a ser utilizado. Por exemplo, quando um item gramatical perde mais de seu conteúdo semântico original, sua interpretação é mais dependente de seu significado contextual, e ele passa a ser eventualmente afetado por esse contexto. Da mesma forma, as perdas semânticas e fonológicas acarretam a dependência e o aumento da rigidez com relação à posição sintática de um item gramatical e ao escopo do item relacionado com outros elementos, ou seja, muitas línguas permitem pelo menos alguma manipulação na ordem de morfemas lexicais por motivações semânticas e pragmáticas, mas itens gramaticais não são modificados por itens lexicais, e têm pouca liberdade posicional na sentença (BYBEE et al., 1994, p.7).

Com uma visão pragmática voltada para a mudança semântica que acompanha o processo, Traugott e König (1991) usam o termo gramaticalização para referir a um processo dinâmico, histórico e unidirecional pelo qual itens, ao longo do tempo, adquirem um novo *status* gramatical, ou uma nova forma morfossintática, e no processo são codificadas relações que não eram codificadas anteriormente ou eram codificadas diferentemente. Embora essa afirmação esteja presente nas definições de GR, é passível de discussão, uma vez que os conceitos pré existem na língua, o que ocorre, pelo o processo de GR, é o surgimento de novas formas para codificar os mesmos conceitos.

Os autores afirmam que uma consequência do processo é o ganho de significado no que diz respeito ao fortalecimento de expressividade do falante, e não “perda” como alguns estudiosos propunham desde Meillet (1912).

Lichtenberk (1991) afirma que há três consequências sintáticas sofridas por um item gramaticalizado, decorrentes do processo histórico, a saber: (i) emergência de uma nova categoria gramatical; (ii) perda de uma categoria existente; e, (iii) mudança no

conjunto de membros que pertencem a uma categoria gramatical (LICHTENBERK 1991, *apud* NEVES, 1997, p.126-127).

Segundo Neves (1997), Heine e Reh (1984) mostraram que os três níveis da estrutura lingüística afetados pela GR, o funcional, o morfossintático e o fonético, se juntam, no processo, nessa seguinte ordem cronológica: os processos funcionais (como dessemantização, expansão, simplificação) precedem os morfossintáticos (como permutação, composição, cliticização, afixação), que precedem os fonéticos (como adaptação, fusão, perda). Essa ordem é questionada dentro dos estudos de GR, Bybee et al. (1994), por exemplo, prefere usar o termo coevolução, para evitar atribuir a primazia da mudança a um ou outro nível.

Como já discutido anteriormente, Givón (1979), Lehmann (1982), Heine e Reh (1984) e BYBEE et al. (1994) diriam que uma consequência do processo, quanto à mudança de sentido, seria o desbotamento semântico, ou *bleaching* semântico. Isso implica dizer que um item, ao passar pelo processo de GR, perderia em conteúdo semântico, e, dessa forma, haveria um empobrecimento semântico. Na realidade, Traugott (1982 e 1999), Sweetser (1988 e 1990), Heine et al. (1991ab) e Traugott e König (1991) afirmam que a noção de *bleaching* é inadequada como um parâmetro descritivo ou explanatório de GR, já que capta apenas um aspecto do processo, visto que, na concepção desses autores, há perdas, por um lado, mas, por outro, há uma adição de significado gramatical, uma abstratização de significado, e um aumento da expressividade do falante, com relação ao que está sendo dito em uma situação discursiva.

1.3 PERSPECTIVAS DA GR

Conforme Hopper e Traugott (1993), o estudo da GR pode ser feito de uma perspectiva diacrônica, e também de uma perspectiva sincrônica. Por meio da investigação diacrônica, é possível buscar as origens das formas gramaticais e os caminhos das mudanças que elas percorreram. Já a perspectiva sincrônica busca descrever, a partir da língua em uso, a sintaxe, bem como a pragmática que deve ser estudada à luz dos padrões fluidos do uso da linguagem e, desse modo, pode-se capturar contextos suficientes em que um item ocorre, e, assim, possibilitar o arranjo desses diferentes usos ao longo de um *continuum*, desafiando, dessa forma, a noção de categorias discretas. Para os autores, é possível conjugar as duas abordagens, uma vez que para entender a sincronia de uma língua é preciso recorrer a sua diacronia, e o caminho inverso também se faz necessário, já que o funcionamento gramatical sincrônico de uma estrutura pode auxiliar na verificação de sua emergência na história da língua. Ainda que a combinação das duas abordagens seja interessante para o estudo do processo de GR, é a diacronia que revela o surgimento da forma gramatical, mostrando os passos da mudança, e conseqüentemente os estágios de gradualidade.

Sweetser (1990) afirma que a polissemia sincrônica e a mudança histórica fornecem os mesmos dados de diferentes modos. Como em toda mudança histórica há estágios de polissemia, os dados históricos anteriores serão pistas das relações polissêmicas sincrônicas, sendo uma fonte interessante de informação sobre a estrutura da linguagem. Além do mais, a ordem que se dá o ganho de sentidos às palavras polissêmicas é indício das relações entre o sentido fonte e alvo, e nos direciona a entender que o vocabulário espacial adquire significados temporais e não o inverso, por exemplo. Por esse motivo, a autora defende a conjugação entre a análise sincrônica e diacrônica.

Segundo Bybee et al. (1994), a importância da pesquisa diacrônica se deve a quatro motivos, a saber: (i) a dimensão diacrônica demonstra como uma forma ou construção passa a ter uma determinada função na língua; (ii) fatores cognitivos e comunicativos que subjazem significados gramaticais são mais claramente revelados, quando verificados em um período de transição, e não em uma situação estática; (iii) a dimensão sincrônica não nos permite entender e explicar a escala de significado coberta por um item gramatical, uma vez que o significado gramatical está em constante mudança; e, (iv) generalizações diacrônicas fornecem indícios mais significativos e mais reveladores sobre a correlação entre forma/significado.

Uma importante questão tratada em GR diz respeito à discrepância entre as categorias da língua, visto que os estudiosos desafiam essa separação, abandonando a visão dicotômica herdada do estruturalismo lingüístico de Saussure. Os estudos em GR mostram que a mudança se dá de forma não abrupta, uma vez que as formas não mudam subitamente de uma categoria para a outra; pelo contrário, elas passam por mudanças graduais que se “transpassam”, e assim, são seguidas por variação na forma e na função. Desse modo é que a GR demonstra que na língua não há categorias discretas, mas sim uma fluidez entre elas.

Desse modo, membros de categorias maiores (nome e verbos), e intermediárias (adjetivos e advérbios) servem de fontes para a formação de novos membros de categorias menores (preposição, conjunções, pronomes e verbos auxiliares). Os autores afirmam que na passagem de uma categoria a outra haveria um período de transição em que os itens teriam característica de uma e outra categoria, e assim, uma sobreposição seria percebida (Hopper e Traugott, 1993).

Para ilustrar essa sobreposição, os estudiosos lançam mão de um *continuum/cline* a fim de ilustrar a gradualidade do processo de mudança. Do ponto de vista da mudança,

o termo *cline* tem duas acepções: sincrônica e diacrônica. De uma perspectiva histórica, um *cline* é a trajetória natural de evolução das formas, um tipo de “declive escorregadio” que direciona o desenvolvimento de novas formas. Sincronicamente, um *cline* pode ser entendido como um *continuum*: um arranjo de formas ao longo de uma linha imaginária, em que em um ponto está uma forma mais plena, considerada mais lexical, e do lado oposto, está uma forma reduzida e compacta, talvez mais gramatical (Hopper e Traugott, 1993, p. 6-7).

As duas metáforas, *cline* e *continuum*, são entendidas por terem certos pontos focais onde o fenômeno pode estar agrupado e, por isso, os pontos reunidos no *cline* são, até certo ponto, arbitrários, dada a fluidez das categorias. Embora haja discordâncias entre lingüistas com relação em que ponto do *cline* colocar as categorias, não se discute a sua eficácia no arranjo das categorias. Hopper e Traugott propuseram o seguinte *cline* de gramaticalidade:

(02) ITEM LEXICAL > ITEM GRAMATICAL > CLÍTICOS > AFIOS FLEXIONAIS
(HOPPER e TRAUGOTT, 1993, p. 7)

Cada item localizado mais à direita é claramente mais gramatical que o seu par à esquerda. No entanto, é muito difícil estabelecer limites firmes entre as categorias representadas no *cline*, uma vez que, como já foi dito, a mudança se dá de maneira gradual, e, portanto, os limites não são claros entre uma categoria e outra. Dessa forma, esse tipo de *cline*, além de desafiar a noção de categorias discretas na língua, revela o caráter unidirecional da mudança.

1.4 CRITÉRIOS DE GRAMATICALIZAÇÃO

Hopper (1991) afirma que a gramática de uma língua nunca é estável e que todas as partes da gramática estão continuamente sofrendo transformações, e, por isso, novas funções para formas já existentes na língua estão emergindo. Nesses termos é que ele afirma que a gramática de uma língua é emergente.

Para o autor, o importante não é saber o que faz parte da gramática da língua, mas sim o processo pelo qual as formas atingem a gramática, ou a gramaticalização. Dada essa noção de gramática emergente, o autor afirma que é possível reconhecer quando uma forma está mais ou menos gramaticalizada, e, para isso, lança mão de alguns critérios que permitem identificar os primeiros estágios de GR e, por conseqüência, a emergência de novas formas e construções gramaticais.

Os princípios propostos por Hopper são:

(a) Estratificação

Conforme o princípio de estratificação, quando formas surgem na língua, as formas antigas não desaparecem de imediato, ou seja, a forma nova não substitui imediatamente (e talvez nunca substitua) as formas já existentes; pelo contrário, as formas passam a coexistir em um mesmo recorte temporal. É importante observar que esse princípio implica a gradualidade do processo, e conseqüentemente, a polissemia das formas.

Para exemplificar esse princípio, o autor utiliza o pretérito do inglês, em que coexistem duas camadas, uma mais antiga, representada pela alternância das vogais para diferenciar o presente do passado, como em *take/took*, e uma mais recente representada pela alternância do /t/ e /d/, assim como em *walk/walked*.

(b) Divergência

Quanto à divergência, Hopper (1991) observa que esse princípio pode ser considerado simplesmente um caso especial de estratificação. A divergência se refere ao fato de que quando uma forma lexical sofre gramaticalização, a forma original pode permanecer como elemento lexical autônomo e sofrer novas mudanças, como qualquer outro item lexical.

Ainda que a divergência possa ser entendida como um caso especial de estratificação, ela é um tanto diferente, dado que envolve diferentes graus de gramaticalização em domínios funcionais similares, freqüentemente de formas lexicais muito diferentes. Enquanto a divergência é aplicável aos casos em que o item lexical autônomo torna-se gramaticalizado em um contexto e não se torna gramaticalizado em um outro, a estratificação atua nas codificações de uma mesma função (HOPPER, 1991, p.24)

A divergência resulta da multiplicidade de funções para uma mesma forma fonológica. Assim, por meio desse princípio, nota-se que pode haver duas formas fonologicamente idênticas, porém com funções e significados distintos. O que decorre dessa relação é a multifuncionalidade.

Como exemplos de divergência, cito o verbo *to go* do inglês que, apesar de ter sofrido o processo de GR e ganhado o valor semântico de futuro, codificado pela expressão *going to*, o uso como verbo de movimento não foi substituído pelo temporal, pelo contrário, eles coexistem atualmente no inglês. Outro exemplo é o caso da partícula *pas* do francês, usada em estrutura de negação e que ainda é utilizada como substantivo “passo”, significado do qual foi originada.

(c) Especialização

Esse princípio se refere ao estreitamento de escolhas que caracteriza uma construção gramatical emergente, isto é, se relaciona com a restrição de opções para se codificar uma determinada função, à medida que uma forma gramatical se torna mais obrigatória em determinados contextos.

Um bom exemplo de especialização é a partícula *pas* do francês, que utilizada como substantivo *passo*, ganhou estatuto gramatical na estrutura de negação que integra. Historicamente, a partícula negativa original era *ne*, e nomes como *pas step*, *pace/passos* poderiam reforçar a negação. Em um estágio inicial, um verbo de movimento negado pelo *ne* poderia opcionalmente ser reforçado pelo pseudo-objeto nominal *pas* (*passo*), como em *Il ne va (pas)*. Nesse contexto, a palavra *pas* foi reanalisada como uma partícula negativa, em uma estrutura do tipo *ne* Vmovimento (*pas*), porém o contexto de uso de *pas* foi estendido para outros tipos de verbos que não fossem de movimento, e dessa forma, a partícula *pas* foi reanalisada como sendo obrigatória junto à *ne* para a negação em geral: *ne V pas*.

(d) Persistência

O quarto princípio se relaciona com a história de uma forma gramaticalizada, ou seja, com a sua forma fonte. Esse princípio, como o próprio nome diz, ajuda a reconhecer alguns traços sintáticos e semânticos do item fonte que ainda persistem na forma gramaticalizada. Exemplos de itens que sofreram o processo de GR e que preservam traços de seus itens fontes são as conjunções *todavia* e *embora*. Esses itens apresentam sua origem em uma base adverbial, e ainda hoje apresentam mobilidade sintática típica de advérbios, como pode ser verificado no exemplo (01), dado por Bechara (2000), e (02) retirado do *corpus*:

(01) Eles não chegaram nem **todavia** deram certeza da presença.

(01´) Eles não chegaram nem deram, **todavia**, certeza da presença.

(01´) Eles não chegaram nem deram certeza da presença, **todavia**.

(02) Dotado de flora riquíssima e variada, conta o Brasil com grande número de espécies vegetais que o povo emprega para debelar os mais diversos males, faltando-lhe **embora** competência para julgar dos resultados. (CEL:Beblt)

(e) Descategorização

O último princípio diz respeito à perda, por meio do processo de GR, de marcadores de categorialidade, e autonomia discursiva, como, por exemplo, nomes que deixam de identificar participantes no discurso, e verbos que deixam de registrar novos eventos. Isso implica que a forma gramaticalizada deixa de ter características morfológicas e sintáticas que caracterizem a forma plena e passam a assumir propriedades de categorias secundárias como, por exemplo, advérbios, preposições, conjunções, etc.

1.5 MECANISMOS DA GRAMATICALIZAÇÃO: PROCESSOS COGNITIVOS

Heine et al. (1991a) discutem algumas estratégias utilizadas pelos falantes para adquirir uma nova forma na língua, para designar conceitos já existentes. A principal delas seria a extensão de uso de formas já existentes para expressão de novos conceitos, comumente descrita como uma estratégia que inclui transferência metafórica e metonímica. Segundo eles, essa estratégia seria responsável pela introdução de novos lexemas e, ao mesmo tempo, pela criação de expressões gramaticais.

A fim de explicarem a criação de formas lingüísticas que passam a servir de expressões gramaticais, Heine et al. (1991a), baseados em Werner e Kaplan (1963), utilizam o princípio da exploração de velhas formas para designar novas funções. Por esse princípio, conceitos concretos são empregados para explicar, entender, descrever,

fenômenos menos concretos. Dessa forma, estruturas mais claras são recrutadas para conceituar entidades menos claras, e experiências não físicas são entendidas em termos de experiências físicas, por exemplo, tempo em termos de espaço, causa em termos de tempo, ou relações abstratas em termos de relações espaciais físicas.

Os autores acreditam que esse princípio é regido por fatores cognitivos, uma vez que o falante tem a habilidade de conceituar domínios abstratos da cognição em termos de domínios concretos.

De acordo com Heine et al. (1991ab), os principais mecanismos pelos quais a GR ocorre são de natureza metafórica e metonímica. Esses dois mecanismos atuam na alteração de sentido, porém de modos distintos. Enquanto a metáfora relaciona significados mais abstratos com mais concretos, a metonímia envolve relações presentes no contexto lingüísticos e extra-lingüísticos, estando fortemente relacionada a fatores discursivos.

Apesar dessas diferenças de natureza, os componentes metonímico e metafórico coexistem no processo de gramaticalização e essa coexistência poderia ser representada pela seguinte estrutura:

$$\boxed{A \Rightarrow A,B \Rightarrow B}$$

ESQUEMA 01: MUDANÇA DE SIGNIFICADO POR METÁFORA E POR METONÍMIA

Esse esquema sugere que a transição de uma entidade conceitual A para uma B possui um estágio intermediário (A,B), em que as duas entidades coexistem lado a lado. A presença desse estágio intermediário é responsável, na estrutura da língua, por alguns tipos de ambigüidade e variação, estágio em que a metonímia atua. No resultado final do processo que a atuação metafórica é notada, já que um significado passa de A para B

por abstratização de significado como se não houvesse a variação entre um e outro (HEINE et al. 1991b; p.166).

Quanto à abstração metafórica, os autores afirmam que ela é considerada toda a base da gramaticalização, pois se refere ao modo como os falantes entendem e conceituam o mundo ao redor. Tanto os conceitos mais concretos quanto os mais abstratos se agrupam a determinadas categorias cognitivas básicas, que podem ser arranjadas em uma escala que tem a seguinte configuração:

(03) PESSOA > OBJETO > PROCESSO > ESPAÇO > TEMPO >
QUALIDADE
(HEINE et al. 1991b; p.157)

Essas categorias cognitivas podem abarcar muitos conceitos que representam a experiência humana. A passagem de uma categoria a outra se dá metaforicamente, partindo de conceitos concretos para abstratos, sendo que os conceitos à esquerda servem de fonte para os domínios que estão à direita. Desse modo, com base no arranjo dessas categorias, surge a noção de **metáfora categorial** – como, por exemplo, considerar *espaço* como sendo um **objeto** ou **tempo** como sendo **espaço** – em que a primeira categoria estabelece o tópico e a segunda o veículo para processo metafórico (HEINE et al. 1991b; p.157).

A organização das categorias é unidirecional, parte da esquerda para a direita e pode ser definida em termos de abstração metafórica, em que uma dada categoria é mais abstrata do que qualquer outra categoria que estiver à sua esquerda e menos abstrata do que qualquer uma à sua direita. Esse *cline* está de acordo com a afirmação de Heine et al. (1991ab) de que a GR é o resultado de uma estratégia de solução de problemas, segundo a qual conceitos que são imediatamente acessíveis à experiência humana são empregados para a expressão de conceitos menos acessíveis e mais abstratos.

Os autores estabelecem um tipo de correlação entre essas categorias metafóricas, a divisão de classes de palavras e os tipos de constituintes, conforme ilustra o quadro a seguir:

CATEGORIA	TIPO DE PALAVRA	TIPO DE CONSTITUINTE
PESSOA	nome humano	sintagma nominal
OBJETO	nome concreto	sintagma nominal
PROCESSO	verbo dinâmico	sintagma verbal
ESPAÇO	Advérbio	sintagma adverbial
TEMPO	Advérbio	sintagma adverbial
QUALIDADE	adjetivo, verbos de estado, advérbio	modificador

CATEGORIAS METAFÓRICAS E CLASSE DE PALAVRAS (HEINE et al. 1991b; p.160)

É importante comentar que essa relação estabelecida pelos autores entre categorias metafóricas e classe de palavras reproduz tendências e não uma correlação necessária. Assim, é provável que a categoria **tempo**, por exemplo, possa ser representada por um advérbio e, conseqüentemente, por um sintagma adverbial.

Com relação à metonímia, Heine et al. (1991ab) afirmam que ela é usada para designar a mudança que sofre uma determinada forma em função do contexto lingüístico e pragmático em que está sendo utilizada. O fator responsável pelo surgimento da metonímia é uma manipulação discursiva dos conceitos que estão sujeitos a fatores contextuais na interpretação enunciativa induzida pelo contexto.

Como já foi apontado, a metonímia revela a gradualidade do processo, que pode ser melhor verificado na figura abaixo, em que categorias mencionadas não são completamente separadas uma das outras, como em:

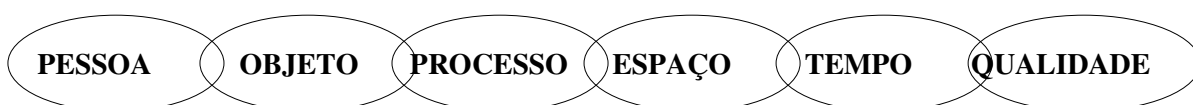


FIGURA 01: CATEGORIAS COGNITIVAS (HEINE et al. 1991b; p.162)

Por essa figura, nota-se que as categorias, ainda que sobrepostas, pode ser bem interpretada como representante de um *continuum* sem qualquer divisão clara e interna entre as fronteiras.

Assim, uma análise em termos de saltos metafóricos discretos capta apenas um aspecto do processo, pois na GR, existe tanto descontinuidade, como continuidade, ou seja, tanto transferência metafórica, como extensão gradual. Dessa forma, a presença de tais atividades cognitivas divergentes pode ser o resultado de uma interação entre operações cognitivas e estratégias textual-pragmáticas.

Além desses mecanismos, Bybee (2003) elenca alguns processos cognitivos que seriam responsáveis pela formação de um item/morfema gramatical, a saber: automatização, categorização, inferência pragmática e generalização. Esses processos poderão auxiliar na verificação da formação da concessiva *embora*.

A autora observa que um item gramatical pode sugerir por automatização, quando é usado pelos falantes da língua de forma repetitiva, até se tornar automático, e os usuários da língua não reconhecerem mais o significado primeiro.

A categorização, por sua vez, seria a habilidade do falante em categorizar elementos lingüísticos recorrentes na língua, o que se dá pela expansão de contextos em que um item é usado como, por exemplo, o que ocorreu com o verbo *to go* do inglês, que originalmente exigia somente sujeitos com o traço [+ humano], e posteriormente, com o aumento de contextos, seu uso foi expandido para todos os tipos de sujeitos e verbos, sendo usado como marca de futuro.

Com relação à inferência pragmática, a autora, baseada em Traugott (1982) e em Hopper e Traugott (1993), afirma que por esse mecanismo o falante tem a habilidade de julgar com precisão o que o ouvinte pode fornecer e formular seu discurso. Em outras

palavras, a inferência pragmática consiste na tendência de o falante/ouvinte fazer inferências a partir do que está sendo dito.

Por fim, a autora afirma que a generalização ou *bleaching* semântico, como chamado por ela, nada mais é do que uma consequência da automatização, visto que por generalização, a autora entende a perda de característica de um item pelo “desgaste”, ou uso freqüente. Assim, como afirma Bybee, a generalização semântica ou *bleaching* seria causada pela alta freqüência de uso de um item.

Além desses processos, a reanálise e a analogia têm sido amplamente reconhecidas como mecanismos significativos para a mudança em geral, especialmente para a mudança morfossintática. A reanálise modifica as representações subjacentes, quer semântica, sintáticas ou morfológicas, e traz mudança na regra. A analogia, por sua vez, modifica manifestações superficiais e não efetua a mudança na regra, embora efetue a expansão da regra dentro do sistema lingüístico ou dentro de uma comunidade de fala (Hopper e Traugott, 1993, p.32)

Alguns autores, como Carol Lord (1976, *apud* HEINE et al. 1991b. p. 215), utilizam o termo reanálise como um quase sinônimo de gramaticalização. Segundo Heine et al. (1991ab), Heine e Reh (1984) propõem a separação entre a reanálise e a gramaticalização, essencialmente por causa do princípio da unidirecionalidade, que é uma propriedade inerente à última, mas não à primeira (HEINE et al., 1991b, p.167).

Tipicamente, a reanálise acompanha a gramaticalização, já que o contexto lingüístico motiva o processo de GR, tem como consequências mudanças sintáticas e semântico-pragmáticas.

A analogia diferentemente da reanálise se refere à atração de formas existentes para construções também já existentes, e envolve alterações ao longo do eixo paradigmático. Meillet entendia analogia como um processo pelo qual irregularidades

na gramática, principalmente no nível morfológico, eram regularizadas. Hopper e Traugott (1993) não vêem a analogia simplesmente como generalização de uma regra, pelo contrário, eles afirmam que há uma importante perspectiva na analogia, que diz respeito à generalização através dos padrões de uso, como refletido pela frequência com que os *tokens* de uma estrutura podem ocorrer através do tempo.

Na concepção de Hopper e Traugott, a reanálise e a analogia são os principais mecanismos envolvidos em mudança e se complementam na explicação de fenômenos de mudança. Elas envolvem inovações ao longo de diferentes eixos, dado que a primeira opera no eixo sintagmático, na estrutura linear dos constituintes, já a segunda opera no eixo paradigmático, dos constituintes opcionais, porém somente a reanálise pode de fato criar uma nova forma gramatical.

1.6 MOTIVAÇÕES PRAGMÁTICAS DA GR

Conforme Hopper e Traugott (1993), dentre os vários fatores que instigam a GR, os principais são: a economia, que os falantes utilizam mesmas formas para dizer coisas diferentes, com propósitos diferentes; clareza, que os falantes tentam ser claros e informativos com seus ouvintes; e a expressividade, que o falante expressa atitudes na situação discursiva. Dessa forma, todos esses fatores estão relacionados e pautados nas intenções do falante e ouvinte e, por isso, podem ser chamados de motivações pragmáticas. Com base nessas noções, os autores acreditam que as mudanças de sentido e as estratégias pragmáticas que as motivam são centrais nos primeiros estágios de GR, e estão crucialmente ligadas à expressividade.

Alguns gramaticalizadores como Traugott (1982), Traugott e König (1991), Hopper e Traugott (1993), e Traugott (1999) colocam a questão da pragmática como

foco da mudança de significado que acompanha a GR. Para os autores, além de fatores interacionais serem responsáveis pelo acréscimo de itens gramaticais na língua, a mudança de significado sofrida por um item é sempre unidirecional, partindo de um significado centrado na situação externa em direção à situação centrada na crença/atitude do falante.

Dentro dessa perspectiva, Traugott e König (1991) e Hopper e Traugott (1993) utilizam a metonímia para explicar de que maneira um significado *A* passa a ser inferido como *B*, em determinados contextos, até se tornar convencionalizado. Para explicar essa inferência de sentido, os autores utilizam a proposta de Grice (1975), em termos de implicaturas conversacionais.

De acordo com o autor, a implicatura seria resultado da quebra de uma ou mais de uma das cinco máximas propostas por ele, a saber: máxima da **quantidade**, da **qualidade**, da **maneira**, da **relação** e da **relevância**. Assim, o falante ao infringir uma dessas máximas geraria uma implicatura, “forçando” o ouvinte a fazer uma inferência nesse contexto, interpretando um sentido novo *B* a partir de um sentido velho *A*. O autor chamou as implicaturas de conversacionais, pois as inferências são feitas somente em determinadas instâncias de conversação, ou seja, em determinados contextos de uso e não em outros, o que sugere que o contexto seria responsável pela interpretação desse novo sentido, sempre atendendo a propósitos comunicativos. Quando esses significados são entendidos pelos falantes em outros contextos, eles se tornam convencionalizados e o sentido primeiro é perdido. Por isso que os estudiosos de GR chamam esse processo de **convencionalização de implicaturas conversacionais**.

Conforme Hopper e Traugott (1993), o papel dessas inferências pragmáticas na GR está no fato de que as implicaturas se tornam frequentemente “semantizadas”, isto é, se tornam parte da polissemia da forma. Desse modo, como já foi discutido, antes de um

significado se tornar convencionalizado, por metonímia, ele passa por um estágio de polissemia, e poderá ser interpretado como AB, acarretando uma variedade de significados e uma provável mudança semântica.

Para ilustrar essas afirmações, os autores investigam a formação de conjunções do inglês, mostrando os contextos de ambigüidade, e as inferências de sentido, antes da mudança ser definitivamente instaurada. Os exemplos mais clássicos de GR de conjunções se referem à *since*, e à formação da conjunção *while*. No caso de *since*, ao ser empregada com sentido temporal em determinado contexto lingüístico, permitiria uma leitura ambígua de tempo e causa. Os autores fornecem os seguintes contextos em que fica evidente a leitura temporal, como em (03), a leitura ambígua entre tempo e causa marca, como em (04), e a leitura puramente causal, como em (05):

- (03) I have done quite a bit of writing **since** we last met. (temporal)
 ‘Eu tenho escrito um pouco, **desde** o nosso último encontro’.
- (04) **Since** Susan left him, John has been very miserable. (temporal, causal)
 ‘**Desde** que Susan o deixou, John tem estado arrasado’.
- (05) **Since** you are not coming with me, I will have to go alone. (causal)
 ‘**Já que** você não vem comigo, eu terei que ir sozinho.’

A conjunção *while*, empregada em determinados contextos em que há a concomitância temporal de idéias contrárias, teve seu significado implicado como concessão, e não mais como tempo. Traugott e König (1991) mostram que historicamente a concessiva surgiu de uma locução temporal *while* que significava *no tempo em que*, indicando, portanto, uma situação temporal, via um conectivo temporal aglutinado em *while*, indicando simultaneidade; e, por fim, passou a funcionar como a concessiva *while*, expressando uma atitude do falante, assim como no exemplo dado por Traugott (1982, p. 254):

- (06) **While** I quite like that kind of tiling, I don't care for it enough to buy any.

(06') **Embora** eu goste desse tipo de telha, eu não me importo a ponto de comprá-la.

Assim, por meio de dados diacrônicos do inglês, os autores mostram que contextos lingüísticos como, por exemplo, eventos narrados no passado, e situações que denotam concomitância de situações adversas teriam propiciado a leitura de causa e concessão, respectivamente, para *since* e *while*. Os autores afirmam que além de contextos sintáticos diferentes serem responsáveis pela leitura temporal em (03), e causal em (05), por exemplo, as intenções comunicativas dos falantes fazem com que esses itens adquiram um novo significado na língua.

Não é difícil imaginar por que uma forma temporal passa em alguns contextos sintáticos a ter um significado causal, uma vez que os eventos, pautados nesse tipo de relação semântica, estão dispostos em uma seqüência cronológica, ou seja, a causa antecede temporalmente a consequência. Se pensarmos em (04), primeiro Susan terminou com John e em seguida ele ficou infeliz. Desse modo, logicamente, um evento temporal segue outro, e logicamente, a causa é anterior ao seu efeito.

Traugott e König (1991) levantam questionamentos sobre o que motivaria o falante a utilizar um valor temporal como concessivo, e explicam que contextos temporais que sinalizam a coexistência de eventos seriam os principais responsáveis pelo surgimento do significado concessivo.

Os autores acreditam que ao se gramaticalizar, expressões concessivas ganhariam em expressividade, em pragmática, uma vez que itens que denotam concessão, por exemplo, sinalizam com mais evidência do que os temporais a expectativa do falante com relação ao ouvinte. Desse modo, eles propõem que a mudança de significado de um item que sofre GR seja unidirecional e siga a seguinte trajetória: significados baseados na situação exterior > significados baseados na situação interna > significados situados na atitude/crença do falante.

Dentre os vários exemplos de mudança de significado baseada na situação externa para a situação interna, podemos citar *from...to*, discutida por Heine et al. (1991b). Segundo os autores, *from...to* com o sentido temporal surgiu do sentido espacial, uma vez deslocamento no espaço leva ao deslocamento no tempo. Assim como nos exemplos abaixo, nota-se que de uma situação física (espacial) a estrutura passa a ter uma acepção temporal, com a função sintática de preposição que indica tempo.

(07) **From** Cologne **to** Vienna it is 600 miles. (espaço)

‘**De** Cologne **a** Vienna são 600 milhas’.

(08) To get to Vienna, you travel **from** morning **to** evening. (tempo)

‘Para chegar em Vienna, você viaja **de** manhã até **a** noite’.

Assim, um significado espacial passou a ser interpretado como temporal, passando de um significado baseado na situação exterior (mais concreto), para um significado interior (mais abstrato).

Como exemplo de mudança de significado baseada na situação interna para significados baseados na situação textual, Traugott e König (1991) citam o item *after* que, de advérbio temporal, passou a conectar orações subordinadas que expressam relações de tempo.

Por fim, como exemplo de fortalecimento do significado situado na atitude do falante, os estudiosos elegem as concessivas, as causais e os itens de negação para ilustrar essa passagem. Por exemplo, *while* teria passado de uma situação temporal para uma situação textual/coesiva em que liga orações (principal e subordinada) até a assumir, além da função coesiva, um significado baseado na atitude do falante com relação às possíveis crenças/pensamentos do ouvinte.

Por essa razão, os autores afirmam que há uma pragmatização de significado e o principal mecanismo responsável que dispara esse fortalecimento pragmático é um **princípio de informatividade ou relevância**, essencialmente relacionado à tendência

do falante em ser tão informativo quanto possível, dada a necessidade da situação. Em outras palavras, o falante se baseia em suas crenças sobre o ouvinte e sobre a situação comunicativa, e tende a ser cada vez mais claro e preciso no que diz respeito à quantidade de informação dada por ele.

Esse princípio estaria relacionado com as implicaturas conversacionais, uma vez que o falante, ao tentar ser mais específico por meio de um código gramatical, convidaria o ouvinte a selecionar a interpretação mais informativa. Na verdade, os autores discutem que a mudança vai de menos para mais informação, isto é, na direção do código explícito da relevância e da informatividade que antes era apenas entendido implicitamente.

Desse modo, os estudiosos acreditam que a convencionalização de implicaturas conversacionais e o **princípio de informatividade** são os mecanismos responsáveis pelo surgimento de itens gramaticais, principalmente de concessivas, causais, e itens negativos.

Visto que esses mecanismos, diretamente relacionados com a metonímia, atuam por pressões do contexto, induzindo a uma reinterpretação de significado, discuto na próxima seção uma tipologia de contextos proposta por Heine (2002), que ajudaria na explicação do surgimento desses itens gramaticais.

1.6.1 O PAPEL DO CONTEXTO EM GR

Heine (2002) afirma que a evolução de uma categoria gramatical é conduzida pelo contexto, e, sendo assim, uma análise da variação contextual pode oferecer uma ferramenta poderosa de reconstrução, já que estágios diferentes de evolução tendem a ser refletidos na forma de contextos diferentes.

Desse modo, o autor propõe uma variedade de contextos desde aquele em que sua fonte era usada, passando por um contexto em que o novo significado é inferido, até os novos contextos em que o novo significado passa a ser convencionalizado pelos falantes da língua.

Para o autor, há três tipos de contextos: o contexto *bridging*, o contexto *switch* e convencionalização. O contexto *bridging* está relacionado com a mudança semântica, portanto, esse tipo de contexto pode ser descrito em termos de inferências, implicaturas ou sugestões. Para esse tipo de contexto, Heine (2002) enumera as seguintes propriedades: (a) dispara um mecanismo de inferência, que oferece interpretações mais plausíveis para a nova forma; (b) não exclui a possibilidade de recuperar o significado fonte; (c) associa uma forma lingüística a um número de diferentes contextos *bridging*.

O contexto *switch*, por seu lado, é o tipo de contexto fundamental para o surgimento do significado alvo, já que é o tipo de contexto em que o significado alvo é isolado do significado mais lexical ou fonte. Esse contexto tem a propriedade de: (a) não ser compatível com propriedades do item fonte; (b) não possibilitar, portanto, a interpretação em termos do significado fonte; (c) apresentar uma única interpretação para o novo significado e; (d) ser específico para a interpretação do significado novo.

Depois que o item passa a ser utilizado em contextos que sugerem o significado novo e em contextos em que a leitura do significado fonte já não era mais possível, passa pelo contexto que o autor chama de convencionalização. Nesse momento, o significado independe de pistas contextuais e poderá: (a) ser usado em novos contextos; (b) violar ou contradizer o significado fonte e; (c) co-ocorrer na mesma sentença em que o fonte.

Esses três contextos são associados a estágios de desenvolvimento de um item gramatical, que podem ser verificados abaixo:

Estágio I: há uma expressão com um significado fonte ocorrendo em uma variedade de contextos.

Estágio II: esse estágio se relaciona com o contexto *bridging*, momento em que um contexto específico gera uma inferência em favor de um novo significado.

Estágio III: esse momento é associado ao contexto *switch*, já que não é mais permitido a interpretação em termos do significado fonte.

Estágio IV: no estágio final, o significado novo se desvincula daquele contexto que o gerou, e agora, convencionalizado, poderá ser usado em novos contextos.

Segundo o autor, cada tipo de contexto citado acima corresponde a um tipo de estágio. Dessa forma, o contexto *bridging* corresponde ao segundo estágio, o contexto *switch* corresponde ao terceiro, e, finalmente, o contexto de convencionalização corresponde ao quarto estágio. Essas correspondências podem ser ilustradas da seguinte forma.

ESTÁGIOS	CONTEXTO	SIGNIFICADO RESULTANTE
I: estágio inicial	contexto natural	significado fonte
II: contexto <i>bridging</i>	um contexto específico possibilita uma inferência, a favor do novo significado	significado alvo em primeiro plano
III: contexto <i>switch</i>	contexto incompatível com a forma fonte	significado fonte em segundo plano
IV: convencionalização	o significado alvo não necessita de um contexto específico para ser entendido, ele agora pode ser usado em novos contextos	somente o significado alvo

QUADRO 02: TIPOLOGIA DE CONTEXTOS, HEINE (2002:86)

A passagem entre esses estágios não ocorre de maneira discreta, mas sim de forma gradual, contínua, que vai do estágio I ao estágio IV. Por isso, o autor afirma que essa proposta visualizada na tabela acima é um modo de descrever aspectos históricos da gramaticalização por meio de uma sucessão de diferentes estágios em desenvolvimento.

Para exemplificar essa proposta, Heine explica a passagem do pronome reflexivo à marca de passiva, em algumas línguas africanas, e a passagem de um marcador temporal para uma conjunção de contraste ou concessão, da língua alemã. Visto a investigação do desenvolvimento da conjunção concessiva do português *embora*, restrinjo a exposição da formação da concessiva *dabei* do alemão, aplicada nos quatro estágios propostos por ele.

Sincronicamente, o item *dabei* é usado na língua tanto como advérbio temporal, que se refere a uma extensão limitada de tempo, formada pelo advérbio *da* + a preposição *bei*, como conjunção concessiva. Para ilustrar o desenvolvimento diacrônico da concessiva, o autor expõe os quatro estágios de formação desse significado, exemplificados de (09) à (12):

(09) *Karl geht schlafen; dabei trägt er einem Schlafanzug*

‘Karl está indo para a cama; (no momento) ele está usando um pijama.’

(10) *Karl geht schlafen; dabei ist er gar nicht müde.*

‘Karl está indo para a cama; ele **ainda** não está cansado.’

(11) *Karl geht schlafen; dabei geht er um diese Zeit nie schlafen.*

‘Karl vai para a cama; **embora** ele nunca vá para a cama nesse horário.’

(12) *Karl geht schlafen; dabei war er eben noch überl aupt nicht müde.*

‘Karl está indo para a cama, **embora** a um momento atrás ele não estivesse cansado.’

Conforme a interpretação feita pelo autor, em (09) *dabei* apresenta o significado de co-simultaneidade temporal, portanto, o contexto em que ela está ocorrendo corresponde ao estágio inicial temporal, em que duas ações ocorrem ao mesmo tempo. Já em (10), nota-se que há um contraste entre a primeira parte do enunciado e a segunda, sugerindo, dessa forma, uma interpretação concessiva, ainda que o significado

temporal esteja presente. Pelo fato do contexto possibilitar essa inferência, ele é caracterizado como sendo um contexto *bridging* estando, o item, portanto, no segundo estágio, o de ambigüidade.

No que se refere ao exemplo (11), percebe-se um contexto diferente, o *switch*, correspondente ao estágio III, isto é, o significado temporal não pode mais ser atribuído ao item *dabei*, já que somente a interpretação concessiva pode ser notada nesse contexto.

Uma observação importante de Heine (2002), com relação a esses contextos, é que conforme o item ganha mais significado de concessão, sua posição passa a ser mais rígida dentro da sentença, o que não ocorria quando ela apresentava somente uma leitura temporal.

O contexto do último exemplo, por sua vez, corresponde ao quarto estágio da proposta de Heine, já que o significado concessivo se convencionalizou. Desse modo, antes era necessário haver um contexto entre duas situações incompatíveis, para que houvesse uma interpretação concessiva, agora o item se desgarra desse tipo de contexto, sendo utilizado em vários outros contextos diferentes tendo o valor concessivo convencionalizado.

A partir dessa explanação, Heine (2002) afirma que os contextos para a formação da concessiva *dabei* do alemão estariam ilustrados no seguinte quadro:

ESTÁGIOS	CONTEXTO	SIGNIFICADO RESULTANTE
I: estágio inicial	<i>dabei</i> estabelece entre as orações uma relação temporal. A posição do item não é fixa.	simultaneidade temporal
II: contexto <i>bridging</i>	o conteúdo vinculado na segunda parte do enunciado contrasta com os da primeira parte; o item só pode ocorrer no início da sentença.	inferência concessiva está em primeiro plano (figura)
III: contexto <i>switch</i>	a primeira ou a segunda oração se refere a uma situação em um tempo estável.	significado temporal está em segundo plano (fundo)
IV: convencionalização	o significado alvo não necessita de um contexto específico para ser entendido, ele agora pode ser usado em novos contextos	somente o significado concessivo

CONTEXTOS PARA A FORMAÇÃO DA CONCESSIVA *DABEI* DO ALEMÃO, HEINE (2002:86)

No capítulo referente à análise histórica, essa tipologia de contextos será aplicada nos dados do português, para apreender a formação da concessiva *embora*.

1.7 GRAMATICALIZAÇÃO DE CONJUNÇÕES

Na literatura da GR de conjunções, há trabalhos significativos, como de Traugott (1982, 1999), Sweetser (1988 e 1990), Traugott e König (1991), König (1984) e Chen (2000), os quais discuto a seguir.

No que diz respeito à mudança de significado que acompanha a GR de conjunções, Traugott (1982) privilegia o segundo mecanismo discutido por Heine et al. (1991ab), a saber, a metonímia, de natureza pragmática, e sugere uma proposta para desenvolver uma tipologia das mudanças semântico-pragmáticas no processo de GR. A proposta formulada pela autora é baseada em Halliday & Hasan (1976), cujo modelo

semântico funcional abarca três componentes da linguagem: o proposicional, o textual e o expressivo.

O componente **proposicional** envolve os recursos da linguagem que utilizamos para falar de qualquer assunto relacionado ao mundo extralingüístico, ou seja, elementos mais referenciais. Nesse domínio, estariam os elementos diretamente relacionados com a comunicação face a face, isto é, que estão ancorados no discurso, como os pronomes dêíticos, de tempo, espaço e de pessoa, que se referem à localização e à orientação dos interlocutores. O **textual**, por sua vez, fornece recursos que possibilitam um discurso coeso, tais como os vários conectivos e os elementos anafóricos, que estão diretamente ligados com eventos do discurso. Por fim, o componente **expressivo** disponibiliza a expressão que denota atitude pessoal sobre o que está sendo dito na situação discursiva, no próprio texto, e sobre outros participantes do discurso.

A proposta da autora é a de que a mudança de significado se dá de forma unidirecional, partindo do componente proposicional, com a possibilidade de passar pelo textual, em direção ao expressivo, e nunca o contrário. Essa hipótese foi mostrada pela autora no seguinte *cline*:

(04) PROPOSICIONAL (> TEXTUAL) > EXPRESSIVO
(TRAUGOTT, 1982: 256)

Anos mais tarde, a autora junto com König reformula essa proposta, afirmando que a mudança semântica seguiria três tendências semântico-pragmáticas. Pela primeira tendência os autores entendem que significados baseados na situação externa seria a fonte para o desenvolvimento de significados baseados na situação interna ao discurso (cognitivo/ avaliativo).

A segunda tendência semântico-pragmática explicaria o surgimento de significados baseados na situação textual (coesivo) a partir de significados baseados na situação externa. Como exemplo, os autores mencionam surgimento do item coesivo *after*, do inglês, desenvolvido a partir de um significado temporal (*depois*).

A última tendência está relacionada com o desenvolvimento de significados situados na crença/atitude subjetiva do falante, ou seja, com o surgimento de itens que expressam a surpresa, expectativa, sentimento do falante com relação a duas proposições. Dessa forma, haveria uma pragmatização do significado, visto que a relação estabelecida nesse nível envolve as crenças, atitudes do falante com relação ao ouvinte e à situação discursiva.

Assim, os autores sugerem que a mudança de significado que acompanha a GR teria a seguinte direção: significados baseados na situação exterior > significados baseados na situação interna > significados situados na atitude/crença do falante. É importante salientar que, quando um significado se pragmatiza, não necessariamente passará por todas as tendências semântico-pragmáticas, podendo, por exemplo, ser desenvolvido a partir de um significado baseado na situação externa, não passando pela textual.

Traugott (1999) propõe que essas tendências semântico-pragmáticas estariam incluídas em outros dois processos, a subjetivização e a intersubjetivização. Segundo ela, a subjetivização é um processo que, ao longo do tempo, desenvolve significados que externalizam as perspectivas dos falantes com relação aos eventos do mundo discursivo, e não aos aspectos do mundo real. Já a intersubjetivização é o processo pelo qual os significados se tornam, ao longo do tempo, mais centrados na crença do falante com relação às atitudes do ouvinte. Dessa maneira, nota-se que a subjetivização é um

mecanismo centrado no falante, ao passo que a intersubjetivização é centrada no ouvinte.

Conforme a autora, não se pode separar esses dois mecanismos, uma vez que não há intersubjetivização sem um grau de subjetivização, pois é o falante quem recruta os significados para expressar as crenças, atitudes, etc. Dessa forma, a trajetória semântica seria a seguinte: subjetivização > intersubjetivização.

Na verdade, Traugott e König (1991) discutem que a mudança metonímica vai de menos para mais informação, isto é, na direção do código explícito da relevância e da informatividade que antes era apenas entendido implicitamente, o que a caracteriza como sendo um caso de inferência e fortalecimento pragmático.

Quanto a esses dois mecanismos, Traugott e König afirmam que a metonímia e a metáfora correlacionam mudanças de diferentes tipos de funções gramaticais, nas palavras dos autores:

“A *Metáfora* está largamente correlacionada com mudanças de significados localizados na situação descrita externa para significados referentes a situações avaliativas, perceptivas e cognitivas, e para significados fundados na marcação textual. A *Metonímia*, por sua vez, está amplamente correlacionada com as mudanças de significados centrados na crença ou atitude subjetiva dos falantes, em direção à situação, incluindo a lingüística.”³ (Traugott e König, 1991, p. 213)

Em resumo, nota-se que o fortalecimento pragmático e a subjetivização surgem da pragmática cognitiva e comunicativa da interação falante-ouvinte e das práticas discursivas. Em outras palavras, as propostas de Traugott e König (1991), e Traugott (1999) estão baseadas em motivações pragmáticas e discursivas, no que diz respeito à mudança semântica que acompanha a GR.

³ “Metaphor is largely correlated with shifts from meaning situated in the external described situation to meanings situated in the internal evaluative, perceptual, cognitive situation, and in the textual situation. Metonymy is largely correlated with shifts to meanings situated in the subjective belief-state or attitude toward the situation, including the linguistic one.” (Traugott e König, 1991, p. 211).

Quanto ao trabalho de Sweetser (1988 e 1990), ela adota uma abordagem cognitiva que envolve três áreas distintas, a saber, a polissemia, a mudança semântica lexical e a ambigüidade pragmática, para tratar da mudança semântica. A autora afirma que nenhuma mudança semântica ocorre sem haver um estágio de polissemia, dado que se uma palavra uma vez significou A, e agora significa B, é certo que houve um momento na história desse item em que ele significou AB, e o significado primeiro foi perdido (SWEETSER, 1991, p. 9).

Conforme Sweetser (1988), grande parte da polissemia ocorre devido aos usos metafóricos, já que nossa cognição e nossa linguagem operam metaforicamente. A metáfora nos permite entender uma coisa em termos de outra sem ter a consciência que elas têm a mesma base semântica. Na medida em que um uso, baseado em uma estrutura metafórica, se torna conscientizado pelos falantes, essa forma lingüística passa a ter um novo sentido por meio de motivações metafóricas.

A autora propõe três domínios de conceituação, que dizem respeito ao desdobramento polissêmico de uma forma. São eles: o domínio de conteúdo (sócio-físico), o epistêmico (raciocínio lógico), e o conversacional (ato de fala). Entende-se os domínios cognitivos, epistêmico e atos de fala, pelo menos em parte, em termos do domínio externo, físico e social. Além disso, os falantes usam os mesmos termos, em muitos casos, para expressar relações no ato de fala e no mundo epistêmico, bem como para expressar relações paralelas no domínio do conteúdo (mundo real dos eventos e entidades, às vezes, incluindo o discurso e pensamento, que formam o conteúdo do discurso e do pensamento). A relação entre esses domínios, segundo Sweetser (1990), é cognitiva, e eles influenciam na polissemia, mudança semântica e na interpretação de uma oração.

A força atuante nesses três domínios é de natureza metafórica, isto é, há uma conexão entre eles, baseada na metáfora, que faz com o falante, inconscientemente, reconheça essa relação entre os domínios, da mesma forma que ele “reconhece” relação entre conhecimento e visão, entre tempo e espaço, e, dessa forma, utiliza um para falar do outro.

Sweetser (1988, 1990) propõe que a mudança semântica se dá de maneira unidirecional, por projeções metafóricas, uma vez que um domínio é derivado do outro, sempre de um concreto para um mais abstrato.

Sweetser (1988) se preocupa em definir quais os significados que são perdidos e quais são preservados em GR, já que na transferência de sentidos algumas características semânticas são preservadas da fonte, e outras são acrescentadas ao domínio alvo.

1.7.1 GRAMATICALIZAÇÃO DE CONCESSIVAS

Com o objetivo de fazer um estudo histórico do desenvolvimento de conectivos concessivos em inglês, König (1984) e Chen (2000) propõem algumas hipóteses acerca das fontes para os conectores concessivos. Os autores defendem que essas fontes seriam as mesmas para a formação de concessivas em todas as línguas. Apresento essas fontes propostas por eles, para checar posteriormente na descrição dos dados históricos, qual poderia ajudar na descrição da formação de *embora*.

König (1984) argumenta que as construções concessivas, que incluem os conectivos concessivos, apresentam uma natureza complexa, pelo fato de a maioria ser formada pela aglutinação de duas ou mais itens, mas, por outro lado, seus componentes

são facilmente identificáveis, fornecendo pistas sobre sua origem histórica como, por exemplo, as concessivas *although*, *nevertheless* e *even if*, do inglês.

Para buscar as fontes que originaram as concessivas na língua inglesa, tanto König (1984) como Chen (2000) afirmam que há dois tipos de concessivas: as concessivas condicionais concessivas e as concessivas propriamente ditas. Segundo os autores, essa distinção não só explica propriedades semânticas das concessivas, como também pode ajudar a explicar a sua trajetória de GR. Os seguintes exemplos dados por König (1984) retratam esses dois tipos de concessivas:

- (13) **Even if** nobody helps me, I'll manage.
 'Mesmo se ninguém me ajudar, eu controlarei a situação.'
 (14) **Even though** Fred is English, he speaks fluent French.
 'Embora o Fred seja inglês, ele fala francês fluentemente.'

Segundo o autor, a concessiva condicional exemplificada em (13) pode ser agrupada junto às concessivas e às condicionais, pois carrega uma implicação ou sugestão de incompatibilidade entre duas situações (característica semântica das concessivas) e implica uma condição parcial entre o primeiro e o segundo membro da sentença.

A relação semântica entre as concessivas e as condicionais apontada pelo autor compreende que na concessiva, o conteúdo expresso na oração principal e na subordinada são verdadeiros, ao contrário da condicional, em que o conteúdo expresso por essa oração é hipotetizado pelo falante. É nesse intermédio que aparecem as condicionais concessivas, (em inglês, *even if*, em português, *mesmo que/ mesmo se*) em que o falante ao mesmo tempo que hipotetiza levanta uma objeção.

Essa aproximação entre concessivas e condicionais é feita pelo autor para mostrar que, na trajetória de desenvolvimentos de itens concessivos, as condicionais cumprem papel muito importante, visto que servem ou de fonte para sua formação, ou estão

presentes no contexto responsável pelo seu aparecimento. Um bom exemplo é a concessiva *although*, do inglês, que teve sua origem no item *peah* combinado com *all*. Baseado em um *corpus* diacrônico do inglês, König (1984) afirma que essa concessiva teve origem condicional e era usada para expressar uma relação condicional concessiva. Desse modo, ele afirma que as concessivas em diversas línguas, assim como *although*, tiveram sua origem em uma expressão condicional, e o uso atual de condicionais concessivas se deve a esse fato histórico.

Além desse contexto condicional, o autor salienta que há uma grande variedade de fontes que podem dar origem às concessivas. Para enumerá-las, o autor diferencia quatro grupos: (a) concessivas que apresentam em sua estrutura um quantificador ou itens enfáticos, como, por exemplo, os conectivos *although*, do inglês, e *por mais que*, do português; (b) concessivas que são compostas de um item temporal, condicional, e/ou um enfático; conforme os conectivos *embora*, *mesmo se*, *e*, *mesmo que*; (c) concessivas que implicam uma coexistência entre dois fatos, como, por exemplo os conectivos *still*, do inglês, *ainda que*, do português, e *todavía*, do espanhol; (iv) concessivas derivadas das noções de obstinação, ódio, isto é, noções aplicadas a agente com o traço [+] humano, como os conectivos *in spite of*, do inglês, *apesar de* e *não obstante*, do português.

Ao apontar essas fontes para as concessivas, o autor mostra que há um processo de mudança semântica universal que subjaz ao desenvolvimento de conectivos nas línguas. Por isso, na descrição diacrônica dos dados de *embora*, essas fontes apontadas pelo autor serão checadas.

Baseada em um *corpus* diacrônico do inglês, Chen (2000) afirma, assim como König (1984), que as concessivas derivam de uma grande variedade de fontes, e assim, elenca algumas que favoreceriam o seu aparecimento: a) expressões que diretamente

concedem a existência de uma situação adversa; b) expressões que enfatizam a adversidade de uma situação concedida; c) expressões que afirmam a ineficácia de uma situação; d) expressões que atestam a concomitância de duas situações; e) expressões que ajudam a expressar a factualidade de um situação.

A importância desses trabalhos é a de mostrar que os caminhos semânticos percorridos por itens até se tornarem conectores concessivos são os mesmos para as diversas línguas, e que o fato de haver diversas fontes que originam as concessivas implica a enorme variedade de conectores concessivos em muitas línguas. Isso pode auxiliar na explicação da existência de muitas concessivas no português, como *mesmo se, ainda que, por mais que, embora* etc.

CAPÍTULO II

CONSTRUÇÃO CONCESSIVA

As gramáticas normativas do português tratam as orações concessivas de forma muito semelhante, com relação ao seu aspecto sintático e semântico. A definição mais tradicional dada às concessivas pelos gramáticos, como Lima (1969), Cunha e Cintra (1985), e Bechara (2000), diz respeito ao seu aspecto semântico. De modo geral, os autores se referem às concessivas como orações que expressam um fato real ou suposto, que poderia opor-se à realização de outro na oração principal, porém que não impede ou modifica de modo algum a declaração da oração principal. Por isso, estabelecem também relação com as noções de oposição, quebra de expectativa, obstáculo e incompatibilidade.

A relação semântica de contraste presente nas concessivas é inferida dessa definição tradicional, contudo é pouco explorada, uma vez que a oposição a que as gramáticas se referem nada mais é do que uma oposição entre o conteúdo veiculado na oração principal e o conteúdo da subordinada. Na realidade, esse contraste vai além do caráter semântico, como discutiremos mais adiante.

Além do critério semântico presente em suas definições, alguns gramáticos, como Cunha e Cintra (1985) e Lima (1969), por exemplo, identificam orações concessivas com aquelas iniciadas pelas seguintes conjunções: *embora, ainda que, por mais que, posto que, se bem que etc.* Esse tipo de categorização por conjunção ou locução conjuntiva é limitado, corre o risco de negligenciar os aspectos semânticos das orações e, além disso, de desconsiderar que algumas dessas conjunções possam apresentar mais de um sentido, a depender do contexto lingüístico em que elas são empregadas.

Por meio dessa consulta nas gramáticas normativas, podemos observar que o tratamento das orações concessivas é reduzido ao enfoque sintático-semântico: dependência em relação à oração principal, tipo de conector que encabeça as orações e relação de contraste entre as orações. Critérios pragmáticos não são considerados, o que leva a um entendimento insuficiente do funcionamento desse tipo de construção.

Alguns trabalhos de cunho lingüístico descritivo contestam esse tratamento dado às concessivas como, por exemplo, Bechara (1954), Mira Mateus et al. (1989), König (1984), Lima (1987), Cuadrado (1998), Parazuelos (1993), Rivas (1994), e Neves (1999 e 2000). Discutirei cada trabalho, a fim de melhor caracterizar esse tipo de oração, quanto aos seus aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos.

Na obra *Gramática da Língua Portuguesa*, Mira Mateus et al. (1989) oferecem uma visão diferenciada das concessivas, que vai além dos aspectos tratados pelos normativos, ao adotarem uma abordagem funcional para explicar fenômenos da linguagem, estando o componente semântico-pragmático no centro da descrição das autoras. Segundo elas, o tipo de contraste presente nas concessivas não seria somente semântico, mas também pragmático, envolvendo o conhecimento do falante/ouvinte sobre o conteúdo dito das orações.

Mira Mateus et al. (1989) dividem as orações contrastivas em construções de subordinação e de coordenação⁴, fazendo parte das primeiras as concessivas, e das segundas orações adversativas. Essas orações têm valores aproximados já que a relação expressa por elas é de contrariedade de uma expectativa, estabelecendo de algum modo um contraste entre os conteúdos das orações envolvidas na enunciação. Essa relação semântica de contrariedade pode ser observada na seguinte construção concessiva, retirada do *corpus* desta pesquisa:

⁴ Os domínios da **coordenação** e da **subordinação** serão explicitados mais adiante.

(01) O crescimento conserva em ebulição contínua o organismo interior. O problema não é só da adolescência, **embora** seja quando as alterações são mais acentuadas e mais visíveis. (CEL:AELT)

Nessa ocorrência, a afirmação de que o problema não acontece somente na adolescência contraria o fato de que nesse período da vida ocorre alterações mais visíveis e mais acentuadas no que se refere ao crescimento. Em outras palavras, seria esperado que o problema apontado ocorresse somente na adolescência e não em outras fases da vida, o que veicula uma quebra de expectativa.

É possível encontrar a mesma relação semântica na paráfrase do enunciado com o conectivo *mas*, ainda que a estratégia argumentativa seja contrária, como na ocorrência:

(01') As alterações são mais acentuadas e visíveis na adolescência, **mas** o problema não ocorre somente nesse período.

Devido a essa mesma relação semântica, a concessiva é abordada pelas autoras dentro do tópico coesão interfrástica da contrajunção ou junção contrastiva. Segundo elas, a contrajunção pode ter os seguintes valores semântico-pragmáticos, a saber: (i) a ocorrência/ existência de uma situação inesperada relativamente à outra, tendo em conta nosso conhecimento/ percepção do curso normal dos acontecimentos no(s) mundo (s) que nos são acessíveis; e, (ii) a ocorrência /existência de uma situação que não está em conformidade com as expectativas de um dado indivíduo sobre o curso previsível/ desejável dos acontecimentos.

É importante ressaltar que são esses valores apresentados para a relação contrastiva, presentes nas orações adversativas e concessivas, que revelam o forte caráter pragmático dessas orações, uma vez que envolvem expectativas dos interlocutores envolvidos no discurso.

Além desse significado de contraste e esses valores pragmáticos, o significado da construção concessiva tem sido associado, conforme mencionado antes, à noção de incompatibilidade. König (1984), por exemplo, afirma que o uso de conectores concessivos sugere que há uma incompatibilidade entre os eventos expostos em p (oração concessiva) e q (oração principal), visto que, dentro dos padrões de uma sociedade, o conteúdo expresso por essas duas partes apresenta um conflito, como pode notado em (02):

(02) E eu a conheço, **embora** ignore-lhe o nome e o estado civil. (CEL:Hpld)

Em (02), os fatos incompatíveis estão expressos na oração principal (conhecer uma pessoa) e na oração concessiva (não saber o seu nome nem seu estado civil). Essa incompatibilidade resulta do conhecimento pragmático dos interlocutores de que conhecer uma pessoa implica em saber ao menos seu nome.

Além desse aspecto semântico e pragmático da concessão, Lima (1987), baseada nos trabalhos de Ducrot (1987), acredita que o caráter argumentativo acrescentado à noção de várias vozes é imprescindível para a descrição de construções concessivas. A autora questiona os estudos dirigidos à concessão que excluem essa natureza argumentativa, já que não esclarecem o verdadeiro funcionamento dessas construções. Esses estudos que a autora se refere incluem a gramática tradicional, tradição retórica e mesmo alguns estudos lingüísticos mais recentes.

Quanto à gramática tradicional, a autora levanta dois problemas fundamentais no tratamento da concessão, a saber: (i) a classificação das orações a partir das conjunções que as iniciam; e, (ii) a incapacidade de determinar a natureza da oposição que subjaz à concessão e à adversidade. Nas palavras de Lima (1987):

“A simples menção de uma lista de conjunções adversativas e de uma lista de conjunções concessivas é insuficiente não só para determinar as noções de oposição e de concessão como também para justificar a distinção entre orações coordenadas adversativas e orações subordinadas adverbiais concessivas” (p. 144).

No que diz respeito à oposição presente na concessão, a autora observa que nos manuais de gramática a mesma idéia de “fatos opostos” é encontrada nas adversativas e nas concessivas, porém não há critérios que expliquem como essa oposição ultrapassa o domínio semântico e encontra respaldo em fatores discursivos.

O segundo campo em que a concessão é objeto de estudo é o da retórica. No estudo de Fontanier (1977, *apud* Lima 1987), a concessão é considerada uma figura que marca as estratégias do locutor na organização do discurso. As críticas de Lima (1987) com relação à retórica recaem no tratamento dado a concessão pela retórica, uma vez que, segundo a autora, a concessão é um fenômeno de língua que deveria ser examinado sobre vários aspectos e não simplesmente como uma figura retórica usada para o locutor estruturar seu discurso.

Com relação aos trabalhos lingüísticos, Lima (1987) considera que algumas propostas utilizam de forma parcial a teoria da argumentação para descrever a concessão. Assim como o trabalho de Guimarães (1981) sobre as construções com *mas* e com *embora*. Nesse artigo, o autor aponta as estratégias argumentativas e o encadeamento das orações coordenadas e subordinadas. Porém, a autora critica os critérios utilizados por Guimarães (1987) para diferenciar essas construções, já que do ponto de vista de Lima (1987), mesmo levando em conta as operações argumentativas, são considerados conceitos que não se articulam com a teoria da argumentação defendida por ela.

O tratamento lingüístico que a autora acredita ser o mais abrangente para as construções concessivas diz respeito à visão argumentativa que considera que um enunciado é apresentado pelo locutor para que o ouvinte chegue uma conclusão

implícita ou explicitamente. Além disso, a autora defende a inclusão da descrição polifônica, que desenvolve uma concepção de linguagem similar a uma peça de teatro, em que pode haver diversos locutores. Esse tratamento argumentativo será discutido para as construções com *embora*, particularmente quanto às intenções do falante em relação às possíveis conclusões dos ouvintes.

Cuadrado (1998), assim como Lima (1987), também critica a definição tradicional dada às concessivas, apontando os problemas presentes nessa caracterização. Além disso, o autor assinala aspectos formais, semânticos e pragmáticos da concessão ignorados ou mal explorados pela gramática normativa. O autor não concorda, por exemplo, com as gramáticas quando se referem à concessão como apresentando um obstáculo para a não realização de uma ação, uma vez que nem sempre essa estratégia se realiza dessa maneira, como mostra o exemplo (03):

(03) **Aunque** Eva es bastante inteligente, su hermana lo es todavía más.
 ‘**Embora** Eva seja muito inteligente, sua irmã é ainda mais.’

Nesse exemplo dado pelo autor, fica claro que o fato trazido na oração concessiva “Eva ser muito inteligente” não impede que o fato trazido na principal aconteça “sua irmã ser mais inteligente que ela”. Essa relação mostrada em (03) comprova que a concessão não se restringe somente a fatos contrários veiculados pelas duas orações, mas também apresenta aspectos pragmáticos, uma vez que, o falante ao comparar Eva e sua irmã, expressa sua opinião sobre elas.

Essa mesma relação pode ser notada no seguinte exemplo do *corpus* de fala:

(04) éh:: e infelizmente éh:: a política:: num é/ num é... tratada assim como éh:: deveria ser... que as pessoas fossem livres **embora** também o brasileiro... seja:: muito culpado disso... por vender seu voto... ...(AC-113-RO)

Nessa ocorrência, o brasileiro ser culpado da compra de voto (conteúdo da oração concessiva) não é um obstáculo para a política não ser uma forma de liberdade para as pessoas (conteúdo da principal), pelo contrário, o fato veiculado na concessiva é a causa da política ser da maneira como é. Desse modo, há uma relação concessiva nessa ocorrência que vai além dos fatos lógicos expressos no enunciado, se situa no domínio argumentativo em que o falante expressa sua opinião.

Para esclarecer esse ponto, Cuadrado (1998) se baseia nas propostas de G. Lakoff (1971) e de Lopez Garcia (1994). O primeiro afirma que uma relação concessiva não é simplesmente uma relação conjuntiva lógica entre duas frases, mas sim uma relação pressuposta entre elas.

Na concepção de Lopez Garcia (1994), a noção de concessão é a de que entre dois membros das expressões concessivas o que se estabelece não é nem obstáculo nem uma expectativa, mas sim uma **relação de preferência**, em que a concessiva estabelece um enunciado do qual se segue uma implicação preferente que é desautorizada pela principal.

Para Lopez Garcia (1994, *apud* Cuadrado 1998), a preferência tem um caráter social, já que equivale ao conjunto de convenções sociais e culturais, cuja expectativa é que ocorra o contrário do que é vinculado na principal. A preferência é atribuída ao sujeito/enunciador, que sempre decide participar desse sistema social, visto que há a possibilidade de ele ter uma preferência individual contrária ao esperado. Desse modo, a oração *Embora chova, sairei* mostra que é esperado pela sociedade que quando chove é comum que alguém não saia de casa, porém, o falante ao utilizar a concessão afirma, mesmo que implicitamente, ser contrário às expectativas de um grupo social. A mesma relação pode ser verificada na seguinte ocorrência:

(05) porque eu **embora** estudante do quarto ano de giNÁsio... não achei um emprego pra ganhar cem reais... cem cruzeiros né... naquele tempo ia ser em mil reis (ia ser) em cruzeiro (AC-151-NE)

Em (05), a partir do fato de alguém ser estudante do quarto ano do ginásio, espera-se que ele consiga um emprego e que ganhe um bom salário, contudo essa expectativa, por parte do grupo social ao qual o falante faz parte, é quebrada dado o conteúdo da oração concessiva. É nesse sentido que se pode dizer que a oração concessiva estabelece uma relação de contrariedade com relação ao que é esperado pela sociedade.

No que diz respeito aos aspectos formais, o uso do subjuntivo é discutido pelo autor, com base nas relações entre falante e ouvinte. Conforme o autor, esse modo verbal é utilizado nas concessivas, pois mostra disparidade de pontos de vista entre os interlocutores, dando lugar ao valor polêmico.

Sob um mesmo ponto de vista, trabalhos como os das espanholas Parazuelos (1993) e Rivas (1994), em que a construção concessiva é definida em termos de contrariedade de expectativa, dão um tratamento semântico-pragmático às concessivas, questionando também a postura das gramáticas tradicionais. Além disso, elas aproximam, semanticamente, as concessivas das condicionais, causais e adversativas.

Parazuelos (1993) afirma que a noção de concessividade surge a partir de uma relação que se estabelece entre membros ou pólos – quer sejam conteúdos ou atos. Assim, ela defende que a concessividade tem como característica básica a noção de **bipolaridade sintática** e semântica. Esse termo é utilizado para demonstrar que enunciados sintaticamente díspares podem alcançar efeito de sentido concessivo sempre que existir um molde bipolar. Dessa forma, como causais, adversativas e condicionais apresentam esse molde sintático, elas podem apresentar valor concessivo.

A concessividade, nesse sentido, é a relação que se estabelece entre os membros, gerando um resultado semântico representado pela idéia de contraste. Assim, a noção de concessividade aparece quando a relação estabelecida entre os membros não gera, nas circunstâncias descritas pela enunciação, o efeito esperado, ou seja, o resultado semântico final do enunciado no ato de fala apresenta contrariedade entre as duas porções do enunciado.

Com relação à condicionalidade, Parazuelos (1993) afirma que esse tipo de oração tem a mesma bipolaridade sintática das concessivas, e por isso compartilha traços semânticos com elas. Segundo a autora, quando a condição estabelecida não influir na realização de um ato, teremos novamente a noção de concessividade, porque se expressa uma realidade contrária ao que se esperaria a partir da realização de uma hipótese. Vejamos os exemplos abaixo, em que, em (06), a declaração *ter dinheiro* é condição para que a viagem ocorra:

- (06) **Se** eu tiver dinheiro viajarei. (relação condicional)
 (07) **Embora** não tenha dinheiro, viajarei. (relação concessiva)

Em (07), diferentemente de (06), o fato de *não ter dinheiro* não impede que aconteça a viagem, por isso temos aí um relação concessiva, já que ocorre um não cumprimento de uma condição. Assim, à oração concessiva é atribuída a noção de contra-expectativa, dentre outras razões, pelo fato de estabelecer o não cumprimento de uma causa ou de uma condição.

Conforme a autora:

“A concessividade é um grau mais avançado na causalidade, pois a condicionalidade significa relação iniludível entre dois fatos e a concessividade rompe a causalidade hipotética para dizer que a causa existe, na realidade, mas que não se considera capaz de

impedir a realização ou não realização desse ato, isto é, a afirmação positiva ou negativa da relação; desse modo, a concessividade é uma condição concedida e negada.” (Parazuelos, 1993 p. 239).⁵

No que diz respeito à relação entre as adversativas e as concessivas, a autora as aproxima adotando um critério semântico, a saber, a **contraposição**. Para a autora, a concessividade é entendida dentro da noção semântica (contraste) e da noção pragmática, que resulta em uma quebra de expectativa. Essa mesma noção de contraposição ou contraste engloba a adversatividade, que tem sua expressão sintática também na oração bipolar. Por esse motivo, do ponto de vista semântico, as adversativas se aproximam das concessivas.

Parazuelos (1993), na realidade, faz essa aproximação entre essas orações para dizer que o falante do espanhol, por exemplo, dispõe de diversas possibilidades sintáticas, associadas a recursos semântico-pragmáticos para atingir o efeito concessivo. Dentre elas estariam as orações causais, condicionais e adversativas, já que essas orações estão à serviço da concessividade, no sentido de apresentarem o molde bipolar, isto é, de vincularem uma relação entre dois pólos e seus conteúdos.

Dentro da mesma perspectiva, Rivas (1994) critica as semelhanças estabelecidas entre as concessivas e condicionais, uma vez que as primeiras apresentam uma estrutura lógico-semântica muito mais complexa que as segundas. Dessa forma, definir as concessivas como uma inversão das condicionais seria uma visão bem simplificada da noção de concessividade, uma vez que o caráter pressuposicional se dá mais fortemente nas concessivas do que nas condicionais.

⁵ “La concesividad es un grado más avanzado en la causalidad, pues la **condicionalidad** significa ineludible entre dos hechos y la **concesividad** rompe la **causalidad hipotética** para decir que la causa existe, en efecto, pero que no se considera capaz de impedir la realización o irrealización del acto, o sea, la afirmación positiva o negativa de la relación; de este modo, la concesividad es una condición concedida y negada.” (Parazuelos 1993 p. 239)

Para Rivas (1994), há uma oposição entre a formulação concessiva e a pressuposição, relacionada com uma expectativa que não se cumpre. Para exemplificar, a autora utiliza os exemplos de Moeschler e Spengler (1981):

(08) **Aunque** juega con fuego, no se quema.

‘**Embora** brinque com fogo, não se queima.’

(09) **Normalmente**, cuando alguien juega con fuego, se quema.

‘**Normalmente**, quando alguém brinca com fogo, se queima.’

(10) Juega con fuego **y** no se quema.

‘Brinca com fogo **e** não se queima.’

A autora explica que a pressuposição presente nas concessivas é explicitada em (08), porém o que caracteriza (09) como concessiva e a difere de (10), por exemplo, é a não implicação entre o primeiro membro e a negação do segundo frente a uma expectativa de implicação, como em (09). Dessa forma, a pressuposição implícita faz com que identifiquemos uma oração como concessiva.

Quanto à relação entre adversativas e concessivas, Rivas afirma que a gramática tradicional utiliza um critério sintático para diferenciar as duas, a saber, a diferença entre orações subordinadas e coordenadas. Segundo a Academia Espanhola, as orações coordenadas se enlaçam no período e expressam relações variadas entre si, mas não se fundem até o ponto de que uma delas passe a ser elemento sintático da outra. As subordinadas, em contrapartida, são incorporadas formalmente à oração principal ou subordinante, podendo funcionar sintaticamente como constituintes principais, tais como sujeito, predicado, complemento e predicativo.

Conforme Rivarola (1976, *apud* RIVAS, 1994), a coordenação concessiva implica sempre os empregos não adversativos de *pero*, no português *mas*, e aqueles casos em que as conjunções subordinativas do tipo *aunque*, português *embora*, se comportam de modo similar às conjunções coordenativas do tipo *pero*, que apresenta a relação entre a posição das frases conectadas e a relação implicativa pressuposta, conforme (11) e (12):

- (11) Erasmo está enfermo **pero** sale.
 ‘Erasmo está doente, **mas** sai.’
 (12) Erasmo sale **aunque** está enfermo.
 ‘Erasmo sai **embora** esteja doente.’

Rivas (1994) não concorda que a semelhança entre adversativas esteja centrada no uso de *pero* somente na coordenação adversativa, e *aunque* na coordenação adversativa e na subordinação concessiva. A autora acredita que não só *aunque*, mas também *pero*, e outras conjunções trazem marcas de pressuposição, o que tem conseqüências imediatas:

a) o valor pressuposicional de uma construção não constitui uma realização lingüística de concessividade nem de adversidade, se não estiver apoiado por uma conjunção específica. Uma seqüência como (13) não é nem concessiva nem adversativa;

b) em contrapartida, a presença de uma conjunção do tipo *pero* ou *aunque* remete sempre a um conteúdo pressuposicional, ainda que os membros por ela relacionados não possuam por si mesmos esse conteúdo, como em (14):

- (13) Erasmo está enfermo **y** sale.
 ‘Erasmo está doente **e** sai.’
 (14) **Aunque** Erasmo es inteligente, Evaristo es tonto
 ‘**Embora** Erasmo seja inteligente, Evaristo é burro.’

Para Rivas (1994), as adversativas e concessivas pertencem à mesma classe de orações, e assim não podemos utilizar um critério sintático para diferenciá-las, mas sim verificar os respectivos valores lógico-semânticos e o valor pressuposicional presentes em cada uma.

Nesses trabalhos, ao tratar de concessividade, Parazuelos (1993) e Rivas (1994) consideram aspectos pragmáticos, no que se refere às relações de pressuposição, e ao valor argumentativo, presentes nas orações concessivas. Além disso, foi possível

verificar: (a) a bipolaridade das concessivas, em que a oração concessiva é afirmativa e a nuclear é negativa, ou a concessiva é negativa e a nuclear afirmativa; e, (b) as relações semânticas entre as concessivas e condicionais, e entre as concessivas e as causais, em que a concessiva veicula uma **condição insuficiente** para impedir o fato expresso na oração nuclear; e, no caso das causais, a concessiva expressa uma **causa frustrada** pelo conteúdo da oração nuclear.

Um outro trabalho dirigido às concessivas e que abrange vários aspectos da linguagem são os estudos de Neves (1999 e 2000), que trazem uma descrição sintática, semântica e pragmática das orações concessivas.

Segundo Neves (2000), a construção concessiva é tradicionalmente definida como sendo a combinação de uma oração principal e uma concessiva, que expressa um fato ou noção, apesar do qual a proposição principal se mantém. A autora, assim como Mateus et al. (1989), chama as orações concessivas de contrastivas, dado que elas se caracterizam por abrigarem eventos cujo curso e cujas propriedades contrariam as expectativas acerca daquilo que é normal em um mundo qualquer.

Porém, assim como lembra a autora, essa relação lógico-semântica não é suficiente para caracterizar as orações concessivas, uma vez que, nesse tipo de oração, a relação falante-ouvinte é muito forte, visto seu caráter discursivo.

Neves (2000) afirma que a ordem nas orações concessivas está sujeita a fatores de ordem comunicativa. Para ela, as orações antepostas carregam uma informação mais conhecida do interlocutor, e, assim, ocupam uma posição tópica, conforme o seguinte exemplo dela:

(15) **Ainda que** ele tivesse passado na outra calçada, era coisa de uns quinze metros.

A posição tópica tem a função de apresentar de antemão um elemento que será o assunto da interação. No caso de (15), a oração concessiva anuncia a refutação da possível objeção do ouvinte, já que o falante “avisa” que o conteúdo veiculado nela “ele ter passado na outra calçada” não impedirá que o assunto veiculado na outra porção do enunciado, “era coisa de uns quinze metros”, ocorra. Assim, o falante, compartilhando essa informação com o ouvinte, contesta as possíveis conclusões do ouvinte, antes de apresentar o conteúdo mais novo e mais relevante.

Já as pospostas, conforme a autora, não ocupam essa posição tópica, uma vez que elas têm muito de um adendo, ou seja, de uma porção do enunciado em que o falante retoma o que foi dito, e pesa as objeções feitas à sua afirmação.

Desse modo, as pospostas se fazem necessárias quando há uma ressalva sobre um aspecto do enunciado anterior, como em (16):

(16) Ele é um homem, **ainda que** aleijado.

Nesse exemplo dado pela autora, o falante faz uma ressalva sobre a característica dado por ele a um homem. Essa restrição é feita por meio de uma oração concessiva, acrescentando uma informação a mais, supostamente conhecida pelo ouvinte.

A autora atribui a ordem da concessiva à estratégia argumentativa presente nessas orações. Quando antepostas, primeiro o falante levanta uma objeção que pressupõe ser do ouvinte e então refuta essa objeção, fazendo prevalecer a informação contida na oração principal. Já nas pospostas, primeiro o falante afirma e depois introduz uma possível objeção do falante.

Neves (2000) também estabelece relações entre as causais, condicionais e concessivas. Do ponto de vista semântico, as causais se situam em um extremo em que a relação de causa entre a subordinada e a principal é afirmada, as concessivas estariam

no extremo oposto, pois o vínculo causal entre as orações é negado, e, por fim, em um espaço intermediário, em que a relação de causa entre as duas não é afirmada nem negada, mas sim hipotetizada, tem-se as condicionais.

De maneira semelhante à Parazuelos (1993), Neves (2000) afirma que a concessão se liga com a não satisfação de condições e com a frustração de causalidades possíveis, já que na concessiva temos expressas uma causa e uma condição, porém o que se espera da realização dessa condição ou causa é negado na principal. Assim, para cada construção concessiva se pode apresentar uma condicional contraditória respectiva, como nesses exemplos dados pela autora:

(17) **Embora** Paulino Duarte falasse alto, quase gritando, Elisa não o ouviu. (OS)

(18) **Se** Paulino Duarte falava alto, quase gritando, Elisa o ouviu.

A autora observa que a oração principal da concessiva é negativa, ao passo que da condicional é positiva. Em (16) fica claro que a oração principal *Elisa não o ouviu* não cumpre o que é esperado da condição implícita expressa na concessiva *Paulino Duarte falasse alto, quase gritando*, visto que é esperado que quando alguém grita, as pessoas o escutem. Desse modo, a negação da oração principal causa essa não satisfação da condição. Já o enunciado (17) apresenta na oração principal a realização positiva *Elisa o ouviu* da condição *Paulino Duarte falava alto, quase gritando*.

Neves (1998, 2000) afirma que as relações expressas nas construções concessivas variam conforme o nível em que se estabelecem. Elas podem estabelecer relações entre:

(i) estados de coisas; (ii) julgamento do falante; e, (iii) atos de fala⁶.

⁶ Neves (1999) e (2000) toma como base o trabalho de Sweetser (1990), quanto a esses três níveis em que as concessiva atuam. Esses domínios são vistos como possibilidades de leitura, visto a natureza ambígua das conjunções.

Orações do primeiro tipo dizem respeito às concessivas em que é expressa uma relação entre situações ou eventos de um mundo, que é apresentado na concessiva como sendo um obstáculo à realização de um outro evento, conforme (19):

(19) **Embora** seja nativa da Bahia, encontramos lindas colheres de pau, feitas de Sebastião-da-arruda, em Congonhas do Campo, MG. (BEB)

A leitura de domínio de conteúdo de (19) seria algo do tipo: “colheres de pau podem ser encontradas em Minas Gerais, apesar de serem nativas da Bahia, fato que poderia ter levado a existência dessas colheres somente na Bahia”.

Já nas orações do segundo tipo, a relação expressa pela concessiva passa pelo julgamento do falante, expressando sua opinião sobre o conteúdo vinculado na concessiva, conforme (20), em que o falante afirma a verdade *ser doente* e a verdade sobre *não parecer*, e isso poderia implicar em ele não ser um homem fraco e nem doente.

(20) Eu sou um homem muito fraco, doente mesmo, **embora** não pareça⁷.

Nesse domínio, as possíveis implicações do ouvinte são notadas, pois fica evidente que o conteúdo expresso na oração nuclear contraria a conclusão que o interlocutor possa chegar, a partir do que é veiculado na oração concessiva.

No último tipo de concessiva, o falante não relaciona dois conteúdos, e nem dois fatos possíveis, mas sim atos ilocucionários, conforme (21):

(21) E que vale diante dele o Governador e o Padre Inácio, **embora** tenham, atrás de si, as armas da Espanha e o poder da Igreja? (VP)

⁷ Zampronero (1998) chama a atenção para a leitura de domínio epistêmico em construções concessivas que apresentam verbos deônticos ou epistêmicos, como o verbo *parecer* em (19).

Nessa construção concessiva não é estabelecido contraste ou oposição entre dois estados de coisas ou entre proposições, mas há uma relação adversa entre dois atos de fala, visto que a relação concessiva com *embora* é estabelecida por meio de uma frase interrogativa.

Como adverte a autora, nem sempre é possível captar a natureza da relação concessiva expressa pelo falante, já que é possível ocorrer uma leitura ambígua, geralmente resolvida pelo contexto lingüístico ou situacional. Essa ambigüidade fica evidente em (22):

(22) A água não constitui fator limitante, **embora** possa haver certo déficit na estação da seca. (TF)

Nesse exemplo dado pela autora, há dupla interpretação entre uma leitura de conteúdo e uma epistêmica, que passa pelo julgamento do falante. Como leitura de conteúdo, o falante estaria relacionando dois fatos de um mundo, ou seja, a água não constituir um fator limitante, por um lado, e haver possibilidade de déficit de água, por outro. Na segunda leitura, por sua vez, o falante levanta a hipótese de a possibilidade de déficit de água na estação da seca não ocorrer, isto é, essa informação seria uma crença/julgamento do falante e não um fato/evento do mundo.

Como já foi dito, Neves (1999 e 2000) defende que um estudo sobre as concessivas sob o ponto de vista lógico não dará conta de abranger todos os aspectos desse tipo de oração, sendo necessário considerar não só os fatores pragmáticos, mas também os fatores argumentativos.

Com relação ao caráter argumentativo das concessivas, os trabalhos de Bechara (1954), Guimarães (1987) e Moeschler e Spengler (1982 *apud* Neves 1999) e Parazuelos (1993) e Neves (1999 e 2000) mostram o esquema argumentativo dessas construções. Bechara (1954) afirma que o pensamento concessivo surgiu quando o

falante percebeu que sua argumentação poderia ser contrária ao do ouvinte. Bechara (1954), Guimarães (1987) e Neves (2000) descrevem a argumentação da construção concessiva também em duas etapas: na primeira, o falante levanta a hipótese da possível objeção que o ouvinte possa ter; na segunda, o falante refuta essa objeção, fazendo prevalecer o argumento expresso na oração principal, como pode ser notado no seguinte exemplo do *corpus*, em que falante, primeiro, refuta a possível objeção do ouvinte sobre as influências nas qualidades dos indivíduos:

(23) **Embora** as qualidades inatas do indivíduo influam sobre o desenvolvimento da personalidade, o tipo de influência que exercem estará em grande parte condicionado pelos fatores mesológicos. (CEL:AELT)

Visto as etapas descritas pelos autores, o esquema argumentativo para a ocorrência (23) será:

- **hipótese levantada pelo falante:** as qualidades inatas do indivíduo influenciarem no desenvolvimento da personalidade (oração concessiva);

- **refutação da possível objeção do falante:** o tipo de influência não será condicionado por essas qualidades inatas, mas sim por fatores mesológicos. (oração nuclear)

Por meio desse esquema nota-se que a oração concessiva revela as crenças que o falante tem do seu ouvinte; já a oração nuclear revela o ponto de vista do falante, isto é, uma contra-asserção por parte do falante sobre a possível objeção do ouvinte, demonstrando o forte caráter discursivo das concessivas.

Ainda com relação à argumentação, Neves (2000) estabelece uma relação entre as concessivas e adversativas. Nas formulações concessivas, o falante refuta uma objeção, expressa pela oração concessiva e faz prevalecer o argumento da principal, ao passo

que as adversativas apresentam direção argumentativa oposta, como o exemplo (24) dado pela autora:

(24) Esforço-me, **mas** não consigo reter as suas feições.

Nesse caso, ao contrário das concessivas, o falante admite uma proposição expressa pela adversativa, fazendo prevalecer o argumento expresso na adversativa que *é não conseguir reter as suas feições*.

Segundo a autora, a relação adversativa entre essas orações apresenta caráter tão forte, relativamente às idéias opostas trazidas nas orações, que muitas vezes as orações concessivas vêm acompanhadas de um outro item adversativo, reforçando o fato contrário estabelecido na oração. Quando isso ocorre, a autora chama esse tipo de relação de misto concessivo/adversativo, representado no exemplo a seguir, retirado do *corpus* de escrita:

(25) As realizações das possibilidades germinais dependem das reações do germe aos excitantes do meio e, **embora** a hereditariedade seja um fator relativamente constante, enquanto o meio é mais variável, ambos, **entretanto**, são indispensáveis ao desenvolvimento. (CEL:AELT)

Para explicar a argumentatividade das concessivas Moeschler e Spengler, (1981 *apud* Neves, 1999 e Parazuelos, 1993) afirmam que haveria a concessão lógica e a argumentativa. Na **concessão lógica**, que corresponde às concessivas que relacionam domínios de conteúdo, como em (18), há uma negação de expectativa, podendo ter a seguinte formulação *p é causa de ~q*, que existe de fato no mundo real, como no seguinte exemplo retirado de Parazuelos (1993).

(26) **Aunque** está muy enfermo no va al médico.
'**Embora** esteja muito doente, não vai ao médico.'

Nesse exemplo dado pela autora, poderia ser estabelecida a seguinte relação: “alguém vai ao médico porque está doente”, e, assim, produzir um efeito de causa. Contudo, nessa ocorrência a causa não produziu o efeito esperado, por isso, tem-se a concessividade.

Na concessão argumentativa, os fatores discursivos estariam mais evidentes, já que estão relacionados ao julgamento do falante e aos atos de fala. Nesse tipo de concessão, há uma relação de argumentação, produzida em dois atos, expressos por duas unidades semânticas, nas quais cada ato se apresenta como portador de um argumento orientado para uma conclusão implícita: um se faz positiva e outro negativamente.

No seguinte exemplo de Parazuelos (1993), o enunciado é expresso em um contexto em que um produtor de cinema procura um bom ator que tenha olhos pretos:

(27) **Aunque** conoce su oficio, tiene los ojos azules.
 ‘**Embora** você execute bem o seu trabalho, você tem olhos azuis.’

A autora explica que não há uma relação de causa entre *conhecer um trabalho e ter olhos azuis*. Na verdade, o fato de o ator saber/conhecer que o ofício de atuar é um argumento para que o diretor o contrate, ter olhos azuis, porém, é um argumento para não contratá-lo. Dessa forma, o argumento *ter olhos azuis* é o mais forte, e ele acaba prevalecendo. Por isso, chama-se esse tipo de concessão de pragmática, já que o contraste é recuperado pelo contexto da enunciação.

Com toda essa explanação foi possível perceber que trabalhos como de Mira Mateus et al. (1989), König (1984), Parazuelos (1993), Rivas (1994), e Neves (1999, 2000), além dos aspectos semânticos, enfatizam o caráter pragmático, para caracterizar a concessão, enquanto os estudos de Lima (1987) e Cuadrado (1998), por exemplo, observam o problema referente à natureza da oposição, que está presente nas definições

dos manuais de gramática. Assim, fatores pragmáticos, no caso de Cuadrados (1998), e fatores de natureza argumentativa e polifônica, como em Lima (1987), são trazidos para melhor explicar a relação veiculada pela concessão. E, por fim, os trabalhos de Neves consideram fatores de ordem sintática, semântica, pragmática, lógica e argumentativa, para descrever a concessão.

Desse modo, pode-se dizer que o estudo das concessivas deve ser feito não somente sob o ponto de vista lógico ou semântico, como nas gramáticas de cunho normativo, mas principalmente sob o ponto de vista pragmático, já que, esse tipo de construção não revela somente o contraste entre fatos ou eventos do mundo, mas sim entre as crenças do falante em relação às expectativas do interlocutor, e, além disso, expõe argumentos que serão contrários dentro de um discurso.

2.1 NÍVEL DE ENCAIXAMENTO

2.1.1 COORDENAÇÃO X SUBORDINAÇÃO?

Dada a falta de consenso entre a tradição gramatical e os estudos lingüísticos acerca da articulação de orações, nessa seção, discuto o tratamento dado por essas duas perspectivas sobre o período composto, apresentando, posteriormente, o ponto de vista adotado neste trabalho para descrever a construção concessiva com *embora*.

O período composto é tratado pelas gramáticas normativas do português como sendo a união entre duas ou mais orações, as quais podem ou não estabelecer relações de dependência. Quando duas orações estão em relação de independência, o período no qual elas estão inseridas é chamado de **coordenação**. Por outro lado, quando uma oração é de algum modo dependente da outra, temos o período composto por **subordinação**.

As **orações coordenadas** ganham comumente o estatuto de orações autônomas, pois uma não precisa da outra para completar seu sentido. Para exemplificar o período composto por coordenação, tomo o seguinte exemplo dado por Cunha e Cintra (1985): *Será uma vida nova, / começará hoje, / não haverá nada para trás*. Segundo os autores, essas orações são coordenadas, pois são autônomas e não funcionam como termos uma da outra.

Dois tipos de orações são incluídos nesse domínio, as assindéticas ou justapostas (quando não apresentarem nenhum conectivo que as una, como é o caso do exemplo dado acima) e, as sindéticas (quando uma conjunção coordenativa estabelecer um elo entre uma oração e a outra) como em *Apetece cantar, mas ninguém canta*, exemplo extraído dos mesmos autores.

No domínio das orações que apresentam a conjunção, há cinco tipos, conforme a relação semântica estabelecida, a saber, **aditiva, adversativa, alternativa, explicativa e conclusiva**, todas iniciadas, respectivamente, por um conector coordenativo do tipo *e, mas, ou... ou, pois* e *logo*. É evidente que essas orações apresentam comportamento semelhante, porém não idêntico, visto que, se tomarmos por base o critério autonomia, é fácil verificar que em: *Maria comprou um carro, logo vendeu a casa*, as orações são menos independentes do que em “*Pedro estuda e Maria trabalha*”, já que a conclusão que se tira da primeira oração é baseada no fato de Maria ter comprado um carro, isto é, na informação veiculada na primeira oração. Desse modo, ao dizer que as coordenadas são autônomas, a perspectiva gramatical se baseia principalmente no aspecto sintático, ignorando a dependência semântica que as orações com *mas, logo, pois* e *e* estabelecem com a outra parte do enunciado, resultando no agrupamento de orações parcialmente distintas.

As **orações subordinadas** recebem esse rótulo por estabelecerem relações de dependência com a oração principal à qual são vinculadas, já que funcionam como termos essenciais, integrantes ou acessórios de uma oração principal, e são subdivididas em substantivas, adjetivas e adverbiais. Essa classificação é decorrente da equivalência funcional estabelecida entre as orações e os termos correspondentes: substantivo (sujeito, objeto direto, objeto indireto, complemento nominal, predicativo e aposto), adjetivo (adjunto nominal), e advérbio (adjunto adverbial).

Conforme Cunha e Cintra (1985), as chamadas **subordinadas substantivas**, introduzidas pela conjunção integrante *que*, e menos frequentemente pela conjunção *se*, são argumentais, já que são essenciais ao sentido da oração principal, o que fica evidente com orações que completam a estrutura argumental do verbo, do adjetivo ou do nome, como a substantiva subjetiva ou objetiva direta *e/* ou indireta. O que os autores não distinguem é que tal característica não se aplica às orações apositivas, que são sintática e semanticamente independentes da outra oração, ou seja, como todo aposto, elas são termos acessórios da oração principal, conforme exemplo dado pelos autores: *É preciso que o pecador reconheça ao menos isto:/ que a Moral católica está certa / e é irrepreensível./* em que a oração destacada pode ser independente da outra. Apesar disso, as apositivas são incluídas no mesmo nível de articulação das orações que funcionam como termo essencial da oração. Essa observação mostra que, no campo das orações substantivas, há orações com comportamentos distintos que merecem ser descritas de maneira diferente.

As orações **subordinadas adjetivas** desempenham o papel de adjunto adnominal de um substantivo ou pronome antecedente e vêm introduzidas por um pronome relativo. Elas são subdivididas em adjetivas restritivas e explicativas. Segundo os gramáticos, as primeiras restringem, limitam o significado do substantivo antecedente,

sendo indispensáveis ao sentido da frase, unindo-se ao antecedente sem nenhuma pausa, como no exemplo dos autores: *És um dos raros homens que têm o mundo nas mãos*. Já as explicativas, como o próprio nome diz, esclarecem, explicitam o significado de um substantivo e não são necessárias ao significado do nome a que siga, podendo assim ser retiradas, sem prejuízo ao sentido da oração, e, como no caso de um aposto, são de natureza acessória. Elas vêm separadas da oração principal por uma pausa, no caso da escrita, uma vírgula, como em *Tio Cosme, / que era advogado, / confiava-lhe a cópia de papéis de autos*.

É válido ressaltar que a afirmação feita por algumas gramáticas, quanto às explicativas não serem necessárias ao sentido da frase, é altamente questionável do ponto de vista pragmático, visto que uma porção de enunciado, quando retirada de uma oração, pode acarretar prejuízos pragmáticos, tendo em vista que qualquer trecho de uma declaração revela as intenções comunicativas do falante.

As **subordinadas adverbiais** funcionam como adjunto adverbial da oração principal e são divididas em nove subtipos de orações, a saber, **causa, consequência, condição, tempo, concessão, finalidade, comparação, conformidade e proporção**. Frequentemente essa classificação é baseada na relação semântica que a conjunção, que inicia essas orações, estabelece. Essa rotulação é feita de maneira muito simplificada, por não levar em conta a multifuncionalidade que essas conjunções apresentam em dados reais da língua.

Para ilustrar a diversidade de acepções que uma conjunção pode ter, cito a temporal *quando*, que, conforme trabalho de Lima-Hernandes (2004:184), pode ter sentido não só de tempo, mas também de condição. No seguinte exemplo: *(1) quando eu falá pra você que eu vô batê...você tem que obedecê...entende?* poderia ser entendido

com o valor condicional se substituírmos pela conjunção *se* em *(1a) se eu falá pra você que eu vô batê...você tem que obedecê...entende?*

Outra conjunção que se presta a várias funções semânticas na língua, mas que a gramática atribui somente o valor de adição é a conjunção *e*. Segundo Neves (2000), dentre as inúmeras relações que *e* pode assumir, as de causa-conseqüência e adversidade são muito recorrentes na língua, como nos respectivos exemplos dados pela autora:

(27) Superministro arma crise e entra numa fritura. (VEJ)

(28) Depenava frangos e não ganhava nada. (VEJ)

Ao ignorar essa multifuncionalidade que as conjunções apresentam, os manuais de gramática reduzem a identificação da relação semântica a uma lista de conectores, ao invés de focar as relações de sentido estabelecidas entre as orações.

No que se refere ainda às orações adverbiais, é importante verificar que, embora elas cumpram papel de adjunto adverbial, ou seja, de termo acessório da oração, elas são incluídas juntamente com a adjetiva explicativa no mesmo nível de articulação das substantivas. Se, como a própria gramática afirma, elas ocupam papéis sintáticos distintos, e, se os conectores que as encabeçam têm a propriedade de conferir às orações o comportamento de substantivo ou de advérbio, é evidente que elas apresentam características diferentes, e, desse modo, deveriam ser tratadas de maneira distinta, e não sob o mesmo domínio de articulação.

Com toda essa exposição, fica claro que a gramática deixa alguns pontos obscuros quanto à caracterização de orações complexas. Esses problemas poderiam ser pontuados como: considerar ora somente critérios sintáticos, ora somente semânticos na explanação de orações complexas (o simples fato de a gramática tratar o estudo do período na parte referente a sintaxe, é uma evidência de que não há a comunhão desses critérios); agrupar orações heterogêneas, quanto ao caráter sintático e semântico, sob o

mesmo rótulo; e ignorar a multifuncionalidade das conjunções coordenativas e subordinativas que participam da combinação de orações.

Como já foi dito, a gramática tradicional classifica as orações com *embora* como **orações subordinadas** e, desse modo, as aproxima das orações substantivas e adjetivas, visto que as incluem como um caso de subordinação. Dessa forma, é conferido a essa oração algum tipo de dependência com a principal, já que, de algum modo, as gramáticas afirmam que há um contraste entre conteúdo presente na concessiva e o presente na principal, como no exemplo dado por Bechara (2000:497) *Embora chova, sairei*.

É verdade que essa relação de sentido existe entre a oração que contém a conjunção *embora* e a principal, contudo é questionável a consideração das concessivas no mesmo nível de dependência das substantivas e adjetivas restritivas.

Por isso, a fim de encontrar propostas que dêem conta de explicar essas lacunas deixadas pelos manuais de gramática, recorro aos estudos lingüísticos, que tratam o período composto de forma diferenciada, pois propõem um *continuum* entre o domínio da coordenação e da subordinação, procurando explicar de que nível de articulação as orações realmente fazem parte.

Dessa maneira, a fim de melhor caracterizar as orações adverbiais, mais especificamente as concessivas, visto o foco deste trabalho, busco critérios para definir o tipo de construção em que a conjunção *embora* aparece atrelada.

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A COMBINAÇÃO DE ORAÇÕES

Trabalhos Hopper e Traugott (1993), Guimarães (1987), Carone (1991), Longhin-Thomazi (2004) e Neves (2006) mostram que a dicotomia entre coordenação e

subordinação proposta pela tradição não descreve de fato o que ocorre no período composto.

Na seqüência, discuto esses trabalhos a fim de melhor compreender o modo de combinação de orações.

Dentro do paradigma funcionalista, Hopper e Traugott (1993) apresentam questões relacionadas a GR de orações. Os autores não atribuem o processo de mudança somente aos itens, mas também às orações complexas. Ao tratar de gramaticalização também no nível das orações, os autores abandonam os dois pólos: coordenação e subordinação, e propõem um *continuum* entre esses dois tipos de articulação.

Hopper e Traugott (1993), para definir a oração complexa, trabalham com dois tipos de orações: núcleo e margem. As orações complexas são formadas por mais de uma oração, em que as duas podem ser do tipo núcleo, ou uma pode ser núcleo e a outra margem. A oração do tipo núcleo se sustenta, sintática e semanticamente sozinha, enquanto a margem, por sua vez, necessita da outra para lhe completar o sentido.

Entre as orações que formam margens, três podem ser semanticamente distinguidas: a) aquelas que funcionam como sintagmas nominais (chamadas complementos); b) aquelas que funcionam como modificadores de nomes (chamadas orações relativas); c) aquelas que funcionam como modificadores do verbo ou de proposições (chamadas de adverbiais).

Conforme os autores, as orações complexas se gramaticalizam gradualmente, partindo de orações independentes, passando por um estágio intermediário (orações parcialmente dependentes) até se tornarem completamente dependentes. Para organizar a relação entre orações complexas, os autores propõem um *continuum* baseado nos critérios de dependência e encaixamento, em que distinguem as orações **paratáticas**, **hipotáticas** e **subordinadas**:

Parataxe	>	Hipotaxe	Subordinação
- dependente	>	+ dependente	+ dependente
-encaixada		-encaixada	+ encaixada

HOPPER E TRAUGOTT (1993: 170)

A **parataxe**, tal como é definida pelos autores, é a relação de independência relativa entre os núcleos que compõem o complexo oracional, estabelecendo uma relação de integração mínima entre as orações. Além disso, elas apresentam um contorno entoacional independente. Elas equivalem às **justapostas** ou **coordenadas**, da gramática tradicional. A parataxe por justaposição não apresenta nenhuma ligação evidente entre as sentenças, como em (32) e (33):

- (32) You keep smoking those cigarettes, you're gonna start coughing again
 'Continue fumando esses cigarros, você começará tossir novamente.'
- (33) I came, I saw, I conquered
 'Eu vim, eu vi, eu venci.'

Por outro lado, as **paratáticas** por **coordenação** apresentam um núcleo adjacente e apresentam um conectivo explícito do tipo *and*, *e*, no português, e são consideradas mais gramaticalizadas do que aquelas que não apresentam um conectivo, uma que vez estabelecem uma ligação gramatical mais forte entre as orações, como o exemplo dado pelos autores:

- (34) Emily is training to be a speech therapist, **and** Joel works for a law firm in Philadelphia.
 (34') 'Emily está treinando para ser fonoaudióloga, **e** Joel trabalha para um escritório de advocacia na Philadelphia.'

As orações **hipotáticas**, por sua vez, são interdependentes no sentido de que um núcleo e uma ou mais margens apresentam dependência relativa. Essas orações não

estão totalmente inclusas em nenhum constituinte de oração núcleo e por isso completam a estrutura argumental do verbo. Além disso, orações hipotáticas do tipo apositivas podem ter sua própria força ilocucionária⁸. Como em:

(35) Bill Smith, **who is our president**, would like to meet with you.
 ‘Bill Smith, **que é nosso presidente**, gostaria de encontrar-se com você.’

Esse tipo de oração, além de poder carregar sua própria força ilocucionária, pode estabelecer sentido independentemente da oração matriz, e funcionar como pergunta ou como pedido/ordem/conselho, particularidade que não pode ser conferida a orações prototipicamente encaixadas, como as **subordinadas**. Assim, o exemplo acima poderia funcionar como uma pergunta *who is our president?* e não necessitar de uma oração para lhe completar o sentido.

Além das apositivas, os autores mostram que as orações temporais, causais, condicionais e concessivas também são orações hipotáticas. Se, em (32), houvesse um conectivo explícito para estabelecer a relação de condicionalidade, como em *If you keep smoking those cigarettes, your´re gonna star coughing again*, a relação não seria a mesma que a oração paratática justaposta, já que a oração com *if* não se sustentaria sozinha.

Contudo, como mostra Neves (2006), orações condicionais podem, muitas vezes, apresentar-se sozinhas, e estabelecer uma independência maior do que muitas orações coordenadas, chamadas independentes. A autora mostra que em *Se ao menos eu não fosse doente! Se ao menos todos nós não fossemos doentes!*, a oração pode ocorrer sem estabelecer uma ligação com uma oração nuclear, já que, conforme a autora, nesse tipo de construção, os fatores pragmáticos completam o sentido do enunciado.

⁸ Uma oração pode ter quatro ilocuições básicas, que se excluem: Declarativa, Interrogativa, Exclamativa e Imperativa. A força ilocucionária de uma oração indica a intenção comunicativa do falante em instruir o destinatário a declarar um estado de coisas, questionar o interlocutor, expressar um sentimento ou atuar sobre o interlocutor.

Orações hipotáticas do tipo concessiva, que constituem margens, segundo os autores, estabelecem relação semântica com a oração núcleo, podendo, por isso, acionar o critério dependência, mas, em contrapartida, apresentam uma relação mais frouxa com núcleo, sendo, portanto, não encaixadas, como ilustrado nos exemplos (36) e (37):

(36) Estas tendências, **embora** se refiram a qualquer estudo do universo físico socialmente apropriado, tornam-se mais profundas e complexas quando se estudam sociedades já extintas. (CEL:Arqlt)

(37) Não é à toa que, **embora** a Arqueologia estude as séries, o repetir-se da ação humana refletindo nos objetos do cotidiano - sendo este o material mais comum proveniente das escavações - predomine ainda, nas instituições e nas publicações arqueológicas, a atenção para com os objetos únicos e excepcionais. (CEL:Arqlt)

Essa relação menos rígida com a oração núcleo é também notada pela pausa, que representa a divisão em contornos entoacionais diferentes, critério adotado por Hopper e Traugott (1993) para atestar a autonomia sintática das orações paratáticas. Em (36) e (37), como em todas as ocorrências do *corpus*, as orações com *embora* apresentam essa pausa, comumente representada pela vírgula que divide as duas orações. Dessa maneira, a pausa, dentre outros fatores, mostra que as orações hipotáticas apresentam essa relação mais independente com a outra oração, o que não ocorre com as subordinadas.

Quanto às **subordinadas** propriamente ditas, elas são orações que apresentam dependência completa e estabelecem um grau máximo de integração com a oração núcleo. Essa total dependência ocorre pelo fato de que: (i) subordinadas não podem ter força ilocucionária diferente da matriz; (ii) subordinadas são equivalentes a constituintes que a núcleo expressa e (iii) margem e núcleo são interligadas de alguma forma.

Além do *cline* proposto por Hopper e Traugott (1993) sobre a articulação de orações, os autores propõem outros critérios que permitem a caracterização de orações: **integração, dependência e tipo de ligação** entre as orações, e que podem ser ilustrados em:

Parataxe (independência)	Hipotaxe (interdependência)	Subordinação (dependência)
Núcleo _____	_____	_____ Margem
Integração mínima _____	_____	_____ Integração Máxima
Ligação explícita máxima _____	_____	_____ Ligação Explícita Mínima

CLINE DE COMBINAÇÃO DE ORAÇÕES (HOPPER E TRAUGOTT, 1993:171)

Desse modo, a GR de uma oração complexa teria uma unidirecionalidade, em que o ponto de partida seria a **parataxe** (não encaixamento e não dependência), passando pela **hipotaxe** (dependência e não encaixamento) até a **subordinação** (encaixamento completo e dependência). Por isso, os autores apontam que as orações subordinadas estão em um estágio mais elevado de GR.

Essa proposta dos autores reforça a idéia de que há uma gradualidade entre esses níveis de combinação de orações, isto é, não há um limite preciso entre os tipos de orações, de modo que não se pode agrupá-las simplesmente em dois grandes blocos.

Algumas orações hipotáticas, por exemplo, podem ter um comportamento similar ao das paratáticas, no sentido de não apresentar uma relação sintática rígida com a oração núcleo, conforme o exemplo (38), retirado do *corpus* de fala:

(38) o povo brasileiro tá um pouco decepcionado **embora** alguns tenha... éh:/: estejam gostando... eles são mais fanáticos... estejam gostando do seu trabalho... éh:: mas eu num vejo como diferente de outros... governos aí anteriores...(AC-113-RO)

Como afirmam os autores, as orações envolvidas na parataxe apresentam um contorno entoacional independente, como o que ocorre em (38), já que a oração *embora alguns tenha... éh:/: estejam gostando...* é separada da outra *o povo brasileiro tá um pouco decepcionado*, por uma pausa bem marcada entre as duas orações, evidenciando a frouxa relação estrutural entre elas.

É possível estabelecer uma correlação entre os níveis de encaixamento de Hopper e Traugott (1993) e aqueles propostos pela gramática tradicional. As orações **coordenadas** corresponderiam às **paratáticas**; as **hipotáticas** corresponderiam às adverbiais (temporais, causais, condicionais e concessivas), às adjetivas explicativas e às apositivas, e, por fim, as **subordinadas** corresponderiam às substantivas e às relativas restritivas, relação que pode ser melhor visualizada da seguinte maneira:

Parataxe	Hipotaxe	Subordinação
Justapostas	Relativas explicativas	Relativas restritivas
Coordenadas	Circunstanciais	Completivas

QUADRO 03: RELAÇÃO ENTRE OS DOMÍNIOS DE ARTICULAÇÃO DAS ORAÇÕES

É importante fazer uma ressalva, quanto às orações justapostas, pois essas orações podem corresponder não só à **parataxe**, já que é possível haver justaposição na **subordinação** e na **hipotaxe**, como no exemplo (32), em que uma oração hipotática, sem a presença da conjunção *if* é justaposta à oração matriz.

Essa proposta é interessante, visto que abandona a visão dicotômica e considera que há uma área entre o domínio da coordenação e da subordinação, o que resulta em um tratamento diferenciado para orações com comportamentos distintos.

Com relação às orações concessivas, os autores afirmam que as construções do tipo *although* são construções hipotáticas. O conector que une a hipotática com oração núcleo tem, geralmente, sua fonte em um nome, verbo, advérbio, pronome, etc. Conforme Halliday e Hasan 1976 (*apud* Hopper e Traugott 1993), o desenvolvimento desses conectores é motivado pelo desejo do falante de ser mais claro e informativo, principalmente em direcionar seu ouvinte a interpretar as informações dadas.

Inicialmente, as conjunções desse tipo servem para sinalizar a combinação de orações e delimitar fronteiras sintáticas.

A gramaticalização dessas conjunções as levam, por exemplo, a combinar orações e, uma vez recrutadas para novas funções, elas estão sujeitas a novas inferências e poderão novamente sofrer gramaticalização. Desse modo, um item temporal pode servir para a formação de uma condicional, causal, ou concessiva, como é o caso do *while*, citado pelos autores, e também da conjunção *embora* do português. Uma concessiva pode ainda surgir a partir de um item condicional *even if*, conforme König (1984).

Neves (2006), calcada em uma base funcionalista, também questiona o corte rígido entre coordenação e subordinação. A autora afirma que as orações chamadas **subordinadas** pela tradição apresentam uma alta complexidade no uso na língua e se prestam a diversas funções de caráter discursivo, e não são simplesmente orações que “exercem função sintática em outra”, como geralmente vêm descritas.

Segundo a autora, uma oração hipotática adverbial pode, entre outras coisas, marcar o fundo (*background*) na organização do discurso ou mesmo funcionar como adendos, em que o falante acrescenta uma informação, já que julga necessária a introdução desse segmento em sua fala. Essas funções podem ser percebidas nas orações concessivas com *embora*, encontradas no *corpus*, conforme exemplos (39) e (40), respectivamente:

(39) cê vê no município éh:: éh compras de voto **embora** exista aí a/ a legislação que:: não permite isso mas existe a::/ realmente a compra de voto a mentira a promessa de que vai fazer e depois num faz nada éh:: a nível estadual também ocorre o mesmo éh:: um prometendo isto outro prometendo aquilo... ...(AC-113-RO)

(40)"O crescimento conserva em ebulição contínua o organismo interior". O problema não é só da adolescência, **embora** seja quando as alterações são mais acentuadas e mais visíveis. (CEL:AELT)

Em (39) a oração com *embora* marca um plano de fundo sobre o qual uma informação mais saliente ou importante é apresentada, no caso, o conteúdo da oração principal, e, em (40), a oração iniciada pela conjunção traz uma informação adicional, que o falante acredita ser relevante para a primeira parte do enunciado.

Halliday (1985, *apud* Neves, 2006) também rejeita a dicotomia tradicional nos estudos de articulação de orações. A proposta do autor é baseada em duas dimensões de análise: **o eixo de interdependência**, ou sistema tático de parataxe e hipotaxe, e o **eixo lógico-semântico** de expansão e projeção. No primeiro eixo, a parataxe é a relação entre dois elementos de mesmo estatuto, e a hipotaxe é a relação entre elementos de estatutos diferentes. No segundo eixo de expansão, a oração dependente expande a oração dominante por meio da: a) elaboração: em que uma oração elabora o sentido da outra; b) extensão: em que uma oração amplia o significado da outra, dando um acréscimo à ela; c) realce (*enhancement*): em que uma oração realça o significado da outra, dando-lhe qualidade de tempo, modo, lugar, causa ou condição. O autor acredita que as orações concessivas seriam orações que fazem parte das hipotáticas que expandem a oração nuclear, dando realce do tipo concessão.

É interessante nessa proposta a combinação de hipotaxe com o realce, o qual resulta nas chamadas orações adverbiais (tempo, concessão, modo, causa, condição, etc.), pois há uma junção de critérios sintáticos e semânticos, já que enfoca a interdependência sintática e as relações de sentido presentes nas orações, combinação que geralmente não é feita pela tradição gramatical.

Neves (2006) chama a atenção para o fato de que as orações podem estabelecer relações em vários níveis a saber: da predicação, da proposição e do ato de fala. Para ilustrar, ela cita exemplos de orações temporais, que estariam no nível da predicação, e

de concessivas, que estariam no nível da proposição, uma vez que estabelecem um esquema dialógico, em que as possíveis conclusões do ouvinte são consideradas.

Outro trabalho que faz uma reflexão sobre coordenação e a subordinação é Carone (1991), no qual a autora explicita de que modo se dá a coordenação e a subordinação de orações, apontando alguns pontos obscuros deixados pela tradição, no que diz respeito, principalmente, à coordenação. A fim de demonstrar que algumas orações chamadas de subordinadas pela tradição podem compartilhar características com as coordenadas, retomo as características dadas por Carone (1991) à cada um desses dois domínios de articulação de orações.

A autora apresenta as seguintes características da coordenação: a) os elementos coordenados têm a mesma função sintática; (ii) os elementos coordenados pertencem a um mesmo paradigma; (iii) a coordenação forma seqüências abertas; e, (iv) os elementos coordenados podem ser tanto orações como termos de orações. Na seqüência discutirei as duas últimas características.

Com relação à terceira característica apontada por Carone (1991), pode-se perceber que realmente, dentro do domínio da coordenação, há comportamentos não idênticos entre as orações, pois a autora confere a formação de seqüências abertas somente às aditivas e às alternativas, já que os outros tipos de coordenadas, como *mas*, *pois e logo* organizam os coordenados em pares, assim, fazem parte de um procedimento sintático binário, como em *Deus é bom, mas justo*.

Quanto à característica (iv), a autora mostra que na realidade haveria só um tipo de coordenação, a de orações. No exemplo: *João saiu + Maria saiu*, resultaria em *Maria e João saíram*, em que alguns dos elementos seriam suprimidos por haver repetição. Por essa razão, haveria coordenação entre os sujeitos das orações.

Dentro da discussão sobre as orações coordenadas, Carone (1991) discute algumas características das conjunções que estabelecem relações dentro do domínio da **coordenação**, tais como:

a) **pausa**: considerado morfema supra-segmental, tem o caráter de separar o primeiro membro do segundo. As conjunções *mas*, *logo* e *pois* são precedidas de pausa, estabelecendo uma forte relação semântica com o segundo membro da coordenação;

b) **mobilidade da conjunção**: algumas conjunções coordenativas apresentam certa mobilidade⁹, podendo aparecer no início, no meio ou no final da segunda oração. A autora exemplifica essa afirmação com a conjunção *portanto*, que tem as seguintes possibilidades de aparecer na sentença:

(41) duvido de você: **portanto**, não insista em convencer-me.

(41') duvido de você; não insista, **portanto**, em convencer-me.

(41'') duvido de você; não insista, em convencer-me, **portanto**.

c) **relação semântica entre os membros da coordenação**: o segundo termo da coordenação estabelece uma relação de adversidade, explicação e conclusão com o primeiro membro e é, nesse ponto, que a conjunção está inserida, como em *Parece santo, mas é um demônio*;

d) **caráter anafórico da conjunção**: conforme Bally (1965, *apud* Carone 1991), dois termos se coordenam, quando o segundo termo passa a remeter ao primeiro, como em: *faz frio, por causa disso (por causa do frio), não sairemos*. A partir do momento em que o segundo termo é inserido dentro do primeiro, ele se torna cristalizado, perdendo seu valor adverbial e ganhando o estatuto de conjunção.

Dado esse caráter anafórico das coordenativas, Carone toca na questão da independência ou autonomia das coordenadas. A oração do segundo membro da

⁹ As conjunções **mas** e **pois** (explicativo) não apresentam essa característica, uma vez que aparecem somente em posição inicial.

coordenação, do qual a conjunção faz parte, é anafórica, isto é, faz um movimento de retroação, revelando que essas orações não são independentes. Em uma oração como *chamei-o, mas você não me ouviu*, o segundo elemento pressupõe o primeiro, o que resulta em uma restrição, quanto à mobilidade dessas orações. Desse modo, a autora afirma que dizer que uma oração coordenada é independente só tem validade, no que se refere ao fenômeno da **translação**¹⁰.

É importante comentar que muitas conjunções coordenativas, como, por exemplo, *no entanto*, *entretanto*, *contudo*, *porém* ainda preservam o valor adverbial, pelo fato de ainda apresentarem esse valor anafórico/coesivo, isto é, de remeter alguma informação do primeiro elemento. Elas funcionam como termos mistos, ou seja, apresentam caráter adverbial e de conjunção, ainda preservando a mobilidade sintática típica dos advérbios, como em: *no entanto, eu nada ouvia/ eu, no entanto, nada ouvia/ eu nada ouvia, no entanto*.

Essa característica híbrida é resultado de um processo de gramaticalização que esses itens sofreram, como observa Neves (2006), que as inclui na classe dos advérbios, porém com função conjuntiva, sendo chamados de **advérbios conjuntivos**, visto que, apresentam ora características de advérbios, ora de conjunções, porém com o mesmo valor semântico de desigualdade entre os elementos envolvidos no enunciado. Segundo a autora, esses itens apresentam estágios diferentes de mudança, até alcançarem o estatuto de conjunção. Em outras palavras, cada uma delas é mais ou menos gramatical, o que pode ser notado pela seguinte escala arranjada pela autora, em que elementos mais à direita estão mais gramaticalizados do que elementos à esquerda:

¹⁰ A translação, conforme Tesnière (*apud* Carone 1991), ocorre quando uma conjunção subordinativa transfere a condição de termo à uma oração com que é articulada. Essa oração, portanto, será um termo com um valor de substantivo, adjetivo ou advérbio, se transformando em uma oração subordinada. É por isso que as orações coordenadas nunca transferem a translação, já que nesse tipo de estrutura não há vínculo entre o termo e oração, e sim entre orações.

*entretanto/ contudo/ todavia, etc. → porém → mas → e, ou*¹¹

Comportamento similar à essas conjunções coordenativas apresenta a conjunção concessiva *embora*, uma vez que a conjunção ainda preserva traços de advérbio, podendo aparecer em diversas posições dentro da sentença, como em (42), em que a conjunção aparece entre verbo e complemento:

(42) Dotado de flora riquíssima e variada, conta o Brasil com grande número de espécies vegetais que o povo emprega para debelar os mais diversos males, faltando-lhe **embora** competência para julgar dos resultados. (CEL:Beblt)

Devido a esse comportamento, o *embora* é considerado menos gramaticalizado do que as conjunções *se* e *porque*, como aponta Neves (2006):

*embora > porque > se*¹²

No que se refere à **subordinação**, Carone (1991) afirma o que a **coordenação** não é capaz de realizar, a saber: não estrutura internamente a frase; não comporta a **translação** (termo já explicitado anteriormente); não transfere uma oração de maneira a conferir um valor de substantivo, adjetivo ou de advérbio; não insere uma oração na outra, e, não reduz uma oração em termo da outra.

Carone (1991) utiliza o fenômeno da inserção, para explicar a subordinação de orações. Para a autora, a oração subordinada estaria em posição inferior à outra oração. Em outras palavras, ela seria subalterna, por fazer parte de uma sub-ordem. A autora explicita de que modo uma oração é inserida em outra, a saber: por meio de

¹¹ Neves (2006:258).

¹² Neves (2006:258).

instrumentos gramaticais, tais como o pronome relativo, conjunções subordinativas e conjunção integrante.

No caso do pronome relativo, ele exerce a função de fazer com que toda uma oração se comporte como parte da outra, relacionando-se com um substantivo ou um adjetivo, e recuperando anaforicamente o antecedente. Pode haver também um outro tipo de relação entre duas orações, como a de tempo, de causa, condição, concessão, etc., que são efetuadas por meio das conjunções subordinativas. Essas conjunções são instrumentos de inserção de uma oração em determinado ponto da outra, denotando uma circunstância qualquer. Elas são conjunções que impõem a uma oração o comportamento de um advérbio, da mesma forma que o pronome relativo impõe à oração a condição de adjetivo.

As conjunções integrantes são instrumentos de inserção que têm a propriedade de fazer uma oração completa se comportar como um substantivo, como é o caso das chamadas **orações subordinadas substantivas**. Essas conjunções são “vazias” de sentido, apresentando apenas a função sintática de transferência, enquanto as subordinativas carregam traços semânticos de circunstância. Dessa maneira são formadas as orações substantivas, adjetivas e adverbiais, ou seja, pela inserção de uma oração, por meio de um pronome relativo ou de uma conjunção, em algum ponto da outra oração.

A partir de várias reflexões, o trabalho de Carone (1991) instiga a necessidade de repensar o período composto nos manuais de gramática, reforçando a idéia de que há algumas características conferidas às coordenadas que também podem ser partilhadas com as subordinadas e vice e versa.

Assim, baseada nessa visão não dicotômica dos estudos de cunho descritivo, sobre o período composto, na seqüência, exponho os critérios propostos nos trabalhos de

Guimarães (1987) e Longhin-Thomazi (2004), baseados em Bally (1965), para a explicação da combinação de orações, a fim de verificar em que nível de articulação para esses autores encontram-se as orações articuladas pela conjunção concessiva *embora*.

Guimarães (1987), com o objetivo de verificar as relações semânticas e argumentativas dos operadores *logo, pois, já que, e, além disso, não só...mas também, ou...ou, ou, mas, embora, para que, quando e que*, e o nível de articulação das orações em que essas conjunções estão inseridas, abandona a dicotomia **coordenação** x **subordinação** e questiona os critérios utilizados pelas gramáticas normativas para fazer tal classificação.

O autor toma como base o trabalho de Bally (1965), que propõe três modos distintos de relacionar orações: **coordenação**, **segmentação** e **subordinação**. Na visão de Bally (1965), a **coordenação** se dá entre duas orações independentes, em que a segunda tem a primeira por tema, ou, em outras palavras, a segunda seria o rema da primeira. A **segmentação**, por sua vez, é caracterizada pela interdependência entre as enunciações, sendo possível verificar, assim como na coordenação, as duas partes da oração, uma com função de tema e a outra, de comentário. A **subordinação**, por sua vez, representa a união completa de duas orações em um só ato de enunciação, apresentando uma forte dependência entre elas.

No que se refere ao tema e comentário, o autor se baseia na definição de Orlandi (1983), que afirma que o tema “é o que estabelece como começo na incompletude do discurso”, em outras palavras, é o assunto que será desenvolvido durante o discurso. O comentário, por sua vez, é o que se diz sobre o tema, ou assim como utilizado por Bally (1965), o comentário é usado para se referir às informações novas acrescentadas a um tema. Na proposta de Guimarães (1987), se uma oração configurar tema/comentário de

uma outra é porque elas estão em grupos entonacionais diferentes, e podem ser analisadas separadamente.

A partir disso, Guimarães (1987) afirma que as orações com as conjunções *embora*, *logo*, *pois*, *já que* e *mas* estabelecem uma relação de não-dependência com a outra oração com a qual são vinculadas. Dessa maneira, ele acredita que as orações iniciadas pela conjunção *embora*, ao contrário do que afirmam os manuais de gramática, não deveriam ser incluídas no conjunto das subordinadas.

A proposta de Guimarães (1987) repousa em dois tipos de relações entre as orações, a saber: (a) dependência e não dependência, e (b) articulação tema/comentário. Segundo o autor, a dependência é uma relação entre dois elementos lingüísticos que constituem um outro de mesma natureza. Portanto, se duas orações não constituem juntas uma outra oração, diremos que elas não são dependentes.

Para sustentar essa afirmação, Guimarães (1987) aponta alguns critérios, que explicitam que as orações encabeçadas pelos conectores citados acima não são dependentes. De todas as conjunções analisadas pelo autor, focalizo as orações com *embora*, a fim de verificar de que forma esses critérios podem ajudar a explicar as ocorrências do *corpus*.

Esses critérios consistem em testes que o autor realiza com as orações, para mostrar que em alguns deles a dependência não se aplica. Esses critérios são mostrados em a, b e c.

Dessa forma, o autor propõe que a dependência impede:

- a) a divisão das orações da frase pressupondo a fala de dois locutores: L1 e L2;
- b) a articulação por sobre o limite da frase;
- c) a tomada da frase construída pelas duas orações como um todo, em relação à *negação*, *pergunta* e *encadeamento*.

Guimarães (1987) mostra que as orações com *embora* podem ser analisadas como pressupondo dois locutores, pois em uma conversa cada locutor pode dizer uma oração diferente, conforme mostram exemplos do autor:

- (43) L1 - Paulo não foi o escolhido.
L2 - **Embora** fosse o mais adequado para o cargo.

Esse mini-diálogo, possível de ser feito com as orações com *embora*, revela que há um conhecimento partilhado entre os interlocutores do discurso, revelando as várias vozes presentes no esquema concessivo.

A articulação sobre o limite da frase se refere à separação, por meio de um ponto final, entre a oração principal e a subordinada. O autor mostra que isso não ocorre com as orações com *embora*, pois a seguinte frase seria impossível de ocorrer:

- (44) Paulo não foi escolhido. **Embora** fosse o mais adequado para o cargo.

Esse critério apontado é passível de discussão, uma vez que essa construção é possível de ocorrer na língua. Além disso, esse ponto final indica uma pausa, que normalmente vem representada por uma vírgula, segmentando a oração em dois grupos entoacionais, como em *Paulo não foi escolhido, embora fosse o mais adequado para o cargo*.

Da mesma forma, o alcance da negação não se daria sobre a frase toda, mas apenas sobre uma das orações, como em (44). Além disso, na visão do autor, seria impossível encontrar orações com *embora*, com modalidade de pergunta, como em (45):

- (45) Paulo não foi escolhido **embora** não fosse o mais adequado para o cargo.
(45') Paulo não foi escolhido **embora** fosse o mais adequado para o cargo?

Contudo, orações como (45') são perfeitamente aceitáveis, e seriam chamadas por Neves (2000) de orações concessivas que relacionam atos de fala, já que vinculam um ato ilocucionário interrogativo, como no exemplo (20) já comentado anteriormente.

Quanto à tomada da frase em relação ao encadeamento no texto, o autor faz um teste com a seqüência *sei que* e mostra que o encadeamento dessa expressão não toma a frase como um todo, mas somente uma oração, como em (46):

(46) Sei que Paulo não foi o escolhido **embora** fosse o mais adequado para o cargo.

A hipótese do autor de que as orações com *embora* são não dependentes é baseada nos seguintes critérios: a) a negação não toma a frase como um todo; b) a pergunta não toma a frase como um todo; c) o encadeamento não toma a frase como um todo; e, d) cada oração pode ser dita por um locutor diferente. Todos esses critérios se aplicam com as construções com *embora*, e, por isso, podemos dizer que esse tipo de oração não é dependente.

Com base na articulação tema/comentário, Guimarães (1987) assegura que a oração encabeçada por *embora* pode ser o tema da segunda, ou se tivermos a inversão das orações, o tema será ora a oração com a conjunção, ora a oração principal. Dessa forma, as orações com *embora* se conformam a uma análise em tema/comentário, sendo que cada oração corresponderá a um grupo entonacional, ou seja, elas podem ser divididas sem dependência nesse sentido, o que mostra que elas não têm comportamento parecido com as orações subordinadas. Essa proposta do autor pode ser verificada nos seguintes exemplos retirados do *corpus*:

(47)“O crescimento conserva em ebulição contínua o organismo interior”. O problema não é só da adolescência, **embora** seja quando as alterações são mais acentuadas e mais visíveis. (CEL:AELT)

(48) Embora alguns desses compostos pareçam apresentar algumas propriedades bastante promissoras, não podemos ainda contar com eles e temos que raciocinar contando com o que dispomos. (CEL: Antlt)

Nesses exemplos, nota-se a confirmação da hipótese de Guimarães (1987) de que as orações com *embora* podem ora marcar o comentário, como é o caso do exemplo (47), ora marcar o tema, como no exemplo (48).

Essa alternância na ordem (tema/comentário-comentário/tema) presente nas orações com *embora* está diretamente relacionada com a estratégia argumentativa desse tipo de construção.

Quando a construção é configurada como *embora y, x* o tema, expresso na oração com *embora* é antecipado para sinalizar ao ouvinte que o argumento do comentário será o predominante, como em (48). Por outro lado, quando a oração for do tipo *x, embora y*, o falante indica que o argumento mais significativo será antecipado pela oração que marca o tema, ou seja, a principal, como em (47).

É interessante notar que as orações com *mas* não permitem essa inversão, sendo sempre configurada como *x, mas y*. Portanto, o comentário será sempre o segundo termo da oração, contrastando, dessa forma, o tema, como exemplo dado por Guimarães (1987): *Os incidentes de Leme envergonham o País, mas o País não parece estar envergonhado.*

Essa observação de Guimarães nos leva a pensar sobre o critério *autonomia* usado pela tradição gramatical, para caracterizar as orações coordenadas. Por meio da análise tema/comentário percebe-se que orações do tipo *mas* não são dependentes uma da outra, e que as orações com *embora*, portanto, apresentam um contornos entoacionais distintos, isto é, podem não ser totalmente dependentes ou, como afirmam as gramáticas, **subordinadas**. Portanto, esse trabalho mostra, dentre outras coisas, que as

orações unidas pela conjunção *embora* partilham características com as orações chamadas **coordenadas**.

Koch (1997) também mostra o aspecto pragmático desse procedimento. A autora chama de **tematização**, quando o tema preceder o rema¹³, e **rematização**, quando o rema anteceder o tema. Conforme a autora, a ordem tema-rema ou vice-versa não se trata simplesmente de uma questão de posição, mas sim de escolhas feitas pelo falante, para sinalizar o seu grau de envolvimento com o assunto, com o interlocutor e com o conhecimento partilhado entre os dois.

Quando ocorre um tema marcado, ou seja, o tema anteposto ao rema, o falante enfatiza um elemento para ativar no seu interlocutor algo já conhecido por ele, para depois trazer a informação nova, não conhecida pelo ouvinte. Em (48), o falante utiliza a estratégia de **tematização**, antepondo um conhecimento supostamente partilhado pelo seu ouvinte, para, em seguida, veicular um conteúdo novo.

Por outro lado, o falante pode optar pela estratégia de **rematização**, antepondo o rema ao tema, isto é, veiculando uma informação nova antes de expressar o conteúdo já conhecido pelo ouvinte. Segundo Koch (1997), esse procedimento demonstra uma maior expressividade e envolvimento do locutor com o assunto e com seu interlocutor, já que o falante antecipa o objetivo de sua comunicação, ou seja, trazer uma informação nova. Na ocorrência (46), o falante antepõe a informação mais relevante, nova e desconhecida *O problema não é só da adolescência* para depois sinalizar a informação já conhecida *embora seja quando as alterações são mais acentuadas e mais visíveis*.

Koch (1997) observa que ao evidenciar um elemento do enunciado, é estabelecida uma oposição entre esse elemento e outros, implícita ou explicitamente. No caso das orações com *embora*, as estratégias de **tematização** e **rematização**, além de

¹³ **Rema** é utilizado por Koch (1997) com o mesmo sentido do termo **comentário** utilizado por Guimarães.

demonstrarem a intenção do falante ao salientar uma informação, evidenciam a relação de contraste entre os elementos presentes nas duas orações, conferindo, assim, o caráter pragmático das orações com essas orações, que se prestam a uma configuração tema/comentário (rema).

Longhin-Thomazi (2004) também se preocupa em discutir as formas de combinação de orações, a fim de buscar parâmetros que melhor expliquem o modo como as orações se articulam. Para diferenciar um campo de articulação do outro, a autora extrai do trabalho de Bally (1965) critérios não só de ordem sintática, mas também de ordem semântica, a fim de auxiliar na explicação dos três domínios de juntura de oração. Os parâmetros propostos pela autora são seis, a saber:

a) **dependência semântica**: verifica-se maior dependência na soldadura; uma dependência parcial na segmentação e, uma menor dependência na coordenação;

b) **distinção tema/propósito**¹⁴: na coordenação e na segmentação, a primeira parte do enunciado é tema e a segunda é propósito, ao passo que na soldadura qualquer parte está sujeita a ser propósito, a depender de fatores pragmáticos;

c) **divisão em segmentos entoacionais**: na coordenação e na segmentação, há pelo menos dois segmentos entoacionais, já na soldadura, há apenas um;

d) **pausa**: a pausa pode ser representada por algum sinal de pontuação. Na soldadura nunca haverá pausa, já na coordenação há uma pausa considerável e na segmentação, uma pausa breve;

e) **referenciação anafórica**: é particularidade somente da coordenação a relação anafórica entre as partes do enunciado, sendo que a segunda parte da oração coordenada (propósito) retoma a primeira (tema), ou somente parte da primeira;

¹⁴ Os termos **propósito** e o termo **comentário** são usados com o mesmo sentido por Guimarães (1987) e Longhin-Thomazi (2004).

f) **oração como termo em outra:** somente na soldadura é possível que haja a inserção de uma oração no lugar de um termo, que pode ser sujeito, complemento do verbo ou complemento do substantivo.

A partir desses parâmetros, a autora aplica cada um deles aos três tipos de orações, mostrando que as orações segmentadas apresentam diferenças significativas em relação às do tipo soldadura, estando, portanto, em níveis de articulação distintos.

Assim, aplico os mesmos critérios nas orações com *embora*, a fim de verificar a qual dos três domínios de articulação pertencem as orações concessivas.

No que se refere à dependência semântica, as orações com *embora*, encontradas no *corpus*, apresentam dependência parcial com a outra parte do enunciado, já que não se sustentam sozinhas, como em (49):

(49) que eu passei:: atrás de votos... visitando pessoas... éh:: no sítio... éh na cidade casa encontrando os amigos falando sobre política... éh:: tivemos comícios... éh:: enfim... foi uma::/ foi gratificante... **embora** eu tenha perdido a eleição foi muito gratificante... éh:: ter participado daquilo::... porque:: a gente passa a conhecer as pessoas... éh::... depois... embora você já as conhecesse... éh mas aí você vê... em cada uma delas o que:: elas têm prá dar ou o que/ a capacidade de algumas a necessidade de outras...(AC-113-NE)

Nessa ocorrência, a relação semântica de oposição, adversidade, contra-expectativa e conseqüentemente, a relação pragmática que pode ser atribuída à oração concessiva *embora eu tenha perdido a eleição* é sustentada pelo conteúdo da oração principal *foi gratificante*. Assim, a oração concessiva sem a presença da oração principal não apresenta esse conteúdo semântico e discursivo.

Quanto aos parâmetros (b), (c) e (d), como já discutido anteriormente, as orações com *embora* são articuladas em tema/propósito, conforme mostrado em (47) e (48), e,

assim, podem ser divididas em dois segmentos entoacionais, como em (50), em que a pausa é representada, na maioria das ocorrências pela vírgula:

(50) **Embora** alguns desses compostos pareçam apresentar algumas propriedades bastante promissoras, não podemos ainda contar com eles e temos que raciocinar contando com o que dispomos. (CEL: Antlt)

Desse modo, os critérios (a), (b), (c) e (d) são aplicáveis às orações com *embora*, as aproximando das orações segmentadas e coordenadas. Mas, por outro lado, os parâmetros (e) e (f) não se aplicam para as ocorrências do *corpus*, visto que as orações com *embora* não fazem referência anafórica com nenhuma parte do enunciado e, como já apontado, não são inseridas em nenhuma parte da oração principal.

A aplicação desses critérios às orações com *embora* pode ser visualizada no seguinte quadro:

Crítérios	Sem aplicação	Aplicação parcial	Aplicação total
a. Dependência semântica		X	
b. Distinção tema/propósito			X
c. Divisão em segmentos entoacionais			X
d. Pausa			X
e. Referência anafórica	X		
f. Oração com termo em outra	X		

QUADRO 04: APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS ÀS ORAÇÕES COM *EMBORA*

Verifica-se, por meio desse quadro, que as orações com *embora* partilham algumas características com as orações coordenadas, pela aplicação dos critérios (b), (c) e (d), mas por outro lado, apresentam uma dependência relativa com a oração principal, parâmetro não aplicado às coordenadas. Assim, esse critério não permite que afirmemos que as orações com *embora* sejam coordenadas. Em um *continuum* elas se situariam

entre as orações coordenadas e as segmentadas, compartilhando algumas características com ambos os domínios de articulação.

Com relação ao domínio da **soldadura ou subordinação**, é certo que as orações com *embora* não apresentam o mesmo comportamento das orações desse tipo, visto que os critérios (e) e (f) não são aplicáveis. Portanto, as orações com *embora* não fazem parte desse domínio, que, tradicionalmente, corresponde ao da subordinação.

Nesse âmbito de discussão sobre a articulação de orações, tomo como referência os estudos de base lingüística que abandonam a subdivisão das orações complexas em coordenação x subordinação e adoto, portanto, a posição de que há uma flutuação entre esses níveis de combinação de orações complexas. Por isso, assim como afirmam Hopper e Traugott (1993), acredito que as orações adverbiais concessivas estariam inseridas em um *continuum* compartilhando características com as **paratáticas** e com as **hipotáticas**.

CAPÍTULO III

MATERIAL E METODOLOGIA

3.1 MATERIAL

Como já foi mencionado, de acordo com Hopper e Traugott (1993) e Sweetser (1990), a investigação em GR pode ser feita do ponto de vista sincrônico e diacrônico. As duas perspectivas mostrarão os dados de forma complementar; a sincronia atual, de um lado, poderá indicar seus usos atuais, fornecendo pistas sobre seus usos históricos, e a diacronia poderá indicar os estágios de ambigüidade e a trajetória de mudança responsável pelo surgimento da forma gramatical sincrônica atual.

Por isso, em vista do objetivo deste trabalho, utilizo amostras de fala e de escrita, para a análise sincrônica e, para a diacrônica, textos de natureza diversa, que forneçam exemplos de *embora*, e assim, permitam traçar a trajetória de mudança ao longo de sua história.

No que se refere aos dados de fala, utilizo o banco de dados Iboruna, que envolve amostras de fala da região noroeste do Estado de São Paulo, coletadas com base nos métodos da sociolinguística variacionista. Cada inquérito do *corpus* se conforma a cinco diferentes tipos de textos orais: narrativa de experiência pessoal, narrativa recontada, relato de descrição, relato de procedimento e relato de opinião. Para cada inquérito, há cinco arquivos de som e um arquivo de transcrição junto com a ficha social do informante.

Esse *corpus* é constituído de dois tipos de amostra: (i) a amostra censo, representada pela sigla (AC), em que o entrevistador sugere que o informante discorra sobre algum tema, conforme o tipo de texto; (ii) a amostra de interação (AI), em que o

informante, sem saber que estava sendo entrevistado, só é comunicado sobre a gravação posteriormente, a fim de recuperar uma fala espontânea e natural. Para a coleta das ocorrências de *embora* foi utilizado somente o material transcrito da amostra censo.

Algumas variantes sociais foram consideradas na constituição do *corpus* Iboruna, tais como: idade, escolaridade, sexo e renda. No entanto, para a coleta das ocorrências de *embora*, não utilizei critérios de cunho social para selecionar os inquiridos, uma vez que o objetivo foi verificar de que forma o item é usado pelos falantes da língua. Dessa maneira, selecionei, aleatoriamente, vinte inquiridos, englobando todos os tipos de relatos. Em cada inquirido, portanto, havia cinco tipos de textos de natureza diferente, que de certo modo podem ter influenciado o uso de *embora* em sua acepção adverbial ou conjuncional.

Já o material de escrita consiste em parte de uma base de dados armazenada no Centro de Estudos Lexicográficos, da Unesp de Araraquara. É constituída por textos escritos de gêneros variados, como literatura romanesca, técnica, oratória, jornalística e dramática. Para essa pesquisa, foram selecionados dois textos de cada gênero, totalizando dez textos. A escolha pela variedade de textos escritos se deu pela preocupação em apreender diferentes *types* de *embora*, em diferentes tipos de textos.

De maneira semelhante ao material de fala, a natureza dos textos escritos pode ter influenciado o uso da conjunção ou do advérbio *embora*, uma vez que em textos técnicos que apresentam um grau alto de formalidade não foi encontrada nenhuma ocorrência do advérbio, e da mesma forma, em textos menos formais, o uso da conjunção não foi constatado.

Para os estudos diacrônicos, foram utilizados textos que pertencem a “Amostra diacrônica do Português” organizada por Longhin-Thomazi (2004), disponível em <http://www.cdp.ibilce.unesp.br/>, compreendendo textos do século XIII ao XX, de

diversos gêneros. Para esta pesquisa, contudo, me restrinjo ao período do século XV ao XIX. A justificativa para esse recorte temporal é baseada nas afirmações de Ali (1964), que reconheceu, nesse período, o emprego da forma fonte que originou a concessiva. Como já foi dito, segundo o autor, *embora* teve origem no uso da locução adverbial *em boa hora* usada no século XV com o valor temporal. Porém, é importante observar que a escolha desse recorte temporal para realizar a investigação histórica de *embora* não invalida a possibilidade de haver, anteriormente na história da língua, a forma fonte dessa concessiva.

Para buscar fontes representativas da língua no período desses cinco séculos, selecionei quatro textos com a média de quarenta páginas cada um, porém, essa quantidade não foi suficiente para obter um número significativo de ocorrências para a pesquisa, por isso, houve a necessidade de ampliar o *corpus*. Selecionei mais textos de cada século, com a mesma quantidade de páginas que havia selecionado anteriormente. Depois da ampliação, o total de textos analisados compreendeu mais três textos para cada século, que proporcionou a obtenção de um número quantitativamente e qualitativamente maior de ocorrências.

Na seqüência, apresento a relação dos textos cujos trechos selecionei para a pesquisa. Cada texto corresponde a uma sigla, cujos números indicam o século, e as letras indicam a fonte ao texto¹⁵.

SIGLA DOCUMENTOS DO SÉCULO XV

15BD *Boosco Deleitoso*. Edição do texto de 1515, com introdução, anotações e glossário de Augusto Magne. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1950, Vol. I.

¹⁵ É preciso ressaltar que a pesquisa baseada em fontes históricas tem suas dificuldades e limitações. Há, por exemplo, o problema da representatividade dos textos selecionados, já que elegi alguns poucos textos para cobrir um período longo de tempo, equivalente a séculos. Acrescente-se a isso a escassez de estudos filológicos, que poderiam facilitar a interpretação das ocorrências, especialmente das mais antigas, em que a língua ainda não dispunha de uma padronização.

- 15LC D. DUARTE. *Leal Conselheiro*. Trechos escolhidos por F. C. Marques. Coleção Clássicos Portugueses. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1942.
- 15CDF Fernão Lopes. *Crónica D. Fernando*. Introdução, seleção e notas de Torquato de Sousa Soares. In *Clássicos Portugueses*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1945.
- 15CDP Fernão Lopes. *Crónica D. Pedro I*. Introdução, seleção e notas de Torquato de Sousa Soares. In *Clássicos Portugueses*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1943.
- 15F Fernão Mendes Pinto. *Peregrinação*. Transcrição de Adolfo Casais Monteiro. Lisboa: Imprensa Nacional. Casa da Moeda, 1983.
- 15LF Ciceram, Marco Tullio. *Livro dos Ofícios*. Edição crítica, segundo o ms. de Madrid, prefaciada, anotada e acompanhada de glossário, por Joseph M. Piel. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1948.
- 15CT Zurara, Gomes Eanes. *Crónica da Tomada de Ceuta*. Edição crítica de Alfredo Pimenta. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1942.

SIGLA DOCUMENTOS DO SÉCULO XVI

- 16CPJ Serafim leite, S.I. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil (1538-1553)*. Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, vol. I, s.d.
- 16CDM Dorta, Garcia. *Colóquios dos simples e drogas e cousas medicinais da Índia*. Reprodução fac-similada da edição impressa em Goa em 10 de abril de 1563. Academia de Lisboa, 1963.
- 16ABF Gil Vicente. *O Auto da Barca do Inferno*. Teatro de Gil Vicente. Apresentação e leitura de Antônio J. Saraiva. As.ed. Lisboa: Portugália Editora.
- 16APP Gil Vicente. *O Auto Pastoril Portuguez*. Obras de Gil Vicente. Com revisão, prefácio e notas de Mendes dos Remédios. Tomo I. Coimbra: França Amado Editor, 1907.
- 16FIP Gil Vicente. *A Farsa de Inez Pereira*. Teatro de Gil Vicente. Apresentação e leitura de Antônio J. Saraiva. As.ed. Lisboa: Portugália Editora.
- 16CFR Góis, D. *Crônica do Felicíssimo Rei D. Manuel*. Nova edição conforme a primeira de 1566. Parte I. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1949.
- 16HPS Gondavo, Pero de Magalhães. *Historia da prouincia de Sãcta Cruz a que vulgarme[n]te chamamos Brasil...* Lisboa: Officina Antonio Gonsalvez, 1576.

SIGLA DOCUMENTOS DO SÉCULO XVII

- 17CAN Lobo, Francisco Rodriguez. *Corte na Aldeia, e Noites de Inverno*. Oferecido ao Senhor Dom Dvarte. Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1619.
- 17JV *Jornada dos Vassalos da Coroa de Portvgal*, peras recuperar a Cidade de Saluador, na Bahya de todos os Sanctos, tomada pollos Olandezes, a oito de mayo de 1624, & recuperada ao primeiro de mayo de 1625. Lisboa, anno de 1625.
- 17LPG *Livro Primeiro do Goveno do Brasil (1607-1633)*. Prefácio de J. C. de Macedo Soares. Ministério das Relações Exteriores. Rio de Janeiro: Seção de Publicações do Serviço de

Documentação.

- 17VR Voz Rethorica. Sermão do Nascimento do Menino Deos, Pregado. Doméfticamente no Collegio da Bahia da Companhia de JESUS.
- 17SS Padre Antonio Vieira. Sermão da Sexagésima, pregado na Capella Real. In *Sermões do Padre Vieira*. Reprodução fac-similada da edição de 1679. São Paulo: Ed. Anchieta Limitada.
- 17HA *Historiografia de Alcobaça* (Frey Bernardo de Brito e Frei Antonio Brandão). Trechos escolhidos Alfredo Pimenta. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1943.

SIGLA DOCUMENTOS DO SÉCULO XVIII

- 18OSC *A Ordem da Salvação ou A Doutrina Christaã* brevemente em perguntas e respostas declarada e provada com principaes testemunhos da escritura sagrada. Tranquebar. Em índia Oriental na Costa de Coromandel. Na Estampa dos Missionários delRey de Dennemarck. Anno 1712.
- 18UAI *Do Uso, e Abuso das minhas Agoas de Inglaterra*, pello inventor das mesmas Agoas, J. de Castro Sarmento, doutor em Medicina, do Collegio Real dos Médicos de Londres, e Sócio da Sociedade Real. Impresso em Londres, Em Caza de Guilherme Strahan, anno MDCCLVI.
- 18SM *Santuario Mariano e a Hiftoria das Imagens milagrosas de Nossa Senhora*. Tomo Primeiro. Lisboa, Na Officina de Antonio Pudrozo Gabrão, 1707.
- 18NA *Necessario Aviso acerca da Igreja e Doutrina dos Papas em Roma. Amorosa e fielmente dado para a advertência dos que estão na Ditta Igreja*. Pelos Missionários Inglezes em Madras. Calcutta, Impressa na Officina da Missão. Ano MDCCLXXXV.
- 18REF *Reflexoens sobre a questãõ entre os Estados Unidos, e a França. Offerecidas por Roberto Goodloe Harper hum dos Delegados da Carolina Meridinal*. Philadelphia, maio de 1797. Traduzidas em Portuguez em Londres, 1798.
- 18CM *Carta Carta de Amizade Escrita ao Conde de São Vicente em 21 de julho de 1768 pelo navio Principe de Gales Capitão Carlos Osório*.
- 18TM *Theorica verdadeira das Mares*, conforme a philosophia do incomparável cavalheiro Issac Newton, pello Dr. Jacob de Casto Sarmento. Impressa em Londres, anno MDCCXXXVII.

SIGLA DOCUMENTOS DO SÉCULO XIX¹⁶

- 19RV Relatório de viagem exploradora de Matto-Grosso ao Para pelo rio Xingu, apresentado ao Ministro da Guerra, em 1885, pelo então Capitão Francisco de Paula Castro. Revista DO Arquivo, vol. I. Cuiaba: Fundação Júlio Campos, 1904.
- 19RNG Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra, apresentado na Assembléia Geral Legislativa, em 14 de janeiro de 1843, pelo respectivo Ministro e Secretário do Estado José Clemente Pereira. Rio de Janeiro: Na Typographia Nacional, 1845.
- 19IRP A Idéia Republicana no Pará. Coletanea de artigos publicados no Diário de Notícias, do Pará, em 1988. Organizados por Lauro Sodré in: Crenças e Opiniões. Belém: Typographia do Diário Oficial, 1896.

¹⁶ Nos textos do século XIX, há uma mescla da variedade do português do Brasil e de Portugal.

- 19CAQ *Cartas de Antero de Quental* com um prólogo de Teixeira de Carvalho. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921.
- 19DMA Discurso recitado pelo Exmo Presidente Miguel de Souza Mello e Alvim, no dia 07 de janeiro de 1842, por ocasião da abertura da Assembléia Legislativa da Província de São Paulo. São Paulo: Typographia Imperial de Silva Sobral, 1812.
- 19CM Chronica Geral e Minuciosa do Imperio do Brazil. Desde a descoberta do Novo Mundo ou America ate o anno de 1879. Pelo Dr. Mello Moraes (A.J. de). Rio de Janeiro: Dias da Silva Junior, Typographo-editor, 1879.
- 19FP *Falla do Presidente da Província do Rio de janeiro*. Dr. Esperidião Eloy de Barros Pimentel, na abertura da 1º sessão da 16º legislatura da Assembléia Legislativa, no dia 08 de outubro de 1866.

Vale a pena atentar para a falta de simetria entre os textos da sincronia e da diacronia, visto que para a sincronia, selecionei vinte inquéritos contendo cinco textos diferentes cada um, o que corresponde um total de cem textos. Já para a análise histórica, apenas trinta e um textos foram analisados.

3.2 CRITÉRIOS DE ANÁLISE

O trabalho conjugou as abordagens quantitativa e qualitativa. O critério frequência, nos moldes de Bybee et al. (1994), Heine et al. (1991) e Bybee (2003) conduziu toda a análise. Segundo esses autores, nos estudos lingüísticos, há dois métodos relevantes para apurar a frequência, a saber, a frequência *token* ou textual, que diz respeito à frequência de ocorrência de um item/construção, independentemente da função; e a frequência *type*, que se refere à frequência com que um padrão particular ocorre, podendo ser avaliada por meio da consideração das diferentes funções assumidas pelo item ou construção.

O aumento da frequência *token* é um indício de que o item é um forte candidato a sofrer gramaticalização e o aumento da frequência *type*, consequência do primeiro, é um indício da expansão dos contextos em que o item é apropriado. Por isso, conforme

Bybee e Hopper (2001), a frequência é um elemento que pode contribuir no processo, uma vez que ativa e instiga as mudanças que ocorrem em GR.

Segundo os autores, o aumento de frequência implica os seguintes processos:

- (i) enfraquecimento semântico por habituação;
- (ii) redução fonológica e fusão de construções gramaticais;
- (iii) condicionamento da autonomia da construção;
- (iv) perda da transparência semântica;
- (v) preservação de características morfossintáticas mais antigas.

Todos esses processos foram checados para *embora*, sobretudo na análise diacrônica, visto a hipótese de que o item tenha sofrido todas essas transformações sintáticas e semânticas devido ao processo de GR.

Nesses termos, tanto na análise sincrônica como na diacrônica a contagem da frequência *token e type* foi feita da mesma forma. A contagem da frequência *token* foi realizada a partir do número de vezes em que o item apareceu nas amostras, o que revelou a distribuição que os usos de *embora* aparecem nas ocorrências.

Para a contagem dos *types*, foram elencados critérios para obter a traços gramaticais e a acepção semântica dessas ocorrências. Baseada em consultas nas gramáticas descritivas e históricas e nos dicionários do português, minha hipótese é de que haveria dois valores sintáticos e um valor semântico veiculados por *embora* no português, a saber: (i) sintáticos: advérbio e conjunção; e (ii) semântico: concessão. Por isso, os parâmetros sintáticos e semânticos levantados para a contagem dos *types* foram:

➤ **Sintáticos:**

- **posição do item na oração:** esse critério assume relevância pela hipótese de que o valor morfossintático de *embora* está correlacionado com a posição em que ela ocupa na sentença, a saber: início de oração (posição mais comum às conjunções); entre o verbo e seus argumentos (menos comum às conjunções e mais comum aos advérbios);

final de oração (mais comum aos advérbios), e entre termos da oração, como substantivo e adjetivo (comum às preposições);

- **tempo e modo verbal:** orações concessivas prototípicas apresentam o verbo no modo subjuntivo. Assim, a verificação do modo/tempo dos verbos da construção em que *embora* aparece poderá revelar a categoria gramatical do item;

- **forma verbal da oração hipotática com *embora*:** esse parâmetro servirá para verificar as possíveis particularidades encontradas no uso conjuncional de *embora*, já que não é recorrente encontrar conjunções que estejam em um grau mais alto de gramaticalização, com verbos na forma nominal de gerúndio e particípio, por exemplo. Com isso, esse critério permitirá checar o grau de gramaticalidade em que se encontra o item.

➤ ***Semânticos:***

- **tipos semânticos de verbos:** esse fator auxiliará, sobretudo na análise histórica, a identificar o valor espacial e temporal do advérbio, visto que os verbos de movimento auxiliam na leitura espacial;

- **contextos adversativos e negativos:** a identificação desses contextos servirá para captar os momentos de ambigüidade e o surgimento do valor concessivo, uma vez que há hipóteses de que esses contextos teriam implicado o novo significado. Além disso, será possível caracterizar esse valor nos dados sincrônicos do português;

- **presença/ausência de elementos circunstanciais:** esse critério é importante, pois auxilia na identificação do valor semântico do item, a saber, temporal e espacial, já que não é recorrente a presença desses elementos em contextos concessivos;

• **paráfrase:** por meio da paráfrase com outras conjunções, que apresentem o sentido concessivo ou adversativo possibilitará confirmar que *embora* pode ser interpretado com essa acepção(s) semântica(s).

Levantados esses critérios, primeiramente foi realizado o estudo sincrônico nos dados de fala e de escrita, a fim de mapear os tipos de usos na sincronia atual do português, o que revelou uma fluidez entre as categorias gramaticais do item, devido a algumas particularidades sintáticas conferidas à *embora*, e, para encontrar as razões para tal comportamento sincrônico, o estudo histórico foi feito posteriormente. No estudo diacrônico, os dados das sincronias foram analisados separadamente, tendo início no século XV até o XIX, e, em seguida, a análise foi feita longitudinalmente, a fim de mapear os usos de *embora* ao longo de toda a sua história, e, assim, traçar sua trajetória de mudança, isto é, verificar de que forma *embora* adquiriu o valor semântico concessivo, e passou a exercer os valores encontrados na sua sincronia atual.

CAPÍTULO IV

TRAJETÓRIA DE GRAMATICALIZAÇÃO DE *EMBORA*

Sincronicamente, os dados mostraram que, de modo geral, *embora* apresenta o seguinte funcionamento sintático-semântico: advérbio de deslocamento/afastamento e conjunção concessiva. Mesmo dentro dessas funções, há oscilação entre uma categoria e outra, uma vez que a conjunção concessiva apresenta características sintáticas de advérbio. Ademais, *embora*, com o valor concessivo, parece ter um comportamento parecido com as preposições. Desse modo, é possível projetar os usos sincrônicos de *embora* no *cline* de GR proposto por Hopper e Traugott (1993), apontando, assim, sua multifuncionalidade. Esse *cline* pode ser notado em (01):

(01) advérbio > conjunção > preposição

Diacronicamente, o *corpus* revelou a fonte que originou a concessiva, a passagem de advérbio à conjunção, bem como o possível contexto responsável por essa mudança.

Na seção 4.1, apresento a análise dos dados sincrônicos de fala e de escrita, por meio da frequência *token* e *type* em cada uma das amostras. Já na seção 4.2, exponho os dados diacrônicos do século XV ao XIX, com a apuração das frequências *token* e *type* de cada período histórico. Em 4.3, discuto os processos de GR sofridos por *embora*; em 4.3.1, utilizo os mecanismos de mudança propostos por Heine (1991a), a saber, a metáfora e a metonímia, para mostrar como o item migrou de um domínio semântico para outro; em 4.3.2, adoto a proposta de abstratização de significado e (inter)

subjetivização, a fim de conferir o significado resultante do processo de GR de *embora*, e, por fim, aplico os critérios de GR de Hopper (1991).

4.1 ANÁLISE SINCRÔNICA CONTEMPORÂNEA: MULTIFUNCIONALIDADE DE *EMBORA* NO PORTUGUÊS FALADO E ESCRITO

Tanto os dados de fala como os dados de escrita revelaram que *embora* apresenta diferentes acepções no português, tais como: deslocamento espacial, avanço e concessão. Alguns desses usos foram encontrados com mais frequência nos dados de fala e outros com mais frequência nos dados de escrita. Na seqüência, apresento cada um desses usos.

Do total 59 ocorrências no *corpus* escrito, em 17% dos casos, o item apresentou comportamento de advérbio, em 69%, de conjunção concessiva e, em 14% de preposição concessiva, como pode ser observado no quadro abaixo:

FREQÜÊNCIA *TOKEN* (59)

FREQÜÊNCIA <i>TYPE</i> (03)	CATEGORIA GRAMATICAL ¹⁷	VALOR SEMÂNTICO	NÚMERO ABSOLUTO	PORCENTAGEM
	(i) advérbio	(i) espacial	10	17%
	(ii) conjunção	(ii) concessivo	41	69%
	(iii) preposição	(iii) concessivo	8	14%

QUADRO 05: FREQÜÊNCIAS *TOKEN* E *TYPE* DOS DADOS DE LÍNGUA ESCRITA

Com relação a essa diferença de uso entre os *types* advérbio espacial e conjunção concessiva, pode-se observar que o tipo de texto em que *embora* é utilizada exerce significativa influência. Dos cinco tipos de textos que compõem o *corpus* de língua

¹⁷ Utilizo esse termo para descrever o funcionamento morfossintático de *embora*, descartando a disretude entre as classes de palavras e considerando a sobreposição entre elas.

escrita, é mais comum que em textos técnicos, jornalísticos, literários e de natureza oratória, o item apareça com o comportamento conjuncional. Por outro lado, em textos dramáticos, o advérbio foi mais recorrente, não sendo usado nos outros tipos de textos. Desse modo, o *corpus* de língua escrita mostrou que a conjunção é usada com mais frequência, em textos mais formais, ao passo que o advérbio é utilizado com mais frequência em textos informais.

Esses *types*, apontados no quadro, podem ser visualizados as seguintes ocorrências retiradas da amostra de escrita:

(01) Assim, **embora** essa perspectiva de busca de fatos tenha recuado significativamente nos últimos anos, persiste ainda uma concepção e tratamento de dados e informações brutas que seriam processados por outras ciências, como a História e a Pré-história. (CEL:Arqlt)

(02) Depois de Luís Guimarães, que foi **embora em tarde portuguesa** de 1890, veio João Ribeiro, inteligência de tempo integral, o mais amável e risonho dos mestres brasileiros. (CEL:Car-olo)

(03) As apologias exaltadas até mesmo de um Le Corbusier, gênio de uma nova Arquitetura européia, à Roma de Mussolini, permitem sentir a profundidade ideológica dos desenterramentos que, **embora apressados**, atingiam seus objetivos essenciais. (CEL:Arqlt)

Em (01), *embora* introduz uma oração hipotática, estabelecendo uma relação de concessão, em que o falante sinaliza sua argumentação a favor do conteúdo expresso pela oração principal. Nesse caso, o critério sintático *posição na sentença* auxilia na interpretação desse *type*, já que, início de orações é a posição mais prototípica das conjunções.

Na ocorrência (02), *embora* aparece junto ao verbo de movimento *ir*, expressando um sentido de afastamento, sendo caracterizado, sintaticamente, como advérbio espacial. O que ocorre é que a posição sintática do item, entre o verbo e o elemento temporal em *tarde portuguesa*, e os critérios semânticos **tipo de verbo**, nesse caso, de

movimento, e a presença do elemento circunstancial garantem a leitura adverbial espacial para *embora*.

A interpretação do terceiro *type*, ilustrado na ocorrência (03), é baseada no critério sintático **posição na sentença**, e semântico **contextos adversativos**. Nesse exemplo, *embora*, como em muitos exemplos do *corpus*, apresenta funcionamento similar ao da locução prepositiva *apesar de*, que ocupa posição entre o termos da oração, como o substantivo *desenterramentos* e seu adjetivo *apressados*. Além disso, o valor concessivo é garantido pela ressalva feita pelo falante sobre a informação principal dada por ele.

Nos dados de fala, das 87 ocorrências do item, encontrei, 82% das ocorrências com o valor adverbial espacial, 1% como advérbio com o valor de avanço, 14% das ocorrências com valor de conjunção e 3% ocorrências com o valor preposicional. A partir desse resultado, notamos que o item com valor adverbial tende a ser mais usado na fala do que na escrita. As frequências dos dados de fala podem ser observadas no quadro 06:

FREQÜÊNCIA *TOKEN* (87)

	CATEGORIA GRAMATICAL	VALOR SEMÂNTICO	NÚMERO ABSOLUTO	PORCENTAGEM
FREQÜÊNCIA <i>TYPE</i> (04)	(i) advérbio	(i) espacial	71	82%
	(ii) advérbio	(ii) avanço	1	1%
	(iii) conjunção	(iii) concessão	12	14%
	(iv) preposição	(iv) concessão	3	3%

QUADRO 06: FREQÜÊNCIA DE *EMBORA* NOS DADOS DE LÍNGUA FALADA

As ocorrências abaixo ilustram esses usos de *embora*, encontrados na fala:

(04) era uma cena triste assim muito triste eu entrei o ônibus saindo assim eu indo embora e ela ainda chorando e ele chorando também e aí tudo bem vamo **embora** acho que eu

vim até metade do caminho até Mirassol chorando e meu vô do meu lado né (AC-022-NE)

(05) tem que ficar passando o dedo se tiver enrolado tem que (virar) aí depois depois de dobrar o lençol tem que molhar ele que nem a fronha... aí depois dá pra passar... aí pa::ssa (cê tem que passar) cê tem que dobrar ele direitinho (inint.) do:: da forma que eles quer que cada uma pessoa pe::de (inint.) aí forma aqueles montã::o de lençol (e **vai embora**) e tem uns que tem que embalar também que eles tem que mandar os lençol embalado que lá:: que lá onde ele::s (inint.) os embalado serve pra cobrir assim e:: e os que põe na cama normal:: e os outros serve como se fosse:: coberta sabe? (AC-016-RP)

(06) o povo brasileiro tá um pouco decepcionado **embora** alguns tenha... éh::/ estejam gostando... eles são mais fanáticos... estejam gostando do seu trabalho... éh:: mas eu num vejo como diferente de outros... governos aí anteriores...(AC-113-RO)

(07) porque eu **embora** estudante do quarto ano de giNÁsio... não achei um emprego pra ganhar cem reais... cem cruzeiros né... naquele tempo ia ser em mil reis (ia ser) em cruzeiro (AC-151-NE)

Os valores adverbiais podem ser notados em (04) e (05), já que o item aparece posposto ao verbo e ao sujeito, posição que favorece essa categoria gramatical ao *embora* nesses usos. Verifica-se também que o **modo verbal** da oração é o indicativo, característica sintática pouco recorrente nas conjunções, o que pode sugerir a leitura adverbial. Além do mais, os verbos de movimento, quando vinculados ao item, parecem, realmente garantir o valor espacial ao *embora*, como em (04).

Contudo, essa acepção semântica é claramente diferente, em (05), em que *embora* apresenta o sentido de avanço/ rapidez, valor encontrado somente na fala, em que o item parece apresentar um sentido mais abstrato do que o espacial. Talvez essa leitura se deva à ausência de um sujeito explícito na oração. Esse uso é muito recorrente em relatos de procedimentos, em que o falante explica como realizar determinada atividade, assim como em (05). Nessa ocorrência, o informante afirma que ao adquirir prática para dobrar lençóis, essa ação se torna mais rápida e mais dinâmica.

Em (06), o que ajuda a caracterizar seu valor conjuncional é que *embora* aparece em posição inicial de oração, encabeçando uma oração hipotática, reforçando, assim, o argumento dado pelo falante sobre a decepção do povo brasileiro.

O último uso de *embora* encontrado na fala diz respeito ao valor preposicional em que *embora* aparece ligando dois termos presentes no enunciado, o sujeito *eu* ao adjetivo *estudante*, posição sintática que sugere essa leitura, como em (07).

A partir dessa exposição dos usos mais frequentes de *embora* nas duas amostras, passo a discutir com mais detalhes cada um deles.

4.1.1 OS USOS DE *EMBORA*

CONJUNÇÃO CONCESSIVA

Com relação ao uso conjuncional, tanto nos dados de escrita como nos de fala, *embora* apresenta uma série de características sintáticas, semânticas e pragmáticas, como descrevo a seguir.

O valor semântico de concessão foi apreendido graças à estratégia argumentativa e aos parâmetros **contextos adversativos** e **contextos negativos**.

Como já foi mencionado anteriormente, de acordo com Neves (2000), a ordem da oração concessiva pode estar relacionada à estratégia argumentativa e a fatores pragmáticos. Nas amostras sincrônicas, foram encontradas orações com *embora* nas três posições, a saber, anteposta, intercalada e posposta, como nos seguintes exemplos:

(08) que eu passei:: atrás de votos... visitando pessoas... éh:: no sítio... éh na cidade casa encontrando os amigos falando sobre política... éh:: tivemos comícios... éh:: enfim... foi uma::/ foi gratificante... **embora eu tenha perdido a eleição** foi muito gratificante... éh:: ter participado daquilo (AC-113-NE)

(09) Devido ao fato de ser menos nefrotóxica que a meticilina, além de atravessar melhor a barreira sangue-cérebro (**embora seja** rara a meningite estafilocócica), a tendência atual é que ela venha a substituir quase que completamente a meticilina (CEL:Antlt)

(10) e ainda outro... terceiro ou quarto ia apanhando o café e ia sacando de lá levado para o terreiro... sacado... e... guardado na tulha... para a posterior venda... então era... uma atividade... que:: eu sei fazer:: **embora não tenha nada...** éh:: com a minha vida hoje...

minha vida profissional... mas... que eu sei fazer... também da agricultura... ...(AC-113-RP)

Em orações concessivas antepostas, como em (08), o falante primeiro argumenta contra uma possível objeção do ouvinte, e depois faz uma asserção trazendo, na principal, o argumento mais forte. Nota-se que há uma relação de adversidade ou contra-expectativa entre *perder a eleição* e *ser muito gratificante*, uma vez que espera-se que seja frustrante para um candidato não ganhar uma eleição. Contudo, o falante argumenta a favor desse fato, o que invalida o conteúdo da concessiva. Além disso, é importante observar que há no enunciado um fato lingüístico muito presente na concessão, a saber, a negação, nesse caso, implícita, visto que *perder a eleição* implica em *não ganhar a eleição*.

Já com relação às orações pospostas, Neves (2000) afirma que é mais comum que elas apareçam nessa ordem, sendo seu esquema argumentativo o seguinte: (i) primeiro se expressa a asserção nuclear; (ii) depois se expressa a objeção, como na ocorrência (10), em que o falante faz uma asseveração *não tenha a ver com a minha vida hoje* e em seguida argumenta contra a possível objeção do ouvinte *eu sei fazer*, caracterizando, dessa maneira, a estratégia argumentativa de orações que aparecem nessa ordem. Vejamos mais alguns exemplos dessa manobra argumentativa, encontrada no *corpus*:

(11) Naturalmente aqui a percentagem de analogias é grande, **embora** varie segundo se trate de gêmeos do mesmo sexo ou de sexo diferentes. (CEL:AELT)

(12) Então, ante o súbito descortinar daquela paisagem tipicamente fluminense, senti-me devolvido às páginas de vosso romance, do qual, confesso, já não me lembrava muito bem, **embora** de sua antiga leitura me houvesse ficado a impressão impagável de um livro que se lera com encanto e amor. (CEL:Car-olo)

Em (11), o falante afirma que a percentagem é grande, e na oração seguinte, ele traz a possível objeção de seu interlocutor, a saber, que essa percentagem pode variar.

Dessa maneira, a argumentação se dá da seguinte forma: o falante faz uma asseveração e depois coloca, por meio da oração concessiva, a possibilidade de contestação de seu ouvinte. Portanto, primeiro há uma afirmação, e em seguida uma argumentação contrária a perspectiva do ouvinte.

A mesma explicação pode ser dada para o exemplo (12), em que o falante afirma não se lembrar das páginas do romance, mas em seguida faz uma ressalva de que tal leitura lhe havia deixado uma impressão impossível de esquecer.

Assim as ocorrências (10), (11) e (12) mostram que *embora* vincula idéias adversas do ponto de vista do que seria esperado dentro da sociedade, já que contraria a possível causa de determinada afirmação. Além desse contexto adversativo, a presença da negação, mesmo que implícita, também reforça o caráter concessivo de *embora* nesses usos.

Feitas essas observações sobre as orações antepostas e postostas e, conseqüentemente, sobre as respectivas estratégias argumentativas, notamos que as orações concessivas antepostas parecem estabelecer uma relação mais forte entre falante-ouvinte, pois o falante, primeiramente considera a possível informação trazida por seu interlocutor, para depois desconstruí-la. Essa estratégia, em que o falante, de antemão, “avisa” o ouvinte que o argumento introduzido pela oração concessiva será anulado por um mais forte trazido pela principal é chamada por Koch (1998) de “estratégia de antecipação”, pois o ouvinte já espera que aquele conteúdo trazido pela oração com *embora* será anulado pela segunda porção do enunciado.

No que diz respeito à estratégia argumentativa de orações intercaladas, segundo Neves, há sempre uma ressalva por parte do falante, da mesma forma que um comentário, que não anula o principal argumento, como em (09). Nesse exemplo, o falante ao descrever os benefícios do medicamento *Nafcilina* em comparação a

Meticilina, faz, por meio da oração concessiva, uma pequena restrição a um dos aspectos apontados por ele, que é *atravessar melhor a barreira sangue-cérebro*. Essa ressalva introduzida entre parênteses parece reforçar ainda mais que essa informação não invalida o efeito do remédio, tanto que provavelmente substituirá a *Meticilina*.

Além desses aspectos semânticos e pragmáticos, é importante atentar-se para os critérios sintáticos elencados, a saber: (i) **posição na sentença**; (ii) **tempo e modo verbal** e, (iii) **forma verbal da oração hipotática**. Na seqüência, aponto a aplicação desses fatores que foram responsáveis para a caracterização desse *type*.

Quanto ao **modo/tempo do verbo das orações**, nos dois *corpora* foi encontrado com maior freqüência o modo subjuntivo, nos tempos presente, e pretérito composto, como foi notado nos exemplos (01), (11), (12) e, pretérito simples, como em (13):

(13) **Embora** as cerimônias de iniciação do indivíduo no grupo, em todos esses povos, estivessem sempre prescritas para uma época da vida mais ou menos análoga, não se pode dizer que haja uma idade cronológica rigorosamente a mesma para a determinação do aparecimento da puberdade em todos os indivíduos. (CEL:AELT)

Embora o modo subjuntivo seja mais recorrente, nos dados de língua falada, encontrei uma ocorrência de *embora* no indicativo, conforme exemplo (14):

(14) não FOI um uma gravidez deseJADA mas aconteceu a gente encarou a gravidez né?... ham:: eh:: eh:: fiquei:: tive a gestação perfei::ta né? meus pais **embora** não aceitaram MUI::to né? mas eles impuseram a condição de que eu fosse morar com ele ou casar...(AC-040-NE)

Porém, em algumas ocorrências, os verbos não estão flexionados, mas sim em suas formas nominais de particípio e gerúndio. Essa particularidade foi encontrada, somente no *corpus* escrito, quatro orações reduzidas de gerúndio e três de particípio, como nos exemplos a seguir:

(15) Isto levou à descoberta de novos antibióticos que, **embora** sendo betalactâmicos, possuem estrutura química e propriedades diferentes das penicilinas e cefalosporinas. (CEL: Antlt)

(16) Eu nunca te esqueci nem poderia fazer sem uma lamentável quebra de minha dignidade. Continuaste a viver dentro do meu sonho, **embora** afastada de minha arte. Mas, nem por isso feneceu, em mim, a grande afeição que sempre (CEL: Hpld)

De acordo com Neves (1998), o fato de a conjunção *embora* aparecer em orações adverbiais em que o verbo esteja no gerúndio é um dos aspectos que permitem dizer que é menos gramatical do que *se* e *porque*, que se encontram em um grau de gramaticalidade mais avançado do que *embora*¹⁸.

Um fator semântico que reforça o valor concessivo da conjunção *embora* se refere aos **contextos negativos e adversativos**, nos quais ela ocorre. Conforme Guimarães (1987), a relação semântica entre concessivas e adversativas é similar, ou seja, ambas expressam uma idéia contrária ao conteúdo da outra oração, porém o que as difere é sua estratégia argumentativa.

A relação de contraste fica ainda mais clara, quando há a presença de um conector adversativo, reforçando a idéia de contraposição trazida pela concessiva. Neves (2000) dá o nome a essas construções de misto concessivo-adversativo, devido à presença desse item adversativo, junto à concessão. Tanto nos dados de língua escrita, como nos dados de fala, há exemplos de orações que carregam essa ênfase adversativa.

(17) As realizações das possibilidades germinais dependem das reações do germe aos excitantes do meio e, **embora** a hereditariedade seja um fator relativamente constante, enquanto o meio é mais variável, ambos, entretanto, são indispensáveis ao desenvolvimento. (CEL:AELT)

(18) e ainda outro... terceiro ou quarto ia apanhando o café e ia sacando de lá levado para o terreiro... sacado... e... guardado na tulha... para a posterior venda... então era... uma atividade... que:: eu sei fazer:: **embora** não tenha nada... éh:: com a minha vida hoje...

¹⁸ Ver o *cline* proposto por Neves (2006), na página 89, em que há o grau de gramaticalidade de algumas conjunções.

minha vida profissional... mas... que eu sei fazer... também da agricultura... ...(AC-113-RP)

(19) então prá mim foi muito bom eu aprendi muito com isso... **embora** não seja político não esteja... ligado assim com a política mas... tive essa aventura... e::... achei muito bom (AC-113-NE)

No *corpus* de análise foram encontradas algumas variações de posição de *embora* dentro da oração hipotática. As posições encontradas para *embora* foram: início de oração, em (20) e (22) e entre os argumentos do verbo da oração, em (14) e (21).

(20) **Embora** as qualidades inatas do indivíduo influam sobre o desenvolvimento da personalidade, o tipo de influência que exercem estará em grande parte condicionado pelos fatores mesológicos. (CEL:AELT)

(21) Dotado de flora riquíssima e variada, conta o Brasil com grande número de espécies vegetais que o povo emprega para debelar os mais diversos males, faltando-lhe **embora** competência para julgar dos resultados. (CEL:Bebt)

(22) A vida estava para ele no prazer que se goza um instante, **embora**, em troca desse gozo lhe viesse, no futuro, uma eternidade de sofrimentos. E é a isso que nós chamamos de loucuras de mocidade. E por isso mesmo hoje está se penitenciando amargamente (CEL: Hpld)

Em (20) *embora* ocorre na posição mais recorrente de conjunções chamadas subordinativas, isto é, encabeçando a oração, assim como as conjunções *se* e *porque*, que, segundo Neves (1998), são prototípicas. Já em (22), o item encabeça a oração “em troca desse gozo lhe viesse, no futuro, uma eternidade de sofrimentos”, portanto, em posição inicial de oração.

Em contrapartida, *embora* também surge no enunciado em outras posições como em (14) e (21). Em (14), a posição entre sujeito e predicado e em (21), entre o verbo e seu argumento *competência*, impede conferir a *embora* o mesmo comportamento sintático de conjunções como *se* e *porque*, já que é usada em posição própria de advérbios.

Em (21), o verbo da oração encontra-se no gerúndio *faltando*, o que sugere a esse item um grau mais baixo de gramaticalidade perante outras conjunções com o mesmo valor semântico.

Pela observação desses critérios é possível afirmar que *embora*, ainda que apresente o valor concessivo, divide traços sintáticos com advérbios, como foi verificado a partir da aplicação dos critérios (i) e (ii). Além disso, *embora* com o uso predominantemente conjuncional apresenta um grau alto de gramaticalidade, enquanto em usos adverbiais, um grau mais baixo, tendo em vista o parâmetro (iii).

Por meio dessa descrição, os dados revelam que *embora* com valor concessivo flutua pelas características de advérbio e de conjunção.

Na seqüência discuto dados em que *embora* tem o valor predominantemente adverbial.

ADVÉRBIO ESPACIAL

Com o valor adverbial, *embora* acompanha preferencialmente os verbos *ir* e *mandar*, nos dados de escrita, e os verbos *ir*, *vir*, *mandar*, *levar*, *voltar* e *partir*, nos dados de fala. Exceto o verbo de elocução *mandar* todos os outros apresentam o sentido de movimento. As construções do tipo “verbo de movimento + *embora*” podem ou não vir seguidas de elementos circunstanciais que denotam tempo, lugar, causa, meio, modo e finalidade.

Nos dados, o verbo *ir* junto a *embora*, sugere sua leitura de afastamento ou retirada, como em (23), em que a presença da locução adverbial de lugar *pra casa*, reforça a aceção de movimento. Em (24), o mesmo sentido é garantido pela presença do verbo *ir*, que se apresenta na forma reflexiva *ir-se*. Com os verbos *voltar* e *vir*,

embora apresenta o sentido de aproximação, como em (25) e (26). Nessa última ocorrência, nota-se a presença do elemento circunstancial de causa *porque meu avô morreu*, indicando o motivo da vinda do falante. É interessante notar, nessas ocorrências, a ordem do advérbio *embora* com relação aos verbos que ele acompanha, a saber, posposta ao verbo, não aparecendo nenhum elemento entre eles, conforme as ocorrências a seguir:

(23) num sei se ele... envolveu em briga... tinha sujado de barro e deixado a roupa pegado uma roupa... do amigo dele e *ido embora* prá casa prá não chegar em casa com aquela roupa suja então chegou em casa limpinho...(AC-103-NR)

(24) Beatriz
(amuada) *Vou-me embora*.
Rubem
O que houve?
Beatriz
Nem brincando você é capaz de se matar. Adeus.(CEL:fld)

(25) passava nessa pe::dra e saía naquele mar azul assim... aí nós voltamos ficamos mais uns dois dias em Natal... aí *voltamos embora* aí nós ficamos um tempão na praia também...(AC-51-DE)

(26) tava bom?
Inf.: TA::va mas daí eu tive que *vir emBO::ra* porque meu avô morreu (AC-010-NE)

Na seqüência veremos *embora* acompanhando outros verbos, a saber, *levar* e *mandar*:

(27) e passou um caminhoneiro e *levou* ela **embora**... num sei se foi prá socorrer ou prá *levar* ela **embora** e ninguém nunca mais ficou sabendo do destino que que aconteceu onde ela tinha ido... aí esse foi um fato que também só fiquei sabendo depois de adulto...(AC-103-NR)

(28) olha...fiquei sabendo...que:: fulano *foi mandado embora*” – que era um enfermeiro...q/q/que trabalhava num plano de saúde...[uhm] e eles pra que a gente pudesse usar o plano de saúde que era so da empresa chamava Plantel (AC-114-NR)

(29) de uns dois anos prá CÁ ela num tem mostrado muito interesse... né? por ele e foi onde que várias vezes ela *mandou* ele **emBO::RA** falou que não gostava de::le né? (AC-040-NR)

No que diz respeito ao verbo *levar*, *embora* apresenta o sentido de deslocamento, sendo o complemento do verbo inanimado ou animado, como em (27). Junto ao verbo *mandar*, a construção *mandar + embora* se correlaciona a sentidos diferentes a depender do contexto, a saber, ser expulso de um determinado local por alguém, como em (29); e, ser despedido do emprego, estrutura que parece estar cristalizada na língua, como em (28).

No que diz respeito à posição que *embora* aparece com esses verbos, o item aparece, comumente, depois de seu complemento verbal, assim como nas ocorrências (27), (28) e (29), ou em menor recorrência, posposto ao verbo.

Particularmente com o verbo *mandar*, essa alternância se dará dependendo da voz verbal. Na voz passiva, é comum o advérbio vir seguido do verbo, como *foi mandado embora*, em (28), mas, na voz ativa, *embora*, em geral, aparecerá posposto ao complemento do verbo *mandar*, como em (29) *ela mandou ele embora*.

Para finalizar, há um uso de *embora*, exemplificado em (30) que permite apresentar duas leituras, de advérbio espacial e de interjeição:

(30) Com franqueza, velho. .. me da' uma secura de saí daqui !
 Jesuíno
 Sim, e ir pra' onde?
 Tião
Embora! Não te enche essa vida, não. Trabalha, trabalha. .. e sempre lutando. .. e pra' que?
 Jesuíno
 É o jeito, é se vira'. .. escuta, tu não ta' topando muito essa greve não, não é ?
 Tião
 Deixa isso pra' lá, amanhã a gente conversa.
 Jesuíno
 Essa greve da' bode rapaz! (CEL: Enld)

Pelo fato de esse exemplo ter sido extraído de um texto dramático, em que há a presença de fala dos personagens, nota-se claramente a função de complemento verbal

que *embora* ocupa na sentença, por meio da resposta de Tião à pergunta de Jesuíno *ir pra onde?*

Por outro lado, segundo Ferreira (1986), *embora*, enquanto interjeição pode apresentar o significado *tanto faz* que parece funcionar como paráfrase, conforme (30’):

(30’) Com franqueza, velho. .. me dá uma secura de saí daqui !

Jesuíno

Sim, e ir prá onde?

Tião

Tanto faz! Não te enche essa vida, não? Trabalha, trabalha. .. e sempre lutando. .. e prá que?

Jesuíno

É, o jeito, é se vira...escuta, tu não tá topando muito essa greve não, não é?

Tião

Deixa isso prá lá, amanhã a gente conversa.

Jesuíno

Essa greve dá bode rapaz !

Foi possível notar que a possibilidade de caracterização desse *type* tem como base a presença de verbos de movimento, por isso seu valor semântico, a presença de elementos circunstanciais e sua posição sintática, posposta ao verbo exclui a leitura conjuncional.

ADVÉRBIO DE AVANÇO

Além desse sentido concreto (deslocamento), encontrei uma ocorrência, junto ao verbo *ir* com o sentido mais abstrato, pois não apresenta simplesmente retirada ou afastamento, mas sim um avanço, ou um progresso de uma determinada ação não mais no espaço, mas sim no tempo. Parece que um contexto lingüístico em que a forma *ir* + *embora* apresenta esse sentido é de ausência de sujeito determinado ou explícito, conferindo um sentido abstrato à item. Esse uso está ilustrado em (31):

(31) tem que ficar passando o dedo se tiver enrolado tem que (virar) aí depois depois de dobrar o lençol tem que molhar ele que nem a fronha... aí depois dá pra passar... aí pa::ssa (cê tem que passar) cê tem que dobrar ele direitinho (inint.) do:: da forma que eles quer que cada uma pessoa pe::de (inint.) aí forma aqueles montã::o de lençol (e vai embora) e tem uns que tem que embalar também que eles tem que mandar os lençol embalado que lá:: que lá onde ele::s (inint.) os embalado serve pra cobrir assim e:: e os que põe na cama normal:: e os outros serve como se fosse:: coberta sabe? (AC-016-RP)

Conforme Bybee (2003), uma das conseqüências da alta freqüência de uso de um item é o ganho de novas funções pragmáticas, ou seja, a crescente autonomia de uma construção pode levá-la a ter uma nova função discursiva que nasce de contextos em que ela é comumente usada. Dessa forma, a partir das observações feitas por Bybee, a alta freqüência da forma *ir + embora* (48 ocorrências de 87 *tokens*) parece ser responsável pelo aparecimento de um novo significado de *embora* junto ao verbo *ir*, em que a item além de ter o sentido de deslocamento espacial e físico, ganha um sentido mais abstrato, de avanço, de rapidez, ou eficiência, como já discutido anteriormente.

Além dessa acepção, a alta freqüência da expressão *ir embora* parece ser responsável pelo desenvolvimento de um novo uso para *embora* que, apesar de não ter aparecido no *corpus* dessa pesquisa, é importante comentar. Esse uso, que parece ser restrito a regiões específicas do país, apresenta o valor temporal de futuro próximo, em que o falante utiliza a item anteposta a um verbo de ação, como em *bora dançar, bora comer*, em um contexto de convite ao interlocutor. Por meio de perda de material fonético, e pela ausência do verbo de movimento *ir*, já que a item deve ter absorvido a semântica desse verbo de movimento, esse novo uso temporal deve ter surgido do uso espacial de *embora* junto ao verbo de movimento *ir*.

Feita a descrição dos usos adverbiais para *embora*, descrevo o último padrão encontrado na fala e na escrita, a preposição concessiva.

PREPOSIÇÃO CONCESSIVA

Para a descrição desse uso, dois fatores de análise, um sintático e outro semântico foram relevantes, a saber, **posição na sentença**, já que auxilia diferenciar esse uso do conjuncional, e o semântico **contexto adversativo**, pois garante a atribuição desse valor semântico.

Como já mostrado anteriormente, no seguinte exemplo:

(32) porque eu **embora** estudante do quarto ano de giNÁsio... não achei um emprego pra ganhar cem reais... cem cruzeiros né... naquele tempo ia ser em mil reis (ia ser) em cruzeiro (AC-151-NE)

a item parece funcionar como ferramenta gramatical que une termos do enunciado.

Segundo Bechara (2000), as preposições se unem a substantivos, adjetivos, verbos e advérbios, para estabelecer relações gramaticais que elas apresentam no discurso, tanto em sintagmas como em orações. O autor atribui às preposições a função de **transpositores**, uma vez que possibilita um item exercer uma função gramatical diferente da que ela costuma exercer. Exemplo dado por Bechara (2000) é a preposição *de*, que possibilita o substantivo *homem* modificar outro substantivo, como em *homem de coragem*, e dessa forma, assumir o papel de adjetivo.

No *corpus*, em muitas ocorrências, *embora* aparece na posição típica de preposições, entre termos do enunciado, conforme as seguintes ocorrências:

(33) é:: a história da vida dele e conta... mu::itas coisas... alegres da infância dele também... ele tinha um primo que por ter falecido os tios dele moravam... **embora** já doze filhos morava mais um primo junto (AC-117-NR)

(34) aí você desce no quintal... e tem um puxadinho com uma:: uma pia com... uma torneira... o pé de pitanga tá coLA::do ali nessa nesse puxadinho né coberturazinha... o pé de caqui tá BEM do lado... o de jabu⁵⁰[ticaba] do lado de cá... então::o o que eu gosto nesse

quintal é porque ele embora pequeno ele tem muita:... FRUTA e ele vira como se fosse uma CHÁcara da gente...(AC-117-DE)

(35) Como resistir à tentação de citar, na íntegra, um poema também inesquecível da vossa preciosa inspiração de maior poeta bissexto de nossas letras? Se vos chamo de bissexto, embora o maior deles, não é para diminuir em nada o valor de vossos escassos mas precisos poemas. (CEL:am-olo)

(36) O trabalho do Dr. Floriano Stoffel, embora apenas sobre a somatometria externa, estabelece as medidas precisas dos diferentes tipos de adolescentes brasileiros assinalando como o perfil morfológico de Viola, entre as alunas das escolas técnicas-secundárias do Distrito Federal, encontram-se na linha do tipo indicado por modelo.(CEL:AELT)

Nesses exemplos, *embora* aparece seguida pelo advérbio *já*, em (33), por adjetivo, em (34) e em (35), e pelo advérbio *apenas*, em (36). Em todas essas ocorrências, *embora* funciona como elo entre porções do enunciados. Vale a pena ressaltar que, nessas ocorrências, o falante sempre faz uma ressalva quanto ao conteúdo principal veiculado por ele, direcionando a argumentação sempre em direção a essa informação. Além disso, há conteúdos adversos veiculados nas duas partes do enunciado, motivo pelo qual o valor concessivo pode ser atribuído a *embora*. Além disso, sua posição dentro da oração ajuda caracterizar *embora* como sendo uma preposição.

Apesar dessa categorização feita para *embora* nesses exemplos, é interessante apontar que os usos (32), como mencionado no início, (34) e (35), apresentam interpretação ambígua quanto seu valor preposicional e conjuncional. Essa ambigüidade se sustenta se admitirmos uma supressão do verbo de ligação, que apaga o caráter conjuncional, parâmetro sintático que possibilita a leitura conjuncional.

Esses verbos cópula são entendidos implicitamente nos enunciados, *como porque eu embora (fosse) estudante...*, como em (32); *porque ele embora (fosse) pequeno*, em (34); e, *Se vos chamo de bissexto, embora (fosse) o maior deles*, em (35). Por essa razão, a presença desses verbos garantiria a *embora* o valor conjuncional nessas ocorrências, já que o tempo/modo, a saber, pretérito do subjuntivo, auxilia em sua

caracterização. Porém, com esses verbos implícitos, *embora* cumpre a função do verbo *ser*, a de estabelecer ligação entre o termo sujeito e seu atributo no enunciado.

Por isso que nesses usos de *embora*, em que há implicitamente a possibilidade de inferir verbos de ligação, é possível prever uma ambigüidade entre o valor conjuncional e o preposicional.

Por meio do levantamento sincrônico de *embora* e dos tipos de contextos em que a item ocorre, pode-se arranjar esses dados sincrônicos em um *continuum*, tal como proposto por Hopper e Traugott (1993:7). Através desse *cline*, é possível notar a multifuncionalidade da item *embora*, sendo representada por uma forma menos gramatical, o advérbio, e por uma forma mais gramatical, a preposição. Além disso, o *cline* ilustra o caráter misto do item, a saber advérbio e conjunção.

Dessa forma, o *cline* de gramaticalidade do item *embora* se configura da seguinte maneira:

advérbio > conjunção > preposição

O ponto do *cline* que corresponde ao advérbio representa as ocorrências em que *embora* é acompanhado de verbos de movimento e com a acepção semântica de deslocamento espacial/avanço ou rapidez, como em (04) e (05), mencionados anteriormente; já o advérbio/conjunção corresponde ao caráter híbrido conjunção, em que ela divide características sintáticas com os advérbios e com as conjunções, como (14), (21) e (22); a forma mais gramatical de *embora* são aquelas ocorrências em que a item *embora* apresenta um comportamento sintático prototípico da classe das conjunções, como em (08) e (20); a ambigüidade entre a conjunção e a preposição, seria ilustrada nos exemplos (32), (34) e (35) e, por fim, o ponto do *cline* destinado à preposição, é representado pelas ocorrências (33) e (36).

4.2 ANÁLISE DIACRÔNICA

Com o intuito de verificar o caminho de mudança percorrido pela locução adverbial *em boa hora*, até adquirir um valor sintático-semântico de conjunção concessiva, analiso, em textos históricos dos séculos XV ao XIX, as ocorrências do item para tentar depreender as etapas dessa mudança.

Na seqüência discuto os dados, a partir das freqüências *token* e *type*, descrevendo o(s) funcionamento(s) sintático(s) e semântico(s) de *em boa hora* e *embora* em cada uma das sincronias, para resgatar a trajetória de mudança percorrida pelo item. A exposição e análise dos dados seguem a ordem cronológica dos séculos.

Ademais, para cada período, utilizo a proposta de Heine (2002), já discutida na seção 1.6.1, referente à tipologia de contextos que, segundo ele, pode funcionar como ferramenta para recuperar estágios de desenvolvimento de um item gramatical.

Com a descrição dos usos históricos, também investigo as fontes que teriam originado as concessivas, conforme proposto por König (1984) e Chen (2000). Vale lembrar que, segundo König (1984), as fontes que teriam desenvolvido as concessivas são: (a) quantificadores e itens enfáticas; (b) item temporal, condicional, e/ou uma item enfática; (c) itens que implicam uma coexistência entre dois fatos; e (d) itens que apresentam as noções de obstinação e ódio.

SÉCULO XV

Nos dados do século XV, tanto a expressão *em boa hora* quanto *embora* foram encontradas, num total de cinco *tokens*. Na freqüência *type*, há dois padrões, ambos de

natureza adverbial, que diferem quanto ao valor semântico, um espacial e outro temporal. As frequências desse século podem ser verificadas no quadro 07 abaixo:

FREQÜÊNCIA *TOKEN* (05)

FREQÜÊNCIA <i>TYPE</i> (02)	CATEGORIA GRAMATICAL	VALOR SEMÂNTICO	NÚMERO ABSOLTO	PORCENTAGEM
	(i) advérbio	(i) espacial	2	40%
	(ii)advérbio	(ii) temporal	3	60%

QUADRO 07: FREQÜÊNCIA DE *EMBORA/EM BOA HORA* NOS DADOS DO SÉCULO XV

Nos exemplos (37) e (38) abaixo, nota-se que as duas ocorrências da locução adverbial *em boa hora* apresentam o sentido descrito por Ali (1964), em que a expressão é usada para desejar boa sorte, no momento de realização de determinada ação. Já a forma *embora*, também encontrada em (37), apresenta uma leitura ambígua nesse contexto, uma vez que pode apresentar tanto o sentido de desejo por parte do falante, como o sentido de deslocamento espacial, muito recorrente nos dados do português atual:

(37) ella nos recebeo com muyta alegria, & nos disse: a vinda de vos outros, verdadeyros Christãos, he ante mym agora laõ agradauel, & foy sempre tão desejada, & o he todas as horas destes meus olhos que tenho no rosto, como o fresco jardim deseja o borrifo da noite, venhais **embora**, venhais **embora**, & seja **em** tão **boa hora** a vossa entrada nesta minha casa, como a da Raynha llena na terra de Jerusalem. (15F, 22)

(38) e depois de auer ia nove dias que aquy estauamos, nos fomos despedir della, & beijandolhe a mão nos disse: certo que me pesa de vos yrdes tão cedo, mas já que he forçado ser assim, ydeuos muyto **embora**, & seja **em boa hora** a vossa tornada à Índia, que quando lá chegardes vos recebão os vossos como o antifo Salamão recebeo a nossa Raynha Sabaa na casa admirauel de sua grandeza. (15F, 22)

Alguns correlatos formais foram observados nessas ocorrências, tais como: presença de intensificador, tipo de verbo e modo, tempo e pessoa do verbo que acompanha o item. Esses correlatos permitiram observar comportamentos sintático-semânticos dos dois padrões encontrados.

A presença do intensificador *tão*, em (37), no interior da forma perifrástica, incide sobre o adjetivo *boa*, e revela o caráter composicional da expressão, o que indica que a forma ainda não estava cristalizada. Já, em (38), a presença do intensificador *muito* diante de *embora* reforça a leitura temporal do item. Vale a pena lembrar que, na sincronia atual do português, a conjunção concessiva *embora* pode vir acompanhada pelo intensificador *muito*, o que revela que a conjunção ainda conserva traços sintáticos de seus antecedentes históricos.

Com relação ao tipo de verbo, a forma *embora* vem acompanhada dos verbos de movimento *ir e vir*, o que garante sua leitura espacial, ao passo que a forma *em boa hora* vem acompanhada do verbo *ser*. Desse modo, a presença do intensificador *muito* junto a *embora* sinaliza o sentido temporal, já a presença de verbo de movimento junto ao item garante o sentido de deslocamento.

No que diz respeito ao modo/tempo dos verbos, é interessante notar que as expressões *em boa hora* vêm acompanhadas de verbos no presente do subjuntivo, modo que ajuda a expressar desejo por parte do falante.

Embora não haja nenhuma discussão por parte das gramáticas históricas, com relação à existência do sentido espacial para *embora*, os dados do século XV mostram que a presença de verbos de movimento é responsável pela interpretação espacial do item. O parâmetro semântico que permite caracterizar esse *type* é o tipo de verbo, que está presente no *type* adverbial espacial, mas ausente no temporal.

Esse estágio de desenvolvimento da concessiva poderia ser relacionado com o primeiro estágio da proposta de Heine (2002). Nesse período, somente o significado fonte que, provavelmente teria originado a concessiva, pode ser recuperado, não havendo, portanto, indícios do significado alvo.

É importante ressaltar que, apesar de *embora* ainda não apresentar o valor concessivo, havia itens, nesse período, que cumpriam esse papel: *posto que*, *ainda que*, *salvo se*, e alguns conectores adversativos, como *mas*, *porém* e, também veiculando noções de adversidade, como pode ser observado nesses exemplos do século XV:

(39) E **porem** se geerava na voomtade de todos, **posto que** gram desejo desto ouvessem, huma tal contradिçom, que nehuum pensava seer cousa pera acabar, **posto que** começada fosse, e quase impossível de seer. (15CDF, 74)

(40) Como era o oficio da lavra, que taaes como estes fossem costramgidos pêra lavrar, **salvo se** ouvessem de seu valor de quinhentas livras, que seriam huumas çcem dobras (15CDF, 80)

(41) Ca ali é o reino de Deus e o paraíso u é o ajuntamento das virtudes; e **porém** a alma do homem virtuoso é em paraíso espiritual e nesta vida presente. (15BD, 3-4)

(42) e des i, por sentir que, pensando como sobr'esto eu de screver, saberia mais desta moral e virtuosa sciencia, e que me fará guardar de fazer cousas mal feitas, por seerem contrairas do que escrevo, **ainda que** seja obra pera eu fazer pouco perteente, **posto que** a todos estados seja necessario saber como devem seguir virtudes, guardando-se de pecados e outros falicimentos. (15LC, 32)

SÉCULO XVI

Nos dados século XVI, encontrei um número maior de ocorrências, onze *tokens* e três *types*, conforme o quadro abaixo. Esse aumento do número de *tokens* reflete também o aumento de *types*.

FREQÜÊNCIA *TOKEN* (11)

FREQÜÊNCIA <i>TYPE</i> (03)	CATEGORIA GRAMATICAL	VALOR SEMÂNTICO	NÚMERO	PORCENTAGEM
	(i) advérbio	(i) espacial	4	37%
	(ii) advérbio	(ii) temporal	5	45%
	(iii) advérbio	(iii)temporal/concessivo	2	18%

QUADRO 08: FREQÜÊNCIA DE *EMBORA* NOS DADOS DO SÉCULO XVI

Os usos verificados nesse período foram de advérbio espacial, temporal e temporal/concessivo, os quais discuto na seqüência, bem como seus contextos de uso que são responsáveis pela interpretação de cada um dos *types*.

O primeiro *type* de advérbio temporal é expresso pelas formas *em boa hora*, *em bo'hora* e *embora*, verificados nas ocorrências que seguem:

(43) À barca, à barca, hu-u!
 Asinha, que se quer ir!
 Oh, que tempo de partir,
 louvores a Berzebu!
 - Ora, sus! que fazes tu?
 Despeja todo esse leito!
Em boa hora! Feito, feito!
 Abaixa **má-hora** esse cu! (16ABF, 88)

Na ocorrência (43), a expressão não aparece com nenhum verbo explícito, porém pelo verso *Oh, que tempo de partir* notamos que *em boa hora* remete à partida do personagem na barca. A expressão denota um desejo do personagem de partir em um bom momento, em um momento favorável, e esse desejo vem formalmente reforçado por um ponto de exclamação. Uma outra expressão que confirma a leitura temporal para *em boa hora*, nesse exemplo, diz respeito à *má-hora*, expressão temporal que denota um desejo negativo do falante com relação seu interlocutor. Ali (1964) afirma que,

enquanto *em boa hora* permitia o falante desejar boa sorte, *má hora* era usada para desejar mau augúrio.

Nesse século, notam-se os primeiros indícios da aglutinação da expressão, com a perda de “a” do adjetivo *boa*, como na seguinte ocorrência:

(44) E disseme que a Deos prouvera
 que fora ele o enforcado;
 e que fosse Deos louvado
 que **em bo'hora** eu cá nacera;
 e que o Senhor m'escolhera;
 e por bem vi beleguins.
 E com isto mil latins,
 mui lindos, feitos de cera. (16ABF, 117)

A expressão ainda carrega o sentido temporal, que pode ser conferido pela presença do verbo *nascer*, assim como em (44), eliminando a leitura espacial para a expressão, nesse contexto. É interessante verificar que a expressão ocupa uma posição anteposta ao verbo e ao sujeito da oração, critério sintático que pode auxiliar na leitura conjuncional de *embora*.

Nas seguintes ocorrências essa leitura é eliminada justamente pela posição final do item na oração:

(45) Eu quero-o ir avisar,
 Ca lhe cumpre de rezar,
 E tornar-se a seu serviço.
 Por sua cruz, manas minhas,
 Qu'ella está d'elle assanhada.
 Oh Virgem nossa avogada
 Que os gados encaminhas!
 Quem m'a vira!
 Quem lá fora!
 Tu, prima, nasceste **embora**.
 Se viras o cachopinho,
 Tão fermoso o sesudinho,
 Filho de nossa Senhora!
 Tudo eu hei de dizer
 Ao nosso cura tá ó cabo,
 E o prol (16APP, 36)

(46) Oh corpo de Deos sagrado!
 Quanto zote que ca vem!
 não quizestes vós perem
 Conceder no meu mandado?
 Ora seja já **embora**.
 Padres, vedes a Senhora
 Que eu achei bem acasuso. (16APP 38)

(47) Chegando o batel pera se embarcar, vierão-se todos pera mim pecador e, protestando-se com muyta humildade e lagrimas, pedindo-me perdão e a benção, confesso minha fraqueza que por muyto que dissimulasse non potui continuare lacrymas, e abraçando-os cum osculo pacis et elevatis oculis in coelum, lhes dei a benção que aquelle nosso Padre eterno despensa com suas creaturas per mãos de seus ministros. Então abraçavão-se huns aos outros com muytas lagrimas e choros dizendo: “Irmãos meus, ficai muito **embora**”. Outros dizião: “Ó irmão meu, como nos deixais? (16CPJ, 172-173)

Em (45), (46) e (47), apesar de a forma estar aglutinada, ela ainda apresenta o valor de tempo, com o sentido de momento favorável, expressando um desejo por parte do falante. Esse valor está correlacionado ao uso dos verbos *nascer*, *ficar* e *ser*, sendo usado no pretérito do indicativo, no imperativo e no subjuntivo, respectivamente. Além disso, o intensificador *muito*, inserido entre o verbo e *embora*, como em (47) *Irmãos meus, ficai muito embora*, ajuda a caracterizar o *type* adverbial, já que os intensificadores incidem sempre sobre adjetivos e advérbios.

Além da forma *em boa hora*, encontrei também algumas ocorrências da expressão, *má-hora*, como em (48), e *eramá*, que, segundo Ali (1964), correspondem à expressão contrária à *em boa hora*, conforme os seguintes exemplos:

(48) ANJO Ora vai lá embarcar,
 não estês importunando.
 BRÍZIDA Pois estou-vos eu contando
 o porque me haveis de levar.
 ANJO Não cures de importunar,
 que não podes vir aqui.
 BRÍZIDA E que **má-hora** eu servi,
 pois não me há-de aproveitar!...(16ABF, 108)

(49) Hontem lhe dei eu hum mote

Sobr'isso, bem portuguez.
Vão-se **earamá** casar,
E não andar de sotipaca. (16APP, 37)

Em (48), a locução adverbial temporal *má-hora* vem acompanhada do verbo *servir* no pretérito perfeito do indicativo, em um contexto de lamento do falante com relação ao momento em que ele realizou uma ação. Na ocorrência (49), por sua vez, a expressão contrária à *em boa hora* aparece aglutinada *earamá*, mas ainda carrega o mesmo sentido de *má hora*. Como já foi mencionado, conforme Ali (1964), a expressão *earamá ~ aramá ~ aramá* era utilizada pelos falantes nesse século, para desejar mau agouro, como podemos notar em (49), em que o falante mostra não ser um bom momento para o casamento.

Com relação ao *type* adverbial espacial, esse uso é expresso por *embora* junto ao verbo de movimento *vir* e em contextos em que havia a presença de vocativo, como nas seguintes ocorrências:

(50) Venhas **embora**, Fernando!
Eu t'esperarei á portella.
Parece ca MAdanella? (16APP, 30)

(51) Affonso, venhas **embora**.
Não vejo eu Inez aqui.
Olha, olha para mi,
Que não sam feia ma ora. (16APP, 31/32)

(52) Venhas **embora**, Inez!
Joanne, querer belotas?
Mais quero eu ás tuas botas (16APP, 32)

(53) DIABO: Venhais **embora**, enforcado!
Que diz lá Garcia Moniz?
Eu te direi que ele diz:
que fui bem-aventurado
em morrer dependurado
como o tordo na buiz,
e diz que os feitos que eu fiz
me fazem canonizado. (16ABF, 117)

Para a definição desse padrão espacial é importante observar que os mesmos critérios sintáticos e semânticos se aplicam ao valor espacial com exceção do tipo semântico de verbo, que mais uma vez ajuda a diferenciar esse *type* de *embora* com valor predominantemente adverbial.

Nota-se que o parâmetro semântico **tipo de verbo** é o principal responsável pela atribuição do valor espacial frente ao temporal para o advérbio *embora*, uma vez que o valor espacial é sempre garantido pela presença de verbos de movimento.

O terceiro *type* de *embora*, no século XVI, se refere ao uso ambíguo do item, que pode ser verificado em (54) e (55).

(54) Agora, agora, agora
 Esta doma que lá vai
 Soma que casei **embora**
 Sem licença de meu pae;
 E diz que a não quer por nora. (16APP, 24)

(55) A mim dizem-me que não;
 E s'he daquella maneira,
 Não herdo eira nem beira.
 Mas não semelha razão,
 Mas não significa cenreira;
 Que se fora a cachopa peca ou charra,
 Ou algua zanguizarra;
 Preguiçosa ou comedora,
 Que bradassem muito **embora**.
 Mas taes vos fossem assim
 As pulgas da vossa cama. (16APP, 25)

É interessante notar que, especificamente na ocorrência (54), a item *embora* aparece em um contexto de negação implícita *sem licença*, parte do enunciado que veicula um contraste com o verso em que *embora* aparece. Esse contexto de contraste sugere uma leitura concessiva, porém o significado temporal da perífrase também pode ser recuperado, como em casei *em boa hora/ sem licença de meu pai*.

Em (55), nos versos: *Que bradassem muito embora./ Mas taes vos fossem assim*, há relação de contraposição ou adversidade, pela presença da item *mas*, assim, poderíamos ter as seguintes leituras:

(i) que reclamassem muito *em boa hora*, mas tais os fossem assim. (tempo)

Ou

(ii) que reclamassem muito *embora* fossem assim. (concessão)

A leitura temporal em (i) se deve essencialmente a presença do intensificador *muito*; ao passo que, em (ii), além de haver uma idéia adversativa, isto é, *há a reclamação, mas as pessoas são assim*, há a presença de uma item adversativa *mas*, que parece influenciar na leitura de contrariedade/concessão para a item *embora*. Dessa forma, (ii) apresenta a leitura concessiva que poderia ser entendida como *mesmo que reclame, são assim*.

É importante verificar que a leitura concessiva é possível graças à presença de contextos adversativos e negativos e à paráfrase com outras conjunções, ao passo que a leitura adverbial é sugerida pela posição sintática de *embora*, posposta ao verbo. Além disso, a ausência de contextos adversativos e a presença de verbos movimentos auxiliam a leitura espacial para o advérbio. Por essa razão, pela aplicação e não aplicação desses critérios, pode-se afirmar que esses contextos são responsáveis pela leitura da concessão.

Embora as gramáticas históricas afirmem que a leitura concessiva para *embora* foi codificada somente no século XVII e XVIII, os dados mostram que, em contextos adversativos, *embora* poderia implicar o sentido concessivo, já no século XVI.

Dessa forma, enquanto o século XV poderia ser relacionado com primeiro estágio da proposta de Heine (2002), uma vez que nesse período somente o significado fonte pôde ser recuperado, no século XVI, esse contexto ambíguo pode ser chamado de contexto *bridging*. Vale lembrar que, conforme Heine (2002), esse contexto é aquele que possibilita uma interpretação concessiva, uma vez que o contraste entre as partes do enunciado implica essa nova leitura, mas, por outro lado, a leitura temporal não é totalmente excluída. O contexto *bridging* também foi verificado nos dados do século XVII.

SÉCULO XVII

Nesse século, os itens que estabeleciam relação de concessão são os mesmos daqueles encontrados nas sincronias anteriores, tais como: *posto que*, *mas*, *porém* e *ainda que*. Dessa forma, como já comentado, dizer que um item se gramaticaliza para codificar relações que não existiam na língua é passível de contestação. A presença desses itens gramaticais que estabeleciam relações de concessão e/ou adversidade confirmam que a relação semântica e discursiva de concessão já existia na língua, *embora* surgiu como mais uma forma de expressar essas relações.

Nos dados desse período, não encontrei ocorrências da locução *em boa hora*, mas somente da forma *embora*. As frequências desses dados podem ser verificadas no quadro abaixo:

FREQÜÊNCIA *TOKEN* (06)

FREQÜÊNCIA <i>TYPE</i> (03)	CATEGORIA GRAMATICAL	VALOR SEMÂNTICO	NÚMERO	PORCENTAGEM
	(i) advérbio;	(i) espacial	2	33,3%
	(ii) advérbio;	(ii) tempo/concessão	2	33,3%
	(iii) preposição	(iii) concessão	2	33,3%

QUADRO 09: FREQÜÊNCIA DE *EMBORA* NOS DADOS DO SÉCULO

XVII

O primeiro *type*, que corresponde ao advérbio com a leitura espacial, pode ser notado em (56) e (57):

(56) Bem erco que se ira fazendo deligencia Na compra e feitio das farinhas E outras Coussas e o que mais importa he vir o Cobre de flandes e asy Percure se ua ajuntando Tudo pera´que quando Eu ua **Embora** Não tenha Ahy deMora porque me será Necessário aCudir logo A paris. (17BR, 197)

(57) Ao ser Ante frez Soares e a Sra. Caterina Alures de meus beixa mãos Escreuame Va; Carta ~q ache em bordeos Na mão de anto. Mendes e outra a S. Sebastião Na mão de Luis p. de Tudo o que la se oferese e pasar Porque qdo. Eu ua **Embora** as ache ahy Ca não ay Cosa de nouo de ~q possa avizar a quem da guarde (17BR, 197)

Em (56) e (57), *embora* é acompanhada pelo verbo de movimento *ir*, inserido em orações de tempo: *pera´que quando Eu ua Embora*, em (56) e *Porque qdo. Eu ua Embora as ache ahy*, em (57). A presença do verbo *ir* nesses contextos temporais e a ausência de um contexto em que haja adversidade e/ou negação possibilitam a leitura de deslocamento espacial, não oferecendo possibilidade à interpretação de contrariedade/concessão.

O segundo *type* corresponde ao advérbio que permite a leitura ambígua de tempo e concessão, como em (58) e (59):

(58) Oh boa razão para hum fervuo de Iefuf Chrifto ! zombem, & não gofitem embora, & façamos nós noffos officio. A doutrina de que elles zombão, a doutrina q elles defeftimão, effa he a que lhes deuemos prégar, & por iffo mesmo: porq he a mays hão mifter. (17SS, 78)

(59) Algum dia vos engãnaftes tanto comigo, que fahieys do fermão muyto contentes do prégador: agora quizera eu defengãnaruos tanto; que fahireys muyto defcontentes de vós. Semeadores do Evangelho eys aqui o que deuemos pretender nos noffos fermoens, não que os homens fayão contentes de nós, fenão que fayão muyto defcontentes de fi: não que lhes pareção bem os noffos conceytos; mas que lhe pareção mal os feos coftumes; as fuas vidas, os feos paffatempos, as fuas ambiçoens, & em fim todos os feos peccados. Com tanto que fe defcontentem de fi, defcontentem fe **embora** de nós. (17SS, 84)

A leitura temporal, para essas ocorrências, é reforçada pelos verbos de estado psicológico como *gostar* e *descontentar*, como foi notado também no século XVI, em que a leitura de tempo, dentre outros fatores, era sugerida pela ausência de verbos de movimento. Contudo, os contextos adversativo e optativo, como em (58), e de possibilidade em (59), garantem com maior clareza a leitura concessiva para *embora*. Discuto cada um desses contextos.

Em (58), a oração de *embora* é vinculada à idéias contrárias do ponto de vista do falante, como: *zombar* e *não gostar* com *fazer os ofícios*; além disso, nesse exemplo, a oração com *embora* expressa uma objeção levantada pelo locutor do sermão, que poderia ser parafraseada: *Podem zombar e não gostar, mas mesmo assim faremos nossos ofícios*. É importante verificar que nessa ocorrência o caráter argumentativo do item é fortemente notado, visto que o locutor sinaliza sua argumentação a favor da pregação do sermão, goste o ouvinte ou não.

Na ocorrência (59), *embora* é vinculado a uma oração de possibilidade ou condição, sinalizada pela locução *contanto que*, em que o falante ao mesmo tempo em que expõe uma condição para o descontentamento dos ouvintes com o pregador, argumenta a favor da importância desses interlocutores terem a consciência de seus pecados ou seus defeitos.

É importante ressaltar, assim como foi apontado no século XVI, que esse *type* é caracterizado, sintaticamente, pela posição de *embora* na sentença, a saber, posposto ao verbo, e, semanticamente, pelo contexto adversativo/negativo e pela paráfrase com a conjunção *mas*. Dessa forma, o que diferencia esse *type* do adverbial espacial são esses dois parâmetros semânticos e a ausência de verbo de movimento.

Desse modo, esses dois contextos descritos em (58) e (59) implicam a leitura concessiva para *embora*, que é utilizada como instrumento argumentativo nesses exemplos. Além disso, é importante observar que desses contextos, pelo processo metonímico, terá se desenvolvido o uso da conjunção concessiva *embora*, havendo uma reinterpretação de todo o período. Assim, se nesse século, tem-se a seguinte distribuição oracional:

zombem, & não gofitem **embora**, & façamos nós noffos officio.

com o item ganhando o estatuto de conjunção, a oração em que ela é vinculada passa a ser parcialmente dependente da outra oração, estando no mesmo nível de articulação das hipotáticas. Assim tem-se:

Embora zombem e não gostem, façamos nossos ofícios.

Nessa ocorrência, é possível verificar o processo metonímico e de reanálise atuando na formação da concessiva: metonímico, porque o ganho do valor concessivo é sugerido por força do contexto, que pressiona na implicação do novo significado, e, reanálise, porque o teve seu estatuto gramatical e seu valor semântico modificado, passando a atuar como uma ferramenta gramatical, que estabelece relações entre duas orações. Além disso, nessa ocorrência, é possível notar que, com a mudança, todo o

enunciado em que *embora* é usado começa a ser reorganizado e reanalisado para ser interpretado como conjunção.

Assim como discutido para os dados do século anterior, esse contexto descrito em (58) e (59) corresponde ao contexto *bridging*, já que implica o sentido concessivo, também conservando a leitura temporal para *embora*.

É interessante notar que esse contexto, que sugere a leitura concessiva para *embora*, além de confirmar a proposta de Heine (2002), também corrobora a hipótese de König (1984) e Chen (2000), de que a presença de contexto adversativo, que apresenta alguma situação que implica uma contra expectativa, seria uma das fontes para a formação de itens concessivos.

No que diz respeito ao terceiro *type*, *embora* apresenta um valor concessivo, porém a item, sintaticamente, funciona como uma preposição, unindo termos dentro das orações, como em (60) e (61):

(60) Affim como não há couza tão defabrida, que não fique doce, fé paffar pelo mel; affim fã todos os rigores, todas as afperezas, e todas as amarguras, fé fã paftadas por Chrifto, e mais naquelle dia, em que *melliflui facti sunt caeli*. Haja **embóra** Santo, que chame ás penalidades do Prefepio martyrios para Chrifto, ou leys de martyrios para nós: e nós ouçamos ao mais douto de todos os Santos, quão doces fã effas leys, e effes martyrios, por ferem paffados, e adoçados por Chrifto. (17SN, 59)

(61) Mas faça ifto **embóra** o Mundo cego, vendo a Deos no Prefepio, que alfim o pagará com o não vêr no Ceo: nos, quem elle por fuá Bondade abrio os olhos, que faremos? (17SN, 68)

No caso de (60), *embora* aparece entre o verbo *haja* e substantivo *santo*, estabelecendo uma relação de ressalva, como relação à existência de algo. É importante observar nessa ocorrência que não é possível conferir à *embora* o valor conjuncional, devido ao elemento sobre o qual o item incide, a saber, o verbo *haver*, e pelo fato de não haver nenhuma outra oração que poderia ser chamada de principal. Se a ordem do item for invertida, como:

(60) **embóra** Haja Santo, que chame ás penalidades do Prefepio martyrios para Chrifto, ou leys de martyrios para nós: e nós ouçamos ao mais douto de todos os Santos, quão doces fão effas leys, e effes martyrios, por ferem paffados, e adoçados por Chrifto. (17SN, 59)

o escopo recai no sintagma *haja santo*, modificando, portanto, o enfoque do adjetivo *santo*, dado pelo “falante”. Dessa forma, *embora*, nesse uso, liga dois termos do enunciado, sem estabelecer relações entre orações, como no caso das conjunções, e sem possibilitar a inversão de sua posição, característica sintática já observada nos usos da conjunção *embora*.

Da mesma forma, em (61), não há uma oração em que *embora* esteja inserida. O que ocorre é que ela une dois termos, uma oração *Mas faça isto*, e um sintagma *o Mundo cego*, estabelecendo um valor concessivo, entre esses termos.

Na verdade, a caracterização desse padrão é favorecida pela posição sintática de *embora* (entre termos) e pela presença do contexto adversativo.

Pelo fato de, nesse mesmo século, *embora* já apresentar um valor claramente concessivo, ainda que apresente uma categorial gramatical diferente, pode-se afirmar que esse contexto, em que o falante faz uma ressalva ou apresenta alguma contrariedade entre dois termos dentro do enunciado, corresponde ao terceiro contexto apresentado por Heine (2002), a saber, o contexto *switch*, já que esse contexto não permite mais a leitura de tempo, somente as leitura de adversidade e de concessão são possíveis nessas ocorrências.

SÉCULO XVIII

No que diz respeito aos dados do século XVIII, a frequência *token* é de apenas duas ocorrências do item, e há apenas um *type*, que é advérbio de deslocamento espacial, que pode ser verificado no seguinte quadro:

FREQÜÊNCIA *TOKEN* (02)

FREQÜÊNCIA <i>TYPE</i> (01)	CATEGORIA GRAMATICAL	VALOR SEMÂNTICO	NÚMERO	PORCENTAGEM
	(i) advérbio	(i) espacial	2	100%

QUADRO 10: FREQÜÊNCIA DE *EMBORA* NOS DADOS DO SÉCULO XVIII

Os dois exemplos desse *type* dizem respeito às ocorrências (62) e (63), em que *embora* está correlacionado ao verbo de movimento *ir*, apresentando, portanto, uma leitura espacial :

(62) os armazéns de El-Rei sem nenhum sobressalente, e os cofres do Tesouro exauridos, confesso-te meu Conde que eu de todo esmoreci, me lembrou tornar-me a ir **embora**, considerando ser menos injurioso o castigo que por isso me dessem (18SM, 38)

(63) como sucedeu os dias paçados, pedindome ajuda para prender quatro q. estão em lua caza, mas somente lançarão mão de Hú, e deixarão hir os outros, e o mesmo fizeraó na villa de Angra dos Reiz, a donde com ajuda de braço secular, só tomaraó poce do Conve. To, e prenderaó o Guardiaó, e a mais comunid. e deixarão hir **embora** estando conversando com ella, e ao mesmo tempo me consta q. na v^oa do Spirito Santo (ainda q, naó He da minha jurisdição) indo os frades a tomar poce do Convento se resistiraó os rebeldes, e dando hú tiro mataaraó hú capitaó da ordenança, e firiraó dous Frades (18SM, 22)

É muito importante ressaltar que as baixas frequências *token* e *type*, no século XVIII, não são indícios de que o item não era utilizado nesse período, já que no século anterior e no posterior a esse, tanto a frequência *token* como a *type* foram consideráveis. O que pode ser dito é que o *corpus* selecionado para o século XVIII não forneceu uma grande quantidade de ocorrências de uso de *embora*.

Os itens que cumpriam nesse período a função concessiva foram as mesmas encontradas nos séculos anteriores, tais como: *ainda que*, *posto que*, *mas* e *porém*, como em:

(64) por que as chamadas *perniciozas* fequem o gênio de ambas, **ainda que** os outros fymptomas efpeciaes, e caracterifticos as fazem differir dellas, o que ao diante veremos, uqnado tratarmos das fuás curas (18REF, 31)

(65) Ainda affim, fé perfistirem os finaes da inflamaçam depois do fegundo acceffo, **pofto que** mais remiffos, no tempo do mefmo paroxyfmo, fé poderá ufo dos feguintes remédio (18SM, 40)

SÉCULO XIX

Por fim, nos dados do século XIX, foi encontrado um número maior de *types*, caracterizando a multifuncionalidade de *embora* já descrita na análise sincrônica. Esses *types* são: conjunção concessiva, advérbio concessivo, preposição concessiva e advérbio espacial. É importante observar que, no material desse período, não houve nenhum exemplo que permitisse uma leitura ambígua, como ocorreu nas sincronias anteriores, o que mostra que o sentido concessivo já foi convencionalizado entre os falantes do português em contextos apropriados. As frequências do século XIX estão ilustradas no quadro abaixo:

FREQÜÊNCIA *TOKEN* (10)

	CATEGORIA GRAMATICAL	VALOR SEMÂNTICO:	NÚMERO	PORCENTAGEM
FREQÜÊNCIA <i>TYPE</i> (04)	(i) advérbio	(i) espacial	1	10%
	(ii) advérbio	(ii) concessivo	1	10%
	(iii) conjunção	(iii) concessivo	5	50%
	(iv) preposição	(iv) concessivo	3	30%

QUADRO 11: FREQÜÊNCIA DE *EMBORA* NOS DADOS DO SÉCULO XIX

O primeiro *type* diz respeito à categoria gramatical de conjunção e ao valor semântico concessivo, como em (66), (67), (68), (69) e (70). Nessas ocorrências, a conjunção *embora* articula duas orações, uma em que o falante levanta uma objeção sobre o que ele acredita que o ouvinte tenha (oração com *embora*), e em seguida afirma que essa objeção não será suficiente para impedir que o conteúdo da oração principal se realize (oração principal). Mira Mateus et al. (1989), conforme discutido antes, chamam atenção para esse tipo de conjunção de *contrajunção*, já que ela exprime que o curso dos acontecimentos não foi, ou não está em conformidade com as expectativas dos indivíduos sobre o curso previsível ou desejável dos acontecimentos.

Dessa forma, o estatuto de conjunção é dado à *embora*, nesse século, pelo fato de a item unir duas orações, em que a relação semântica é de idéias contrárias em que o falante levanta uma objeção, para depois refutá-la, e por fim estabelece uma forte relação argumentativa entre falante e ouvinte, caracterizando caráter expressivo/ subjetivo de *embora*.

Em (66), pode-se encontrar esse mesmo uso:

(66) O meu discurso sobre as causas da decadência dos *Povos peninsulares nos séculos XVII e XVIII*, **embora** pizasse um terreno mais solido, o terreno da historia, resente-se ainda muito da influencia das ideias politicas preconcebidas, da critica histórica com tendências. É do anno de 1871. (19CAQ, 7)

Nota-se, a partir desse exemplo, que a construção em que *embora* está inserida, diferentemente daquelas que os dados no século XVII mostraram, foi reanalisada quanto aos seus componentes e quanto à ordem da conjunção na sentença, e, assim, as orações podem ser facilmente diferenciadas em oração principal e concessiva, não havendo, portanto, a possibilidade de nenhum outro sentido que não o concessivo.

Em (67), a oração com *embora* está posposta a principal, o que indica que o falante faz uma ressalva sobre o que foi dito na oração principal, reforçando o argumento da primeira oração. Nesse exemplo, o verbo da oração concessiva é o modal *dever*, uma vez que modaliza o discurso indicando uma conduta/norma a ser seguida. E pelo fato de estar no presente do subjuntivo, dá idéia de uma possibilidade/condição que não ocorre na realidade, mas deveria ocorrer, segundo o falante.

(67) E no mesmo livro, de que foi apographada a citada passagem lê-se: «creio que sob o nome de IMPERIALISMO, reconheci e denunciado a verdadeira causa e unica da decadencia politica e social do paiz, **embora** deva incorrer no *anathema – sit* de todos os corteãos (ou que se presumem taes) passados, presentes, e em perspectiva, quer nascidos de sangue azul (especie que não reconheço no imperio) quer *parvenus* ou fidalgos em caricatura. (19, IRP)

Em (68), a locução verbal da oração com *embora* está no pretérito do subjuntivo, modo verbal comum às concessivas. Além disso, nessa ocorrência, há um marcador temporal relacionado à oração concessiva, *enquanto*, que auxilia na negação da pressuposição implícita na oração concessiva.

(68) Sinto prazer em poder comunicar-vos que tem cessado as enfermidades que ha muitos annos affligião os innocentes Orphãos admittidos no Arsenal de Guerra desta Côrte, e sobremaneira obstavão ao seu desenvolvimento physico , e á sua educação: devendo-se este incomparavel beneficio á mudança que delles se fez para casa mais salubre, **embora** o mesmo Arsenal ficasse privado de huma das suas melhores Officinas construida de novo , em quanto não póde acabar-se o novo Quartel dos Aprendizes Menores , a que se deo principio com os fundos para elle applicados na Lei do Orçamento: esta obra acha-se adiantada , mas não poderá acabar-se se vos não dignardes de votar novos fundos para sua continuação.(19, RNG)

Em (69), *embora* encabeça uma oração concessiva que também traz uma ressalva por parte do falante sobre sua habilidade de apontar erros na viagem, estando a oração concessiva posposta à principal. O verbo está no presente do subjuntivo, sendo o sujeito desinencial da oração. Na oração concessiva há uma negação explícita realizada pelo advérbio *não*.

(69) Eu que tambem fiz parte na expedição e com instruções para tomar notas de toda a viagem, não devo estar inhibido de apontar erros, quer geographicos quer de qualquer outra natureza, **embora** não seja de uma notabilidade scientifica como qualquer dos três insignes viajantes alemães. (19RV, 33).

Na última ocorrência de *embora* com valor concessivo, temos o único exemplo em que a oração com *embora* aparece anteposta à principal. Nesse tipo de construção, conforme a estratégia argumentativa discutida antes, o falante primeiro levanta uma hipótese sobre as crenças do ouvinte e depois direciona a argumentação para o conteúdo da oração principal.

(70) E' pois tal a sorte d'estes cidadãos, que se ella não fosse filha da miseria em que vivem, poder-se-hia achar desejavel. **Embora** tenhamos uma Lei que determina que todos os que, por falta de rendas, não podem servir na Guarda Nacional pertenção á Guarda Policial, a falta d'organisação d'esta força, faz com que ella apenas preste insignificante serviço, e só sirva d'estorvo para a administração, que vê-se todos os dias importunada com propostas para nomeação de comandantes, que nada fazem, e que procurão com ancia este posto para escaparem do serviço da Guarda Nacional, e a outros encargos a que são obrigados. Entretanto não se pode duvidar de que é esta a força que mais serviços poderia prestar, com menos perda da industria; e esta vantagem foi procurada pelos Legisladores quando crearão a Guarda Policial. (19DMA)

Para essas ocorrências, foi possível definir esse padrão pelos fatores sintáticos: (i) **posição sintática de embora** (anteposta ao sujeito); (ii) **tempo/modo verbal** (presente e pretérito composto do subjuntivo), e pelo fator semântico: (i) **contextos adversativos** (presença de contextos negativos e elementos que vinculam contra expectativa). É importante notar que esses usos representam o uso mais típico das conjunções, ou seja, nesse *type* não foram detectadas particularidades que garantem a *embora* o caráter misto entre advérbio e conjunção.

O segundo padrão da frequência *type* de *embora* corresponde ao valor adverbial concessivo, como pode ser notado na ocorrência (71):

(71) E lógica tambem: mas duma lógica sancta, sentida e quente como o seio das mães, como o coração dos amantes. Não é o methodo da sciencia? é o methodo da vida! E a

sciencia, se o desprazer, será científica muito **embora**, mas não será viva nem humana....(19CAQ, 28)

Em (71), *embora* apresenta o valor adverbial, devido às suas características sintáticas, como: posição na sentença e a presença do advérbio *muito*, intensificando o item. O valor concessivo é favorecido pelo contexto adversativo em que o advérbio é usado, já que há possibilidade de mudança na ordem da conjunção, como por exemplo: *E a sciencia, se o desprazer, muito embora será científica, mas não será viva nem humana*, e da preservação da aceção concessiva. Além disso, a presença da adversativa *mas* intensifica o valor de contra expectativa nesse enunciado. Dessa forma, nesse século, o item apresenta o mesmo comportamento sintático de advérbio, como descrito nos exemplos dos séculos XV e XVI, isto é, posposto ao verbo, porém com o valor concessivo.

Vale a pena lembrar que, sincronicamente, o padrão conjuncional concessivo apresenta características semelhantes ao do advérbio, o que comprova o caráter misto da conjunção *embora* a sincronia atual do português. Assim, para diferenciar esses dois padrões, mais uma vez o critério sintático **posição na sentença** determinou a caracterização da conjunção frente ao advérbio.

O terceiro *type* encontrado nesse século diz respeito ao valor preposicional concessivo de *embora*, como em (72), (73) e (74):

(72) Estes pensamentos e muitos outros, mas concatenados systematicamente, formam o que eu chamarei, **embora** ambiciosamente, a minha philosophia. (19CAQ, 11-12)

(73) Poderá essa ser mais uma página, **embora** tênue, na história do Germanismo na Europa, e porventura parecerá curiosa aos que se occupam da psychologia comparada dos novos. (19CAQ, 13)

(74) A felicidade d'este grande acto, quasi revolucionário, **embora** humanitário, animara o governo do paiz na convicção de que o governo tudo pôde ousar, e de que o paiz está impotente até para reclamar quanto mais para reagir.(19IRP)

Nos exemplos (72), (73) e (74), a item *embora* pertence à categoria gramatical das preposições, uma vez que liga dois termos, substantivo e adjetivo, nas três ocorrências. A preposição, além de estabelecer essa ligação entre termos, expressa uma ressalva, que recai sobre o segundo termo, como, por exemplo, em (73), em que o falante faz uma ressalva sobre a página da história do germanismo, e da mesma forma, em (74), o falante atribui a qualidade *revolucionário* ao ato, porém faz uma ressalva sobre essa mesma atribuição dada por ele. É importante notar que, mesmo havendo uma ressalva por parte do falante, a afirmação feita anteriormente será o argumento mais forte da oração. Portanto, esse caráter argumentativo é mais um indício de que o valor concessivo que a conjunção *embora* apresenta pode ser veiculado também pela preposição nesses exemplos.

O único exemplo de *embora* com comportamento sintático de advérbio, e sentido de deslocamento espacial é (75). Nessa ocorrência, a presença do verbo *ir* reflexivo auxilia na leitura de afastamento espacial. A posição do item é posposta ao verbo e ao pronome reflexivo.

(75) Os Custanaús não são tão tratáveis como os Bacairis. Em sua conversação dizem muitas palavras da língua guarany como *ayucá* (matar) *iguatá-iereo*, (vá-se **embora**), *peiúno* (fumo) etc.(19RV, 40)

Os contextos encontrados no século XIX correspondem ao último estágio de desenvolvimento da item *embora*, pois, nesse período da história da conjunção, o sentido temporal é totalmente perdido, de modo que não há mais a possibilidade de dupla interpretação para *embora*, pois seu significado está convencionalizado pelos falantes, como pode ser notado nas ocorrências (67), (68) e (70), por exemplo.

É importante ressaltar que não há mais a necessidade de um contexto em que *embora* esteja veiculado em frases optativas, em que as orações estabeleçam contraste ou condição, ou contextos em que haja um item negativa, para que seu significado

implique concessão. A implicatura de concessão foi, portanto, convencionalizada, não permitindo mais que houvesse a leitura temporal de momento propício para a ocorrência de ações.

Para melhor visualizar o desenvolvimento da concessiva *embora*, ao longo da história do português, apresento, por meio da tipologia apresentada por Heine (2002), os contextos que possibilitaram a implicação do novo significado de *embora*, bem como a convencionalização do significado concessivo:

ESTÁGIOS	CONTEXTO	SIGNIFICADO RESULTANTE
I: estágio inicial	<i>em boa hora</i> veicula uma relação de tempo, em que o falante expressa um desejo, por meio de verbos de ação ou de sentimento, e pela presença do intensificador <i>muito</i>	momento favorável e propício (tempo)
II: contexto <i>bridging</i>	pela negação implícita ou explícita, há um contraste entre as duas partes do enunciado; orações optativas	inferência concessiva
III: contexto <i>switch</i>	em contexto de condição e de adversidade, há um contraste entre as duas orações as quais a item é veicula.	ausência de significado temporal, e presença de significado concessivo/adversativo
IV: convencionalização	<i>embora</i> é usada em uma variedade maior de contextos, para ser entendida como concessão.	somente concessão

QUADRO 12: TIPOLOGIA DE CONTEXTOS PARA A FORMAÇÃO DA CONCESSIVA *EMBORA*

A partir dessa ilustração, pode-se notar que o contexto responsável pelo aparecimento do significado concessivo parece ser aquele em que a item era empregada em enunciados que veiculavam alguma adversidade ou contra expectativa, como em (54). Portanto, esse contexto adversativo sugeriu uma leitura concessiva para o item em

questão. A partir dessa inferência, *embora* teve seus contextos expandidos sendo empregada em outros, como, por exemplo, de condição, negação até ser convencionalizada como concessão.

Além disso, quanto à hipótese das fontes para a formação de itens concessivas, os dados do português antigo corroboram essas hipóteses levantadas por König (1984), uma vez que os dados desse século permitem confirmar a hipótese de que as concessivas teriam origem em itens temporais, como foi notado no exemplo (37) e (38).

4.3 OS PROCESSOS DE GR DE *EMBORA*

Feita a investigação sincrônica e diacrônica de *embora*, procuro, nessa seção, verificar alguns mecanismos de GR que atuaram no processo de mudança do item. Esses mecanismos, baseados em Bybee (2001 e 2003), são diretamente relacionados com o aumento da frequência. Eles são: **automatização**, **redução fonológica**, **generalização de significado**, e **reanálise**.

Conforme Bybee (2003), **automatização** consiste em um processo pelo qual uma expressão ao ser muito utilizada na língua perde seu sentido original automaticamente. O que parece ter sido responsável pela **automatização** do significado de *embora* foi o aumento da frequência *token* e *type* durante o século XVI, já que o item passou a ser utilizado em outros contextos de uso, como, por exemplo, com verbos de ação e de movimento, o que permitiu a desvinculação com seu valor temporal.

Outro processo que o aumento da frequência *token* pode desencadear a **redução fonológica**. Para Bybee (2003), quando uma construção passa a ser usada em porções do enunciado que contém informação mais conhecida ou menos relevante, seu material

fonético tende a diminuir. Por isso que um item candidato a ter seu material fonético reduzido é aquele que carrega menos informação.

Conforme foi mostrado na descrição dos usos ao longo dos séculos, os dados forneceram ocorrências da expressão *em boa hora* somente até o século XVI, período em que há indícios de aglutinação da locução e aumento da frequência *type*, incluindo o uso de *embora* em contextos que sugerem leituras concessivas ou adversativas. Essa expansão de contexto implica, portanto, em um significado mais pragmático do que o temporal. Portanto, a presença desses contextos e o aumento dos usos do item parecem ter sido favoráveis na aglutinação da expressão *em boa hora* para *embora*¹⁹.

Bybee (2003) entende por **generalização de significado** a perda de traços semânticos de um item que passa pelo processo de gramaticalização. Como foi verificado, do período correspondente ao século XV até o XIX, *embora* teve suas frequências *token* e *type* elevadas, o que favoreceu uma multifuncionalidade já no último século da análise diacrônica. Do século XVI ao XVII, o item passa a ser usado com mais frequência em contextos adversativos e a não se restringir à posposição ao verbo, mas também a ocupar outras posições que sinalizam dentro da sentença uma possível posição conjuncional. A alta frequência desse *types* concessivos para *embora* motivou a **generalização** ou *bleaching* semântico para a expressão, que teve seu significado abstratizado, como foi verificado no século XIX.

Antes de discutir o processo de **reanálise** sofrido por *embora*, explicito que a reanálise é entendida aqui como a reanálise categorial ou sintática. Tendo em vista que o principal indício de que ocorreu GR são as mudanças no nível da morfologia, da

¹⁹ O advérbio *embora*, com o valor espacial, também deve estar sofrendo redução fonológica com o uso de *bora*, que parece expressar futuro próximo na sincronia atual do português.

sintaxe e da semântica, a reanálise auxilia na identificação do processo de GR para um item, sobretudo quanto ao seu aspecto sintático.

Pela reanálise categorial, tem-se a eliminação de fronteiras entre duas ou mais formas morfológicas no desenvolvimento da forma gramaticalizada. Assim, uma construção ao se gramaticalizar tem toda sua estrutura sintática reanalisada, passando a atuar em um outro nível categorial.

Hopper e Traugott (1993) afirmam que há uma tendência na recategorização: categorias menores, que incluem as conjunções, preposições, pronomes e verbos auxiliares teriam como fonte as categorias intermediárias, advérbios e adjetivos, ou as categorias maiores, que pertencem aos nomes e verbos plenos. Desse modo, pela recategorização um item gramatical ou menos gramatical teria seu estatuto modificado para um mais gramatical.

No *corpus* do século XVII, os dados forneceram ocorrências que permitem observar a estrutura sintática de *embora* sendo realizada, já que o item deixa de aparecer na sentença somente posposto a um verbo de estado, como era comum no século XVI, e passa a ocupar também posições sintáticas similares a dos conectores que estabelecem relações entre orações. Para melhor visualizar essa passagem exemplifico com:

- Século XVI:
 não quizesstes vós perem
 Conceder no meu mandado?
 Ora seja já **embora**.
 Padres, vedes a Senhora

- Século XVII: zombem, & não gofitem **embora**, & façamos nós noffos officio.

Conforme os dois exemplos, no século XVI, *embora* ocupava posição típica de advérbio, não havendo a possibilidade de deslocamento do item para o início da

sentença (posição típica de conjunção). Assim, não admite a paráfrase por mudança de posição, como em **Embora seja já* seria inaceitável, uma vez que o sentido seria prejudicado. Por outro lado, no século XVII, com o aumento da frequência *type*, o crescente uso de *embora* com o valor concessivo, atrelado a contextos adversativos, parece ter permitido, como já foi comentado, a seguinte possibilidade posicional de *embora*:

Embora zombem e não gostem, façamos nossos ofícios.

O item ocupando uma posição inicial o aproxima, sintaticamente, de conjunções que encabeçam orações complexas, estabelecendo relações semânticas entre elas. Por isso que, enquanto no século XVII, *embora* parece estar ganhando o valor de conjunção, a frequência *type* conjuncional do século XIX, a saber, 50%, mostra que realmente o processo de reanálise foi instaurado no processo de mudança de *embora*.

Desse modo, a tendência proposta por Hopper e Traugott (1993) se confirmou na mudança sintática da locução adverbial *em boa hora* para a formação da conjunção *embora* do português, já que ao ter sua estrutura sintática reanalisada, o conector, que segundo os autores pertence a uma classe de palavra menor, teve sua origem histórica em uma classe de palavras intermediária, domínio em que se encontram os advérbios.

Com a confirmação desses processos na formação de *embora*, foi possível notar que sua forma fonte perdeu seu significado original por **automatização**, o que exclui qualquer leitura comparada ao do século XV, além disso, o item teve seu significado abstratizado ou generalizado, passou por recategorização sintática e por redução fonológica. Todos esses processos comprovam o processo de GR sofrido por *embora*.

Além desses processos, discuto de que forma a metáfora, a metonímia, a pragmatização de significado, e os critérios postulados por Hopper (1991) também reafirmam que *embora* sofreu o processo de GR.

4.3.1 METÁFORA E METONÍMIA

Feito o mapeamento histórico de *embora*, a verificação dos contextos que provavelmente favoreceram o surgimento do novo significado, e a(s) fonte(s) da concessiva *embora*, nota-se que o item tal como empregado nos séculos XV ao XIX ganhou traços sintáticos de conjunção e semânticos de concessão. Essa trajetória diacrônica poderia ser disposta no seguinte *cline* proposto por Hopper e Traugott (1993):

(01) item menos gramatical > item mais gramatical

Para melhor visualizar essa passagem, adoto o esquema proposto por Heine et al. (1991ab), discutido em 1.5. Segundo os autores, a passagem de uma categoria a outra da língua se dá por dois mecanismos, a saber, a metáfora e a metonímia. A fim de melhor explicar a passagem de *em boa hora* para um novo domínio semântico, recorro ao conceito de metáfora proposto pelos autores, e, para depreender a gradualidade desse processo, recorro ao conceito de metonímia. Para tanto, utilizo os esquemas dos autores, já mencionados anteriormente, para dispor a passagem de tempo a concessão.

Na formação de *embora*, o advérbio temporal que originou a conjunção concessiva poderia ser inserido entre uma das categorias cognitivas propostas por Heine et al. (1991ab):

(02) PESSOA > OBJETO > PROCESSO > ESPAÇO > TEMPO > QUALIDADE
(HEINE et al. 1991b; p.157)

A fonte da concessiva *embora* poderia ser inserida na categoria cognitiva **tempo**, que deve ter passado, metaforicamente, à categoria **qualidade**, em que se encontram os itens que denotam causa, condição, concessão, etc. Desse modo, confirmando a afirmação dos autores de que há uma abstratização de significado na passagem de uma categoria da esquerda para a direita, o significado concessivo de *embora* é, portanto, mais abstrato que sua fonte temporal.

Assim, por metáfora, a locução temporal *em boa hora* foi usada para denotar concessão, passando a ser entendida cognitivamente pelos falantes da língua. O esquema metafórico do desenvolvimento dessa concessiva pode ser o seguinte:

(03) tempo > qualidade
locução adverbial > conjunção concessiva
em boa hora > *embora*

Porém, como foi verificado nos dados diacrônicos, essa passagem não se deu de forma abrupta, já que houve contextos de ambigüidade, e, como os dados sincrônicos revelaram, a conjunção ainda preserva traços sintáticos do advérbio de origem. Dessa forma, é provável que ainda haja momentos de sobreposição entre o advérbio e a conjunção, uma vez que o advérbio é reconhecido por sua mobilidade sintática e a conjunção pela sua maior rigidez dentro da sentença.

Para comprovar o processo gradual do desenvolvimento do conector concessivo no português, retomo o seguinte *type* caracterizados nos dados da sincronia atual da língua, a saber, a conjunção concessiva. A fim de ilustrar, cito novamente um exemplo desse padrão:

(21) Dotado de flora riquíssima e variada, conta o Brasil com grande número de espécies vegetais que o povo emprega para debelar os mais diversos males, faltando-lhe **embora** competência para julgar dos resultados. (CEL:Beblt)

Como foi discutido anteriormente, *embora* apresenta mobilidade sintática muito parecida com advérbios que podem ser deslocados para qualquer ponto do enunciado.

Em (21), sua posição entre verbo e complemento poderia ser trocada por:

(21') Dotado de flora riquíssima e variada, conta o Brasil com grande número de espécies vegetais que o povo emprega para debelar os mais diversos males, **embora** faltando-lhe competência para julgar dos resultados. (CEL:Beblt)

Pela possibilidade do item aparecer anteposto ao verbo e ainda preservar o sentido concessivo dentro desse contexto, nos permite aproximar o item da classe dos advérbios. Além disso, como já foi dito na metodologia, a forma de gerúndio, presente nesse contexto de uso, não permite que *embora* apresente características daquelas conjunções mais prototípicas como o *se* e o *porque*.

Contudo, *embora*, nessa ocorrência, não admite ser colocada na posição mais recorrente dos advérbios, no final de orações. Nesses termos, seria improvável:

(21*) Dotado de flora riquíssima e variada, conta o Brasil com grande número de espécies vegetais que o povo emprega para debelar os mais diversos males, faltando-lhe competência para julgar dos resultados **embora**. (CEL:Beblt)

Por isso, é possível concluir que se, por um lado, o item compartilha características com os advérbios, ele não pertence totalmente a essa classe de palavras. Pelo contrário, *embora*, nesse exemplo, também apresenta funcionamento muito parecido com as conjunções, como, por exemplo, estabelecer relação semântica entre orações. Por esse motivo é que o item não pode ser deslocado para o final do enunciado, já que deixaria de estabelecer a relação de concessão entre as orações.

Desse modo é que se configura a gradualidade do desenvolvimento da conjunção *embora* do português, a sobreposição entre sua forma de origem, locução adverbial e sua forma alvo, a conjunção.

Se a investigação sincrônica permitiu verificar essa sobreposição sintática de *embora*, na descrição diacrônica foi possível captar também a mudança semântica em sua gradualidade, que segundo Heine e et. (1991ab) pode ser apreendida pela noção de metonímia.

O processo de natureza metonímica se dá sempre por pressões do contexto lingüístico, que sugerem uma ambigüidade na transposição entre as categorias. Assim, as categorias estão relacionadas umas com as outras. Para melhor visualizar esse momento de ambigüidade na passagem de advérbio temporal à conjunção concessiva, vale a pena retomar o seguinte esquema proposto pelos autores:



(HEINE et al. 1991b; p.162)

Como foi visto, o momento de ambigüidade na trajetória de mudança de *embora* foi localizado século XVI, com a ocorrência (54), e no século XVII, com os exemplos (58) e (59):

(54) Agora, agora, agora
 Esta doma que lá vai
 Soma que casei **embora**
 Sem licença de meu pae;
 E diz que a não quer por nora. (16APP, 24)

(58) Oh boa razão para hum fervuo de Iefuf Chrifto ! zombem, & não gofitem **embora**, & façamos nós noffos officio. A doutrina de que elles zombão, a doutrina q elles defefitimão, effa he a que lhes deuemos prégar, & por iffo mesmo: porq he a mays hão mifter. (17SS, 78)

(59) Algum dia vos engãnaftes tanto comigo, que fahieys do fermão muyto contentes do prégador: agora quizera eu defengãnaruos tanto; que fahireys muyto defcontentes de vós.

Semeadores do Evangelho eys aqui o que deuemos pretender nos noffos fermoens, não que os homens fayão contentes de nós, fenão que fayão muyto defcontentes de fi: não que lhes pareção bem os noffos conceytos; mas que lhe pareção mal os feos coftumes; as fuas vidas, os feos paffatempos, as fuas ambiçoens, & em fim todos os feos peccados. Com tanto que fe defcontentem de fi, defcontentem fe **embora** de nós. (17SS, 84)

Como já foi analisado, nesses exemplos, a leitura temporal é conservada pela posição do item na sentença, mas, por outro lado, o contexto adversativo/negativo sugere sua leitura concessiva.

Por essa razão, os dados corroboraram a afirmação sobre a gradualidade do processo de GR, em que há um momento de sobreposição na formação do novo significado. Desse modo, aspecto da formação da concessiva *embora* pode ser ilustrado com a seguinte representação:

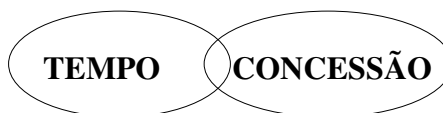


FIGURA 02: SOBREPOSIÇÃO DE SIGNIFICADO NA FORMAÇÃO DE *EMBORA*

Conforme previsto, a trajetória de GR da concessiva *embora* por ser explicada pelos processos cognitivos retomados de Heine et al. (1991ab). Pela metáfora, explica-se a passagem do domínio cognitivo **tempo** ao domínio **qualidade**, no qual estariam as concessivas, como mostrado em (03), ao passo que, pela metonímia, percebe-se a gradualidade, conseqüentemente os casos de ambigüidade na formação da concessiva *embora*, conforme representado na figura acima.

Além disso, os dados sincrônicos permitiram confirmar a gradualidade que ocorre no processo de GR, pelas características que *embora* demonstrou compartilhar com advérbios e com conjunções. Desse modo, pela verificação do desenvolvimento de

embora foi possível confirmar um dos atributos dados ao processo de GR em sua definição, a saber, a gradualidade do processo.

4.3.2 PRAGMATIZAÇÃO DE SIGNIFICADO

Retomando Traugott (1982, 1999) e Traugott e König (1991), acredito que as mudanças semânticas que acompanharam a formação da concessiva *embora*, ao longo dos séculos XV ao XIX, sejam um exemplo de pragmatização de significado e (inter) subjetivização.

Assim é que o significado concessivo de *embora* sinaliza com mais evidência a relação entre os participantes da interação, bem como uma maior avaliação por parte do falante sobre o conteúdo veiculado na oração em que *embora* aparece atrelada, conforme discutido na primeira seção sobre a definição de concessivas.

Baseada no *cline* proposto por Traugott (1982) e Traugott e König (1991), estabeleço os seguintes parâmetros para melhor identificar a pragmatização de *embora*: [\pm proposicional] e [\pm expressivo].

O valor temporal de *em boa hora*, já descrito anteriormente, nos dados século XV, embora menos expressivo que a acepção semântica da concessiva, apresenta uma avaliação por parte do falante, já que demonstra sua intenção em desejar uma boa sorte ao interlocutor, assim como o exemplo (38):

(38) ella nos recebeo com muyta alegria, & nos disse: a vinda de vos outros, verdadeyros Christãos, he ante mym agora laõ agradauel, & foy sempre tão desejada, & o he todas as horas destes meus olhos que tenho no rosto, como o fresco jardim deseja o borrifo da noite, venhais **embora**, venhais **embora**, & seja **em** tão **boa hora** a vossa entrada nesta minha casa, como a da Raynha Ilena na terra de Ierusalem. (15F, 22)

Nesse uso, a expressão *em boa hora* utilizada para expressar um sentimento do falante com relação a uma ação praticada pelo seu ouvinte, nesse caso, que sua estada

na casa do locutor seja tão boa quanto a da rainha em Jerusalém. Pelas observações de Ali (1964), é provável que esse uso simbolizava uma maneira educada de se dirigir ao locutor. Se a forma é usada para estabelecer relações entre as pessoas envolvidas no discurso, é possível atribuir um caráter expressivo à *em boa hora*. Por outro lado, o sentido temporal de momento propício também garante seu valor circunstancial, que marca um evento como extralingüístico, isto, sem envolvimento no discurso.

Pelo fato de haver essas duas facetas no significado da locução nesse século, é possível acionar os critérios [\pm expressivo] e [\pm proposicional], já que há uma expressividade marcada pelo costume de uso da expressão nesse momento da história, mas há o sentido temporal que, conforme Traugott e König (1991), pertence à situação fora do discurso. Assim, esse uso poderia ser representado no *cline* proposto pelos autores como uma situação descrita na situação exterior, ainda que haja traços expressivos evidentes nesse período.

Nos dados do século XVI, pela presença de elementos de contraste ou adversidade, o item, por pressão desse tipo de contexto, começa a ser entendida como concessão, como em (54):

(54) Agora, agora, agora
 Esta doma que lá vai
 Soma que casei **embora**
 Sem licença de meu pae;
 E diz que a não quer por nora. (16APP, 24)

Devido a possibilidade de leitura contrastiva/concessiva e também temporal nesse século, como já apontado antes, além de denotar um desejo por parte do falante, *embora* funciona como marca temporal. Nesse século, nota-se um ganho maior de expressividade no uso de *embora* pelo surgimento desse novo significado do item. Desse modo, os critérios [\pm proposicional], visto o caráter temporal de *embora*, ainda

nesse uso, e [+ expressivo], dado o ganho de expressividade pela implicação contrastiva/ concessiva nesses contextos. Como o contraste veicula uma quebra de expectativa, que, freqüentemente, está implícita, nos costumes de uma sociedade, ao sinalizar esses conhecimentos sociais dos interlocutores, o significado de *embora* ganha em pragmática e em expressividade.

Nota-se também que o caráter argumentativo que *embora* adquire ao longo de sua trajetória de mudança pode ser explicado pela proposta de Traugott (1999), de que na mudança de significado estariam incluídos dois processos, a subjetivização e a intersubjetivização. Pelo seu caráter argumentativo, pode-se afirmar que item ganha em (inter) subjetividade, visto a finalidade do falante em oferecer argumentos para modificar ou reafirmar alguma idéia que ele acredita que seu ouvinte possa ter.

Além disso, verifica-se, nos exemplos (58) e (59), a item *embora* começa a estabelecer relação entre duas partes do enunciado, o que mostra que o item apresenta não só essa relação argumentativa, mas também textual, como em:

(58) Oh boa razão para hum fervuo de Iefuf Chrifto ! zombem, & não gofitem **embora**, & façamos nós noffos officio. A doutrina de que elles zombão, a doutrina q elles defeftimão, effa he a que lhes deuemos prégar, & por iffo mesmo: porq he a mays hão mifter. (17SS, 78)

(59) Algum dia vos engãnaftes tanto comigo, que fahieys do fermão muyto contentes do prégador: agora quizera eu defengãnaruos tanto; que fahireys muyto defcontentes de vós. Semeadores do Evangelho eys aqui o que deuemos pretender nos noffos fermoens, não que os homens fayão contentes de nós, fenão que fayão muyto defcontentes de fi: não que lhes pareção bem os noffos conceytos; mas que lhe pareção mal os feos coftumes; as fuas vidas, os feos paffatempos, as fuas ambiçoens, & em fim todos os feos peccados. Com tanto que fe defcontentem de fi, defcontentem fe **embora** de nós. (17SS, 84)

Nessas ocorrências, como foi analisado, pela flexibilidade na ordem de *embora*, observa-se que, por um processo metonímico, o valor textual presente nas conjunções pode ser notado para *embora*, já que há a possibilidade de inversão da ordem sintática para a posição típica de conjunção. Nesse século, o uso temporal é totalmente excluído e

o valor concessivo ganha cada vez mais evidência entre duas orações do enunciado. Esse novo significado textual veiculado por *embora* corresponde, no *cline* de Traugott e König (1991), ao significado centrado na situação textual. Dessa forma, os parâmetros acionados poderiam ser [-proposicional] e [+expressivo], já que o significado do item ganha cada vez mais em expressividade.

Os dados do século XIX são bem reveladores quanto ao novo significado adquirido pelo item *embora*. Como foi verificado, seu significado temporal de origem é totalmente perdido, e o item apresenta um significado altamente pragmático, como pode ser notado nas ocorrências desse período.

(66) O meu discurso sobre as causas da decadência dos *Povos peninsulares nos séculos XVII e XVIII*, **embora** pizasse um terreno mais solido, o terreno da historia, resente-se ainda muito da influencia das ideias politicas preconcebidas, da critica histórica com tendências. É do anno de 1871. (19CAQ, 7).

(69) Eu que tambem fiz parte na expedição e com instruções para tomar notas de toda a viagem, não devo estar inibido de apontar erros, quer geographicos quer de qualquer outra natureza, **embora** não seja de uma notabilidade scientifica como qualquer dos três insignes viajantes alemães. (19RV, 33).

Nos dados do século XIX, a conjunção, portanto, já apresenta o significado totalmente concessivo, isto é, pragmatizado, por isso pode-se acionar os parâmetros [+proposicional] e [+expressivo], já que a item apresenta o significado predominantemente expressivo.

Por meio desses critérios, nota-se que o significado da item *embora*, na medida em que foi se desenvolvendo em conjunção, ganha em pragmática, em expressividade, como foi notado ao longo dos séculos, em que seu significado de [±proposicional] passou a [+expressivo].

Esses critérios estão relacionados com cada século pelo seguinte esquema:

Século XV	[±proposicional] e [±expressivo]
Século XVI	[± proposicional] e [+ expressivo]
Século XVII	[-proposicional] e [+ expressivo]
Século XVIII	[-proposicional] e [+ expressivo]
Século XIX	[-proposicional] e [+ expressivo]

FIGURA 03: PRAGMATIZAÇÃO DO SIGNIFICADO DE *EMBORA*

Essa trajetória semântica pode ser melhor ilustrada no seguinte *cline*, proposto por Traugott (1982):

PROPOSICIONAL	➤ TEXTUAL	➤ EXPRESSIVO
<i>em boa hora</i> : advérbio temporal = expressão que denota um desejo de bom augúrio por parte do falante	<i>embora</i> : conjunção que estabelece relação entre duas porções do enunciado	<i>embora</i> : conjunção concessiva que sinaliza crenças, avaliações e intenções do falante

Com esse mapeamento da mudança semântica de *embora*, é possível afirmar que a conjunção concessiva segue a trajetória semântica proposta pelos gramaticalizadores, em que significados centrados na expressividade do falante, como as causais, concessivas e condicionais, por exemplo, são originados de significados menos expressivos ou proposicionais, centrados em uma situação mais externa ao discurso, como acontece com a fonte adverbial temporal que originou a concessiva *embora*.

4.3.3 APLICAÇÃO DOS PRÍNCIPIOS DE HOPPER (1991)

A partir das análises sincrônica e diacrônica do item *embora*, aplico os cinco critérios propostos por Hopper (1991), conforme já discutidos em 1.4, aos dados analisados. Esses critérios ajudarão a medir o grau de gramaticalidade apresentado pelo item, e sobretudo reforçar que o surgimento da conjunção concessiva é um legítimo

caso de GR. Além do mais, esses princípios auxiliam na captação do caráter gradual da GR, visto que atribuem um grau mais ou menos gramatical.

A **estratificação** se refere à emergência de novas “camadas” em um mesmo domínio funcional. Esse critério traz como consequência a coexistência de formas novas e antigas, com papel funcional similar.

Durante a coleta de dados diacrônicos, foi possível observar que antes mesmo de *embora* ganhar o significado semântico-pragmático de concessão, outras formas lingüísticas já desempenhavam esse papel na língua. Essas expressões dizem respeito a *posto que*, *ainda que*, *salvo se* e algumas adversativas como *porém* e *mas*, como revelaram as ocorrências encontradas no século XV:

(43) e des i, por sentir que, pensando como sobr'esto eu de screver, saberia mais desta moral e virtuosa sciencia, e que me fará guardar de fazer cousas mal feitas, por seerem contrairas do que escrevo, **ainda que** seja obra pera eu fazer pouco perteente, **posto que** a todos estados seja necessario saber como devem seguir virtudes, guardando-se de pecados e outros falicimentos. (15LC, 32)

(44) E **porem** se geerava na voomtade de todos, **posto que** gram desejo desto ouvessem, huma tal comtradiçom, que nehuum pensava seer cousa pera acabar, **posto que** começada fosse, e quase impossível de seer. (15CDF, 74)

A presença dessas formas antes do século XVI (período em que o significado concessivo começa a ser atribuído para a forma *embora*) revela que havia no sistema da língua expressões que já sinalizavam esse significado. O item *embora* surgiu como mais uma forma de evidenciar a relação concessiva e passou a competir, em determinados contextos, com esses itens já existentes. Dessa forma é que o princípio da **estratificação** se aplica na formação da concessiva *embora*, a conjunção, ao adquirir a função concessiva, passa a fazer parte do mesmo domínio de outros conectores que já estavam disponíveis na língua.

Quanto ao princípio da **divergência**, Hopper o interpreta como um caso de **estratificação** ainda que haja diferenças de atuação dos mesmos. Como foi dito, a estratificação remete a diferentes codificações de uma mesma função dentro do sistema lingüístico, ao passo que a **divergência** se refere aos diferentes graus de GR de um mesmo item. Esse princípio tem como conseqüência a multifuncionalidade.

O item *embora*, diacronicamente, desenvolveu diversos usos para a forma, o que implicou na multifuncionalidade na sincronia atual, como pôde ser observado na investigação sincrônica. Desse modo, o critério da **divergência** explica a existência da mesma forma *embora* para diferentes usos no português atual.

O princípio da **especialização** diz respeito ao estreitamento de escolhas de formas que pertencem a um mesmo domínio funcional. Uma das opções ganha mais espaço do que outras por estar em um grau mais avançado de GR. No caso de *embora*, a escolha para o uso de cada um desses *types* parece depender de três aspectos, a saber, o contexto lingüístico, as modalidades falada e escrita, e os tipos de textos em que o item é empregado.

Quanto ao contexto lingüístico, *embora* com valor adverbial espacial tem seu uso especializado na presença de verbos de movimentos, assim como o advérbio de avanço que ganha esse valor devido a ausência de sujeito e a presença do verbo *ir*. Já o uso concessivo é especializado em contextos adversativos e negativos, porém o que garante o uso conjuncional frente ao preposicional parece ser a relevância da informação veiculada pelo item. A escolha pelo uso da preposição ocorre, em contextos que veiculam, por meio de um atributo, a ressalva ou o acréscimo de uma informação no enunciado como em:

(07) porque eu **embora** estudante do quarto ano de giNÁsio... não achei um emprego pra ganhar cem reais... cem cruzeiros né... naquele tempo ia ser em mil reis (ia ser) em cruzeiro (AC-151-NE)

(34) aí você desce no quintal... e tem um puxadinho com uma:: uma pia com... uma torneira... o pé de pitanga tá coLA::do ali nessa nesse puxadinho né coberturazinha... o pé de caqui tá BEM do lado... o de jabu⁵⁰[ticaba] do lado de cá... entã::o o que eu gosto nesse quintal é porque ele **embora pequeno** ele tem muita::... FRUTA e ele vira como se fosse uma CHÁcara da gente...(AC-117-DE)

O uso conjuncional é usado em contextos em que o falante não traz simplesmente uma informação por meio de uma ressalva, mas sim uma concessão entre duas orações envolvidas no enunciado, como em:

(01) Assim, **embora** essa perspectiva de busca de fatos tenha recuado significativamente nos últimos anos, persiste ainda uma concepção e tratamento de dados e informações brutas que seriam processados por outras ciências, como a História e a Pré-história. (CEL:Arqlt)

Os dados revelaram que a diferença entre o uso da conjunção e do advérbio está principalmente relacionada ao uso na fala e na escrita. Pelos quadros (05) e (06), é possível verificar a diferença de uso entre as duas funções. Na fala, o uso adverbial é mais recorrente, 82% das ocorrências, do que na escrita, 17%. Já a conjunção na escrita é mais usada, 69%, em contraposição a 14% nos dados de fala. Esses números permitem afirmar que o uso da conjunção concessiva foi especializado em textos escritos que apresentam um grau de formalidade maior, ao passo que o uso do advérbio foi especializado em textos de fala, que, dada a natureza dos inquéritos desse *corpus*, apresentam grau menor de formalidade.

Além disso, foi verificado que dentro dessa multifuncionalidade do item, há uma escolha do falante em usar *embora* em determinados tipos de textos. Mesmo dentro da modalidade escrita ou falada, a tipologia textual parece ser responsável pelo uso do advérbio ou da conjunção.

No *corpus* de fala, os cinco tipos de textos influenciaram na frequência *type* de *embora*, como, por exemplo, em textos narrativos em que, de alguma forma, há um envolvimento por parte do falante acerca do assunto do texto, a presença do advérbio espacial foi muito mais recorrente. Além do mais, o advérbio de avanço que parece ter sido originado do sentido espacial, mais especificamente com o verbo *ir*, tem seu uso especializado em textos de relato de procedimento, como já foi comentado anteriormente.

Por outro lado, em textos argumentativos como relato de opinião, o uso adverbial é quase inexistente, visto a predominância de operadores argumentativos, como a conjunção *embora*. Dada a natureza argumentativa desse tipo de texto, em que o falante exprime seu ponto de vista, a frequência *type* do uso conjuncional foi muito elevada.

Da mesma forma no *corpus* escrito, textos técnicos favoreceram o uso da conjunção, ao passo que o dramático favoreceu o uso adverbial. Os textos teatrais apresentam traços do oral, já que, basicamente, há somente a reprodução da fala dos personagens.

A conjunção foi também encontrada em relatos de descrição, de procedimento e em narrativas, todavia esse uso foi favorecido pelo perfil social dos informantes, sobretudo, no que diz respeito à idade e ao nível de escolaridade. Embora essa pesquisa não tenha objetivos sociolinguísticos, verificou que o uso da conjunção é mais comum em relatos de informantes acima de 55 anos e com nível de escolaridade superior.

Se o uso da conjunção *embora* é recorrente em situações mais formais, restaria saber qual operador com função similar estaria relacionado com situações de informalidade. Uma investigação mais apurada poderia confirmar a hipótese de que a conjunção *mas* e a locução prepositiva *apesar de* seriam as escolhidas pelos falantes para cumprir esse papel na modalidade falada da língua.

Com essas observações referentes à modalidade falada e escrita e à tipologia textual é possível afirmar que o uso adverbial foi especializado em situações menos formais, enquanto que o uso conjuncional foi especializado em contextos mais formais, quer seja pelo tipo de texto, quer seja pelas características sociais do informante.

Quanto à **persistência**, esse princípio se refere à manutenção de traços sintáticos e semânticos da forma mais gramaticalizada e da forma fonte. Como foi visto na descrição dos usos sincrônicos, sintaticamente, a conjunção ainda conserva traços de sua forma fonte. A característica sintática persistente na conjunção diz respeito à posição menos rígida que *embora* apresentou nas ocorrências. O critério **persistência** permite afirmar que o grau de GR de *embora* não se encontra tão elevado como de outras conjunções, pelo contrário, há uma sobreposição da forma alvo e a forma fonte.

Com relação aos traços semânticos da expressão que deu origem à conjunção, pode se dizer que *embora* não preserva nenhuma relação com o significado temporal que o originou, já que como foi mostrado no quadro (12), na medida em que o item foi ganhando o valor concessivo, houve a perda de vínculo com o contexto que propiciava a leitura temporal, a saber, de o falante desejar boa sorte no momento de realização de determinada ação. Além disso, um falante do português atual não estabelece relação qualquer entre o funcionamento concessivo e o valor temporal do século XV.

Por fim, a **descategorização** é o processo em que itens lexicais ou menos gramaticais perdem algumas propriedades de sua fonte e assumem outras da forma alvo. No caso de *embora*, o item deixa de expressar a noção temporal, mas, por outro lado, passa a estabelecer relações entre porções do enunciado e até mesmo a codificar elementos da situação extralingüística. Em outras palavras, o item passa a atuar em um outro nível lingüístico, o discursivo, já que sinaliza o conhecimento entre os

interlocutores, as expectativas do ouvinte e as suposições feitas pelo falante sobre as objeções do ouvinte.

Sintaticamente, *embora* “ganha” uma posição relativamente fixa dentro da oração, deixando de estar somente posposto ao verbo. Com relação a esse critério sintático, a restrição de uso com verbos de estado dá lugar à possibilidade de uso com verbos de ação, que apresentam o modo subjuntivo, deixando de estar atrelado somente ao imperativo, como acontecia com o valor temporal.

É importante observar que essas alterações sintáticas, semânticas e pragmáticas são características do processo de GR, tais como: a) mudança categorial (advérbio > conjunção); b) mudança semântica (temporal-menos abstrato > concessão - mais abstrato); e, c) mudança pragmática (ganho de expressividade).

A aplicação desses critérios possibilitou concluir que o item *embora* se encontra em um grau não tão avançado de GR, uma vez que convive com formas gramaticais que desempenham o mesmo papel concessivo, com restrições de uso que podem estar relacionadas, entre outros aspectos, com o grau de formalidade. Ademais, o uso conjuncional ainda coexiste com outras funções como o advérbio e a preposição, que são especializadas em contextos mais ou menos formais expressos pelo tipo de texto e pela modalidade falada ou escrita.

O critério **persistência** também contribuiu para detectar que *embora* não apresenta o mesmo grau de gramaticalidade que a conjunção *mas*, *se* e *porque*, por exemplo, que, sintaticamente, apresentam uma rigidez maior dentro do período composto. Por fim, a **descategorização** possibilitou verificar os aspectos que a conjunção ganhou e que foram perdidos pelo advérbio. A mobilidade sintática, característica típica de advérbios, não foi totalmente perdida na passagem da conjunção, o que também sugere seu grau baixo de gramaticalidade.

O quadro abaixo permite visualizar a aplicação desses parâmetros:

CRITÉRIOS DE HOPPER (1991)	GR INICIAL	GR AVANÇADA
ESTRATIFICAÇÃO	✓	
DIVERGÊNCIA	✓	
ESPECIALIZAÇÃO	✓	
PERSISTÊNCIA	✓	
DESCATEGORIZAÇÃO	✓	

QUADRO 13: GRAU DE GRAMATICALIDADE DE *EMBORA*

Esses critérios, portanto, permitem confirmar o estágio não tão avançado de GR em que se encontra o item *embora* no português atual. A partir dos dados de fala e de escrita que essa pesquisa ofereceu, é possível prever que a conjunção, pela baixa frequência de uso na fala²⁰, pelo seu uso em dados de fala de pessoas com idade acima de 55 anos, e pela concorrência com outras formas mais usadas, possa vir a ter seu processo de GR suspenso. Porém, por outro lado, pela alta frequência em textos mais formais, mesmo que na modalidade falada, e pela frequência considerável de *embora* com comportamento similar a de conjunções mais gramaticalizadas, é possível que seu processo de GR continue e *embora* venha a se comportar como forma mais gramaticalizada, ganhando lugar mais a direita no *cline* proposto por Neves (2006)²¹.

²⁰ É preciso lembrar que as mudanças começam na fala e somente depois chegam na escrita.

²¹ Ver página 89.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, pela análise sincrônica e diacrônica, permitiu confirmar que a formação *embora* é um caso de GR, já que teve seu significado abstratizado, com ganho de expressividade e (inter) subjetividade, passando a atuar em um nível mais gramatical do que sua forma fonte, identificada nos dados do século XV. Ademais, o item passou por vários mecanismos de GR, como **automatização**, **redução fonética**, **generalização** de significado por metáfora e **pragmatização** de significado por metonímia. Os critérios propostos por Hopper (1991) também favoreceram a confirmação do processo de GR de *embora*, e permitiram medir o grau de gramaticalidade do item.

Além disso, as análises sincrônica e diacrônica permitiram abordar algumas questões.

Pela descrição sincrônica é possível dizer que o uso conjuncional é mais freqüente na escrita, em textos formais e, quando freqüentes na fala, o grau de escolaridade e a idade do informante parecem influenciar o uso nessa modalidade. Por outro lado, o uso do advérbio é mais comum na modalidade falada, especificamente em textos narrativos. Quando o advérbio é usado na escrita, os textos mais informais como o dramático, por exemplo, parecem influenciar esse uso.

Esse aspecto do processo de GR de *embora* nos remete a uma relação entre gramaticalização, tipologia textual e sociolinguística. Os dados evidenciaram essas relações pela especialização de uso da forma mais gramaticalizada frente a menos gramaticalizada. Restaria saber até que ponto os fatores extralingüísticos como idade, escolaridade, formalidade ou até mesmo sexo podem ajudar na condução do processo de GR, o que seria motivo para outro trabalho.

Para atestar essas relações, seria necessário verificar a trajetória de GR de outros itens da língua, talvez outros conectores que apresentem a mesma funcionalidade de *embora*. Assim seria possível cotejar a especialização desses usos e verificar até que ponto a GR, os gêneros discursivos, e a sociolinguística se interrelacionam.

Ainda na investigação sincrônica foi possível verificar que devido a alta frequência do advérbio *embora* acompanhado do verbo *ir*, o item ganhou um significado mais abstrato do que o espacial, a saber, de avanço/ rapidez, que talvez tenha se especializado em textos de relato de procedimento.

Sintaticamente, a conjunção compartilha características sintáticas com os advérbios, a saber, mobilidade posicional dentro da oração concessiva. Por essa razão, o item não apresenta um grau avançado de GR, como outras conjunções que atuam no nível da hipotaxe, como o *se*, por exemplo, e conjunções que atuam no nível da parataxe, como o *mas*.

Com foi apontado na introdução deste trabalho, os principais dicionários da língua portuguesa trazem diferentes usos de *embora* que são ignorados pela gramática normativa. Todos esses usos e outros valores semânticos foram descritos pela investigação sincrônica, o que realmente demonstra a insuficiência da tradição gramatical em tratar um item que apresenta multifuncionalidade na língua, somente no capítulo referente à subordinação. Dessa forma, foi possível descrever que o valor concessivo do item não é conferido somente à conjunção, como classifica a gramática, mas também no advérbio e na preposição.

Quanto à articulação de orações, foi possível observar, pelos dados sincrônicos, que a conjunção *embora* relaciona orações que flutuam entre o domínio da **parataxe** e o da **hipotaxe**. Essas orações, portanto, não se assemelham às **subordinadas**, já que apresentam parcial dependência com a oração matriz.

Já a descrição dos dados diacrônicos de *embora* permitiram sinalizar a evolução de seus usos ao longo dos séculos, apurar as frequências *token* e *type*, apontar contextos que favoreceram as leituras de tempo, concessão e de ambigüidade, o que permitiu visualizar a trajetória de mudança responsável pelo surgimento da concessiva *embora* e, sobretudo seu ganho de expressividade.

A partir dessa análise dos dados, é possível afirmar que no século XV, além da acepção temporal descrita nas gramáticas históricas, *embora*, com o valor espacial, também era utilizada nesse período. Esse valor era sustentado pela presença dos verbos de movimento *ir* e *vir* que favoreceram a leitura espacial em todos os séculos. Outro critério sintático que favoreceu a leitura temporal diz respeito à ausência de verbos de movimento e à presença do advérbio *muito* junto à *embora*.

Quanto à implicação do novo significado, a investigação histórica permitiu verificar que, no século XVI, diferentemente do que afirmam as gramáticas históricas, *embora* já implica concessão, em contextos adversativos e em contextos de negação. O período de transição, entre o valor temporal e o concessivo, provavelmente, se deu no século XVII, em que o item começa a ser utilizado em contextos não só de adversidade e negação, mas também de condição, possibilidade e desejo.

No século XIX, o sentido concessivo foi totalmente convencionalizado, não ocorrendo mais dupla interpretação entre tempo e concessão. Nesse mesmo período da história de *embora*, o item apresentou comportamento de conjunção e preposição, estabelecendo relações entre porções maiores e menores do enunciado, o que garante o seu caráter mais gramatical do que aquele verificado no século XV. Essa multifuncionalidade de *embora* no século XIX, bem como sua alta frequência *token* e *type* permitem afirmar que houve uma expansão de contextos em que *embora* foi utilizado.

No que se refere aos processos envolvidos no desenvolvimento da conjunção é possível afirmar que a redução fonológica de *em boa hora* para *embora* deve ter ocorrido ao longo do século XVI. Os dados do século XIX permitiram verificar a mudança categorial já instaurada e o significado de *embora*, com relação as ocorrências do século XV, pragmatizado.

Quanto às hipótese da unidirecionalidade e das fontes para as concessivas, este trabalho corroborou o princípio da GR acerca da direção da mudança, uma vez que o conjunto de alterações sintáticas, semânticas e pragmáticas ocorridas no processo de mudança de *embora* se deram de forma unidirecional. Sobre as fontes, este trabalho confirmou os postulados de König (1984) e Chen (2000), que reconhecem a fonte de itens concessivos em itens temporais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALI, M. S. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1964.

BECHARA, E. *Estudos sobre os meios de expressão do pensamento concessivo em português*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1954.

_____. *A moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2000.

BUENO, F. S. *A formação histórica da língua portuguesa*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1967.

_____. *Grande dicionário etimológico prosódico da língua portuguesa*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1968.

BYBEE, J. Mechanisms of change in grammaticalization: the role of frequency. In: JANDA, R.; BRIAN, (Ed.). *Handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003.

BYBEE, J.; HOPPER, P. (Ed.). *Frequency and the emergence of linguistic structure*. Philadelphia: John Benjamins, 2001.

BYBEE J. et al. *The evolution of grammar*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

CÂMARA J. M. *História e estrutura da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

CARONE, F. de. *Subordinação e coordenação: confrontos e contrastes*. São Paulo: Ática, 1991.

CASTILHO, A. T. A gramaticalização. *Estudos lingüísticos e literários*, Bahia, n. 19, p. 25-63, 1997a.

_____. Língua falada e Gramaticalização. *Filologia e Lingüística Portuguesa*, São Paulo, v. 1, p. 107-120, 1997b.

CHEN, G. The grammaticalization of concessive markers in early modern English. In: FISCHER, O. (Org.). *Pathways of change, grammaticalization in English*. Philadelphia: John Benjamins, 2000.

COUTINHO, I. L. *Pontos de gramática histórica*. 6. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1967.

CUADRADO, L. A. H. Sobre la expresión de la concesividad en español. *Revista de Filología Románica*, n. 15, p. 123-133, 1998.

CUNHA, C. F.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DUCROT, O. *Texto e argumentação*. Campinas: Pontes, 1987.

FARACO, C. A. *A lingüística histórica*. São Paulo: Editora Ática, 1991.

FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. Rev. e aum. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

GARCIA, C. B. *Uma abordagem funcionalista das construções com 'mas' e com 'embora'*. 2002. Dissertação (Mestrado em Análise Lingüística) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, 2002, São José do Rio Preto.

GIVÓN, T. *On understanding grammar*. New York: Academic Press, 1979.

GONÇALVES, S. C. L. *Gramaticalização, modalidade epistêmica e evidencialidade: um estudo de caso no português do Brasil*. Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP, 2003.

GONÇALVES, S. C. L.; LIMA-HERNANDES, M. C.; CASSEB-GALVÃO, V. C. (Org.). *Introdução à gramaticalização: princípios teóricos e aplicação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

GUIMARÃES, E. *Texto e argumentação: um estudo das conjunções do português*. Campinas: Pontes, 1987.

HEINE, B. On the role of context in grammaticalization. In: WISHER, I. (ed.). *New reflections on grammaticalization*. USA: Johns Benjamins, 2002, p.83-101.

HEINE, B.; KUTEVA, T. *World lexicon of grammaticalization*. West Nyack: Cambridge University Press, 2002.

HEINE, B; REH, M. *Grammaticalization and reanalysis in african language*. Hamburg: Helmut Buske, 1984.

HEINE, B. et al. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991a.

_____. From cognition to grammar – evidence from african languages. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. *Approches to grammaticalization*. focus on theoretical and methodological issues. v. 1, p. 149-187, Amsterdam: John Benjamins, 1991b.

HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001. HOPPER, P. Emergent grammar. *Berkeley Linguistic Society*, n. 13, 1987, p.139-157.

_____. On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E.C.; HEINE, B. (orgs.). *Approches of grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1991, p. 17-36.

HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

KOCH, I. V. *O texto e a construção dos sentidos*. 9. ed. São Paulo: Editora Contexto, 1997.

_____. *A interação pela linguagem*. 4. ed. São Paulo: Editora Contexto, 1998.

KÖNIG, E. On the history of concessive connectives in English. diachronic and synchronic evidence. *Língua*, v. 66, 1984, p.1-19.

KÖNIG, E. Where do concessives come from? On the development of concessive connectives. In: J. FISIÁK, J. (Ed.), *Historical semantics-historical word-formation*, Berlin, 1985, p. 263-282.

LEHMANN, C. *Thoughts on Grammaticalization*. Munich: LINCOM EUROPA (originalmente publicado como *Thoughts on Grammaticalization: a programmatic sketch*. Köln: Arbeiten des Kölner Universalien 49- Projects, v. 1), 1995 [1982].

LIMA, H. R.V. Uma abordagem teórica da concessão. *DELTA*. São Paulo, v. 3, n. 2, p. 139-161, 1987.

LIMA, R. C. H. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 14. ed. Rio de Janeiro: Editora Brigueit, 1969.

LIMA-HERNANDES, M. C. Estágios de gramaticalização da noção de tempo - processos de combinação de orações. *Revista Veredas*, v. 8, n. 1/2, 2004, p. 183-194.

LONGHIN-THOMAZI, S. R. *A Gramaticalização da perífrase conjuncional 'só que'*. Tese de Doutorado, Campinas: UNICAMP, 2003.

_____. Uma proposta semântica para a combinação de orações: resgatando os critérios de Bally. *Revista da ANPOLL*, São Paulo, v. 16, p. 321-348, 2004.

_____. Um exemplo de (inter)subjetivização na linguagem: a reconstrução histórica de "ainda". *Estudos Lingüísticos*, São Paulo, v. 34, p.1361-1366, 2005.

MARTELOTTA, M. *Gramaticalização*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras UFRJ, 2004.

_____. M. et al. *Gramaticalização do português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, 1996.

MEILLET, A. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Libraire Honoré Champion, 1912.

MIRA MATEUS, M. H. et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. Coimbra: Livraria Almedina, 1989.

NEVES, M. H. M. O estatuto das chamadas conjunções coordenativas no sistema do português. *ALFA*. n° 29, p. 59-65, 1985.

_____*Hipotaxe e Parataxe* – reflexões iniciais, mimeo. 1996.

NEVES, M. H. M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____*A gramaticalização e a articulação de orações*. In: Seminário do Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo, n. 27, 1997, Campinas. *Anais*. São José do Rio Preto: UNESP, p. 46-56, 1998.

_____*As construções concessivas*. In: NEVES, M. H. M. (Org). *Gramática do português falado: novos estudos*. São Paulo: USP, FFLCH; Campinas: UNICAMP, 1999, p. 545-591.

_____*A gramática de usos do português*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2000.

_____*Aspectos da gramaticalização em português*. In: *A gramática: história, teoria, análise ensino*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2002.

_____*Texto e gramática*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

PARAZUELOS, M. H. C. Bipolares al servicio de la concesividad: causales, condicionales y adversativas. *Verba*. n. 20, p. 221-254. 1993.

RIVAS, E. Observaciones sobre las concesivas: su comparación con las condicionales y las adversativas. *Verba*, n 16, p. 237-255, 1994.

SPINA, S. *História da língua portuguesa: segunda metade do século XVI e século XVII*. São Paulo: Editora Ática, 1987, v. 3.

SWEETSER, E. Grammaticalization and semantic bleaching. *Berkeley Linguistic Society*, Berkeley, n.14, p. 398-405, 1988.

_____*From etymologic to pragmatic: metaphorical and cultural aspects of semantic structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TRAUGOTT, E. From propositional to textual and expressive meanings: some semantic-pragmatic aspects of grammaticalization. In: LEHMANN, W., MALKIEL, Y.

(orgs.). *Perspectives on Historical Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 1982, p. 245-271.

_____. From subjectification to intersubjectification. Workshop on Historical Linguistics, Vancouver, Canadá, 1999. Disponível em: <http://www.stanford.edu/~traugott/traugott.html>. Acesso em: 20 fev. 2004.

TRAUGOTT, E. *Regularity in semantic change*. Port Chester: Cambridge University Press, 1991. TRAUGOTT, E.; KÖNIG E. The semantic-pragmatics of grammaticalization revisited. *Approches to grammaticalization*. In: John Benjamins, v. 1.

TRAUGOTT, E. Constructions in grammaticalization. In: JOSEPH, Brian & Richard D. JANDA (orgs.). *The Handbook of Historical Linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003, p. 624-647.

ZAMPRONEO, S. *A hipotaxe adverbial concessiva no português escrito contemporâneo do Brasil*, 1998. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos) Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, 1998, Araraquara.